

SIMBIOSE

UM PROJETO PARA A ANTIGA CALHETA DE SINES



Dissertação de Mestrado em Arquitetura
Departamento de Arquitetura da FCTUC
sob a orientação do Professor Doutor Paulo Providência

André Franco Sousa Dezembro . 2016

sim·bi·o·se |ó|

(grego *symbiósís*, *-eos*, vida em comum, camaradagem)

substantivo feminino

1. [Biologia] Associação recíproca de dois ou mais organismos diferentes que lhes permite viver com benefício.

Um conceito que se aproxima do propósito base das propostas apresentadas durante a dissertação. Face a duas realidades distintas, em conflito, a única possibilidade de uma coexistência sem que a nova realidade destrua a anterior, está no compromisso e na possível coexistência de ambas num mesmo espaço.

Agradeço,

À minha mãe e ao meu pai

Ao professor doutor Paulo Mendes Seiya da
Providência Santarém, meu orientador

Ao Alex e ao Varela, com uma presença marcada
neste trabalho, por todas as conversas e todos os
serões

A todos os meus amigos e colegas, inúmeros
“coautores” de projeto

À casa da Ladeira

RESUMO

Sines, uma cidade costeira de pequena escala, viu desde os primórdios da sua civilização um grande potencial na sua relação particular com o mar, relação que se foi estabelecendo com o decorrer do tempo sobre diversas formas, através de pontos onde a topografia assim o permitia. Pesca e trocas comerciais foram as principais atividades que definiram a identidade da cidade. Mas foi na década de setenta que se perpetuou o domínio sobre o mar, através das radicais intervenções sobre o território, fixando uma nova atividade que veio a desenvolver drasticamente a cidade e afetar para sempre o seu quotidiano.

Surge um conflito na articulação entre as novas infraestruturas do complexo do porto marítimo e a lógica urbana particular de Sines. É hoje uma cidade que manifesta um conjunto de problemas de gestão de território. Esta falta de coerência e de sensibilidade no diálogo entre dois elementos de tempos distintos causa rutura no traçado existente, entrando em conflito com a zona do antigo porto de pesca, descaracterizando-o. Este antigo pólo histórico depara-se com um confronto de escalas, devido principalmente, ao encontro de programas e infraestruturas incompatíveis.

Pretende-se elaborar um projeto que possibilite a articulação entre acontecimentos distintos, tendo como principal objetivo revitalizar a zona da antiga calheta, restabelecendo um desenho urbano através de uma série de gestos particulares. Num local inutilizado, incontornável na história da povoação de Sines, surge a necessidade urgente de intervir, ambicionando transformar um local esquecido e descaracterizado num potencial pólo cultural, recuperando o seu propósito na cidade.

Reabilitação e memória são duas constantes ao longo do processo de projeto, surgindo como método de intervenção sobre as construções do passado, tendo por objetivo dotar o antigo de novas qualidades, não comprometendo a sua identidade. É interessante pensar a relação de confronto entre o antigo e o novo, tentando encontrar um ponto de equilíbrio onde ambos se associam em torno de um propósito comum.

Palavras chave: Sines, memória, identidade, reabilitação urbana, património edificado, calheta, ribeira antiga, conservação integrada, novo e antigo

ABSTRACT

Sines, a small seaside town which since its beginning has seen a big potential on its particular relationship with the sea, a relation that developed with time under different forms, as the landscape allowed. Fishing and commercial trading were the main activities that defined the towns identity. Although it was only in 1960 that the domain over the sea was settled, by the means of the radical interventions over the territory, setting a new activity that drastically developed the city, affecting its daily routine forever.

A conflict appears in the relation between the new harbor compound infrastructures and the particular urban development of Sines. Today, it is a city that shows a group of territory management issues. This lack of coherence and sensibility in the dialogue between two elements of different times is the cause of rupture in the existing layout, creating a conflict with the old fishing haven zone, decharacterizing it. This old historic site comes across a conflict of scales, as a result of the encounter between programs and infrastructures that are incompatible.

It is intended to elaborate a project which allows for a relationship between different events, having as a main goal to revitalize the old Calheta zone, by reestablishing its urban design through a series of particular gestures. In a broken place, inescapable in the history of the Sines village, it urges the need to intervene, aspiring to transform a forgotten and decharacterized place, into a cultural site, recovering its purpose in the city.

Rehabilitation and memory are two constants during the project process, they appear as a method for the intervention over the past constructions, the objective is to give a new quality to the ancient, not compromising its identity. It is of interest to think over the relation of confront between old and new, trying to find a balance point where both of them associate for a common good.

Keywords: Sines, memory, identity, urban rehabilitation, built heritage, Calheta, Ribeira Antiga, integrated conservation, new and old

NOTA PRÉVIA

Esta dissertação assenta num trabalho fundamentado no processo de projeto, adotando um método próximo das disciplinas do desenho e da história.

A sua consulta deve ser acompanhada em simultâneo pelos devidos elementos gráficos disponibilizados no interior do volume, os desenhos rigorosos são indispensáveis para a leitura e compreensão do documento. São parte integrante e não um anexo.

SUMÁRIO

RESUMO	9
ABSTRACT	13
INTRODUÇÃO	21
CONTEXTO	29
HISTÓRIA ENQUANTO INSTRUMENTO DE PROJETO	31
Sines: uma cidade com história.....	33
A construção de um novo complexo portuário	55
Os planos de reabilitação urbana para o centro histórico.....	61
ESTADO ATUAL: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DO LUGAR.....	67
O CASO DE SALEMI	75
PROPOSTA	81
UM CONJUNTO DE INTERVENÇÕES	83
passar	103
redesenhar.....	111
recuperar	117
articular	133
lembrar	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
BIBLIOGRAFIA	149
FONTES DE IMAGEM.....	153

INTRODUÇÃO

O território encontra-se num permanente processo de mudança, diferentes tempos geram diferentes apropriações do mesmo. Durante este processo irregular e imprevisível são deixados marcos importantes de cada uma das fases, que definem um carácter próprio, surge a identidade de um local, constrói-se a história. As sucessivas alterações do território podem, por vezes, entrar em conflito entre elas, causando a rutura. Cada vez mais existe uma consciência geral que reconhece a importância de intervir sobre os núcleos históricos, de valorizar o património, reconhece-se a importância do passado, do legado, da memória, e por consequência do seu valor educativo. O papel do arquiteto passa por encontrar um desenho capaz de estabelecer o equilíbrio entre tempos distintos, num mesmo espaço. Este tópico torna-se pertinente em Sines, pela ameaça que a sua camada histórica enfrenta.

“a MEMÓRIA, sem a qual não seria concebível o nosso presente e uma perspectiva de futuro; e a IDENTIDADE, que permite reconhecermo-nos e reencontrarmo-nos nas nossas particularidades e nas nossas diferenças, num mundo gradualmente mais globalizado e uniformizado” (Miguel Correia, 2011, p.172)

Sines sofreu alterações profundas no seu território, tornou-se uma cidade delimitada e enclausurada por um conjunto de complexos e infraestruturas industriais associadas a um novo porto marítimo. Novas atividades, novas dinâmicas urbanas, uma nova relação entre o território e o mar.

Este trabalho foi desenvolvido abordando o tema do concurso da Trienal de Arquitetura de Lisboa de 2016, inserindo-se num conjunto de propostas urbanas para Sines, realizadas pela turma de Atelier de Projeto II do Departamento de Arquitetura. Este conjunto de ações pretende resolver pontos estratégicos da cidade, questionando a articulação do centro histórico com o território envolvente, nomeadamente com Santiago do Cacém a nascente, e com Porto Covo e a ilha do Pessegueiro a Sul. Tendo como tema base “arquitetura e a memória”, as propostas focaram o seu interesse nos sítios históricos e na sua recuperação, na necessidade de revitalização do centro, na recuperação de antigos percursos, no redesenho de espaço público e na articulação de espaços e construções antigas no seu contexto urbano.

Pretende-se, nesta dissertação, aprofundar um destes locais incontornáveis na história de Sines, sendo um elemento essencial para a compreensão da identidade da cidade e do seu povo. A antiga zona de pesca está desarticulada com o centro histórico, esquecida e abandonada, parece desconexa da cidade. O objetivo geral é recuperar a zona da Calheta através de um novo desenho urbano que valorize o património urbano e construído, numa ação de combate à descaraterização dos seus elementos. Propõem-se uma estratégia que articule os fragmentos, dando-lhes de novo sentido, possibilitando uma leitura coesa dos valores que o passado reserva neste local particular.

Os vários projetos propostos visam encontrar um equilíbrio no qual possam conviver as construções do passado com as intervenções do séc. XX, controlando o contraste de escalas e de tipologias. Pretende-se possibilitar o diálogo entre duas realidades diferentes, estabelecendo uma coexistência harmoniosa entre ambas. Não sendo possível repor o propósito original das coisas, é necessário atribuir novos programas que permitam dinamizar a zona, revitalizando-a.

As intervenções que se propõem antecipam as ações que constam nos planos de reabilitação urbana, elaborados pela Câmara Municipal de Sines, integrando-se nos seus objetivos e possibilitando um desenvolvimento de propostas que se encontram na continuidade de estudos já realizados, podendo funcionar como uma adição a um trabalho muito mais extenso.

Numa primeira fase surge a necessidade de compreender o território nos seus diferentes períodos e contextos, através do estudo do crescimento e desenvolvimento de Sines. É através da interpretação do local que se adquirirão as ferramentas necessárias para intervir no mesmo. Uma aprendizagem fundamentada na história, procurando encontrar acima de tudo a origem dos problemas. Procura-se explicar sinteticamente a origem e o crescimento da cidade na relação com a zona da calheta, numa procura do contexto próprio em que se integra o local em estudo.

Posto isto surge a vontade de desenvolver uma estratégia, formulada com base em casos de estudo que abordam temáticas semelhantes, possibilitando uma reflexão sobre a problemática. A revitalização da área está inevitavelmente dependente da escolha de novos programas adequados à estratégia de planeamento, sendo que a ponderação e escolha dos mesmos é também matéria de projeto. Definem-se um conjunto de ações que têm

por objetivo atribuir qualidade urbana à zona da calheta de Sines, retomando a importância deste núcleo, devolvendo-o à cidade. São apontados vários temas de trabalho, a recuperação do percurso de articulação com o centro da cidade, o desenho dos espaços urbanos descaracterizados assim como a sua repavimentação, a introdução de novas construções, a consolidação do tecido urbano, a participação do Forte do Revelim e da antiga Calheta num novo pólo cultural integrado, na cidade e na comunidade. A estratégia geral segue até uma escala de detalhe. Segue-se uma memória descritiva dos vários projetos, cada um abordando diferentes vertentes, respeitando, no entanto, um objetivo específico integrado numa escala mais alargada.

CONTEXTO

HISTÓRIA ENQUANTO INSTRUMENTO DE PROJETO

Procura-se com este capítulo adquirir o conhecimento necessário para elaborar uma proposta de intervenção fundamentada na história do local. Esta investigação é um instrumento indispensável ao processo de projeto. Mais do que uma forma de conseguir ler o passado, a história é uma ferramenta que permite decifrar a complexidade do presente. Considera-se necessário estudar o processo evolutivo de Sines com o propósito de encontrar os acontecimentos que estiveram na origem das problemáticas apontadas.

Sendo que me proponho a reintegrar os fragmentos do passado numa estrutura lógica e fundamentada, é essencial conhecer o papel que cada construção desempenha no território. Cada edifício diz respeito a um contexto particular do seu tempo e lugar. A pertinência da intervenção justifica-se na forma como se recupera o valor que cada objeto conserva.

É preciso compreender os diversos acontecimentos que moldaram a identidade de Sines. Começando por estudar a origem e fundação da cidade, procura-se um enquadramento que permita decifrar o caso particular da zona da calheta, especificando depois as obras que a caracterizam. Posteriormente explicam-se as intervenções dos anos 60 e os planos de reabilitação urbana, sendo estes, os principais responsáveis pelas últimas alterações significativas sobre o território.

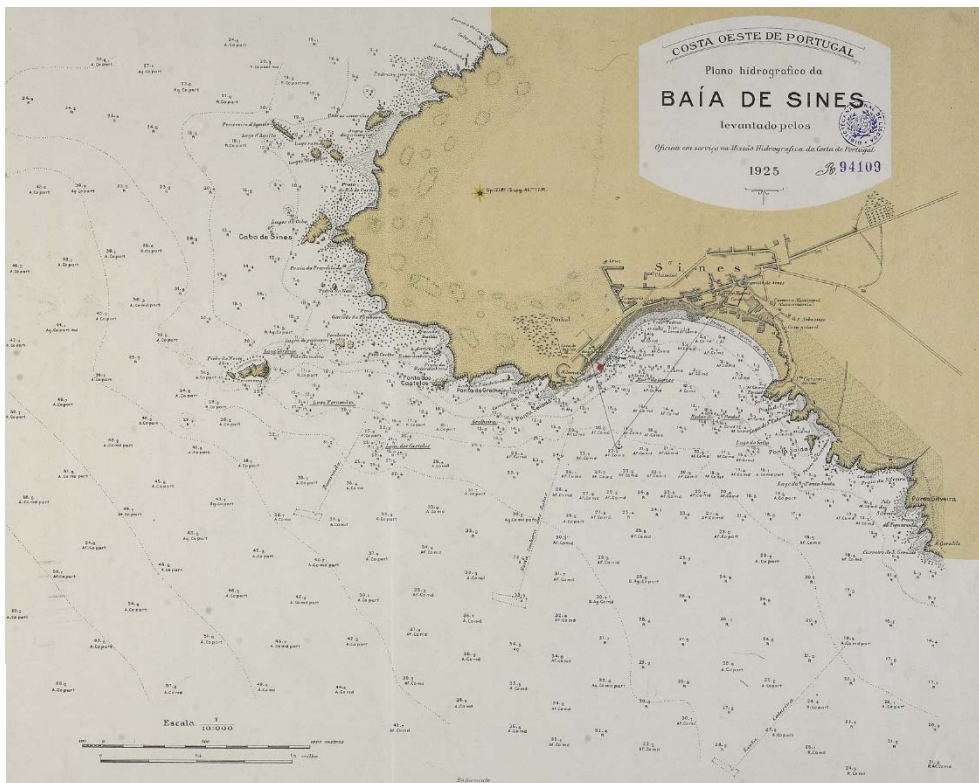


Figura 1 –
Plano hidrográfico
da baía de Sines,
levantamento de
1925

Sines: uma cidade com história

Localizada no litoral alentejano, Sines demonstra um carácter propício à fixação do homem, quer pela sua relação próxima com o mar, quer pela sua morfologia particular. A topografia do local garante proteção e abrigo às intempéries dos quadrantes norte e oeste, formando uma baía que se resguarda a sul. As consecutivas ocupações tiraram partido da plataforma natural, apropriando-se da cota alta, protegida dos perigos do oceano pelo terreno escarpada. O contacto direto com o mar só é possível em pontos específicos, onde o terreno assim o permite, sendo limitado o acesso ao nível mais baixo.

Sines romana

A primeira ocupação significativa do território tem antecedentes romanos. Estes estabeleceram uma pequena povoação que se desenvolveu primordialmente enquanto porto, ao serviço de Miróbriga. Também se verifica uma ocupação romana a sul, na Ilha do Pessegueiro, local que foi posteriormente fortificado pelos mesmos. Estas ligações entre Sines e as povoações vizinhas mantiveram a sua relevância ao longo dos tempos, estabelecendo-se como os primeiros gestos estruturantes do território.



Figura 2 -
Escavações
de 1990



Figura 3-
Ruínas das
salgas romanas
a nascente do
castelo, após
escavações de
1990, antes de
serem
soterradas

Podem ser encontrados alguns vestígios da presença romana, confirmando a sua apropriação do local. Exemplo desta presença são um conjunto de ruínas de salgas de peixe, pequenos equipamentos que permitiam conservar e armazenar alimento, garantindo assim condições que possibilitavam uma permanência no local. As salgas, encontram-se hoje, presentes nas proximidades do castelo, os pequenos recipientes que as compõe são impercetíveis a quem visita o espaço em que se inserem, tendo sido soterradas debaixo do pavimento como forma de as proteger do processo de erosão.

Estes elementos demonstram claramente um primeiro gesto de apropriação do território, no local que se mostra mais cómodo e seguro. A escolha deste sítio em particular, marca um ponto de partida para a fixação de uma povoação, torna-se o coração de Sines.

Posteriormente uma ocupação árabe, de pouca duração, teve como principal objetivo a posse do território enquanto ponto estratégico de domínio sobre o mar.

Sines medieval

Sines não tinha o destaque no panorama nacional que tem hoje. Desde a sua fundação que respondia perante Santiago do Cacém, concelho ao qual pertencia. Obteve independência apenas no século XIV, sob reinado de D. Pedro I, emancipando-se e ganhando direito a jurisdição própria. As condições físicas do local atribuem-lhe um carácter naturalmente defensivo que é mais tarde reconhecido pelo rei, passando então a funcionar como local estratégico para a proteção do reino. O crescimento e desenvolvimento económico da povoação deu-se por meio de um conjunto de atividades características da região. A pesca do atum, na costa entre Sines e Setúbal e a exploração e produção de vinho e cereais estariam na base da sua sustentabilidade. Mais tarde passou a ser o comércio a principal fonte de rendimento. As trocas mercantis transformam a economia de Sines.



Figura 4 -
Planta de
Sines, desenho
de Leonardo
Torreano

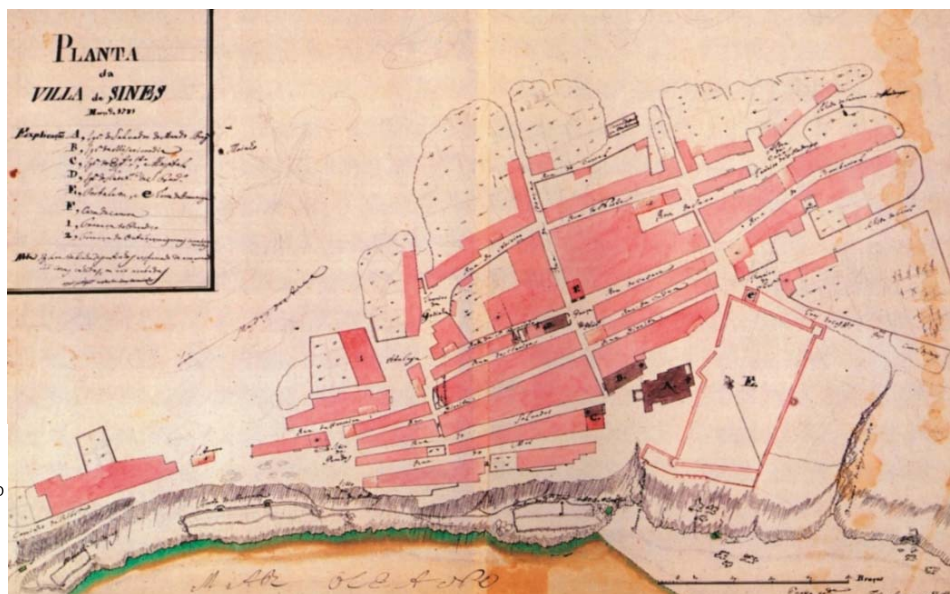


Figura 5 -
Planta do
centro histórico
de Sines,
representação
de 1745

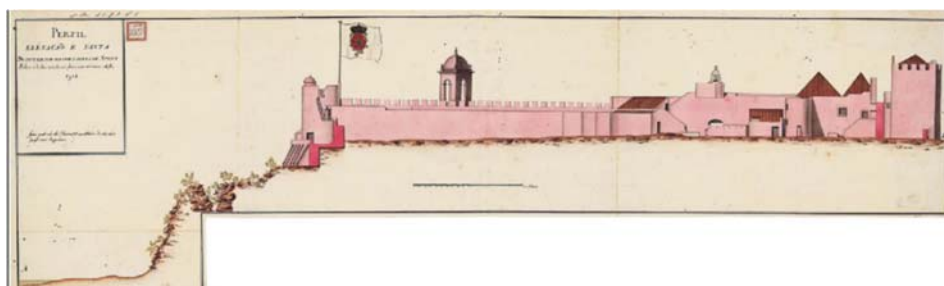


Figura 6 -
Corte
transversal
do castelo de
Sines,
assinado por
Chermont.

Durante a época dos descobrimentos, o seu posicionamento geográfico favorável serviu não só de refúgio perante a adversidade das condições marítimas como também ofereceu proteção contra a pirataria.

D. Manuel I concede o foral que regulamenta e guia o funcionamento da vila, coordenando a sua relação senhorial com a ordem de Santiago durante séculos. Esta pequena povoação sofreu constantes redefinições dos seus limites de propriedade por parte do reino. Nunca houve um limite físico da vila que a cercasse ou encerrasse, pelo que a defesa da mesma se fazia ao longo da falésia, tal como se de uma muralha se tratasse. Este fato conduz também a uma ideia de ocupação dispersa e a um limite urbano pouco definido.

O centro e o castelo

O atual centro histórico é constituído, fundamentalmente, por uma compacta malha urbana medieval que se prolonga, predominantemente, no sentido nascente poente, em lotes estreitos e alongados. Não existe qualquer espaço amplo dominante que estructure o tecido urbano, não há um ponto de confluência, não existe nenhuma tipologia de praça, apenas pequenos largos que deixam estas apertadas ruas respirar. O papel central é tomado pelo castelo cuja construção remonta ao início do século XV, sofrendo várias intervenções até ao século XVII. O castelo reflete esta necessidade da população se proteger dos perigos provenientes do mar, através do domínio sobre o território e sobre a paisagem. Funcionava como um recinto amuralhado, uma praça de armas com uma única construção no seu interior, uma torre. Ao longo do tempo vão sendo realizadas obras que atualizam o desenho da estrutura defensiva, acrescentando novos elementos, numa tentativa de criar a máquina de guerra ideal.



Figura 7 – Zona da Calheta, vista do castelo



Figura 8 - Zona da calheta vista do mar, 1905

A igreja matriz é construída anexa à estrutura do castelo, a poente. A fé tem também um papel importante na dinâmica da vila, sendo que os locais de culto marcam uma forte presença sobre o território. Neste âmbito vão sendo erguidas um conjunto de ermidas que se espalham pela localidade, assim como um convento franciscano, implantado a sul da baía. É também a sul que se desenvolvem com maior intensidade os campos agrícolas.

A rua direita é o eixo estruturante da vila. Chegado de Santiago do Cacém segue um percurso paralelo à linha da costa, passando no centro da vila e fazendo ligação à antiga Ribeira, lugar da vida marítima e à igreja de Salas, local de devoção. O final do caminho remata neste local de encontro e reunião dos habitantes onde a pesca e as trocas comerciais se começam a desenvolver. As atividades pesqueiras desenvolveram-se neste local nos arredores da vila. No entanto, o crescimento da povoação nesta direção, para ocidente, era dificultado pela qualidade dos solos, areais, e pelos fortes ventos, onde deixavam de existir elementos naturais que garantissem qualquer proteção.

O estudo do local revela um conjunto particular de construções que vão definir a ocupação deste extremo ocidente do território. Cada uma desempenha um papel decisivo na sua caracterização.

O porto que vem a ser aqui construído permitiu o escoamento dos produtos do interior alentejano, (vinho, cereais, cortiça) transformando a vida na vila nos finais do século XVII. Entramos num período mais burguês devido ao grande potencial comercial da vila, levando a uma mudança no quotidiano das atividades urbanas.

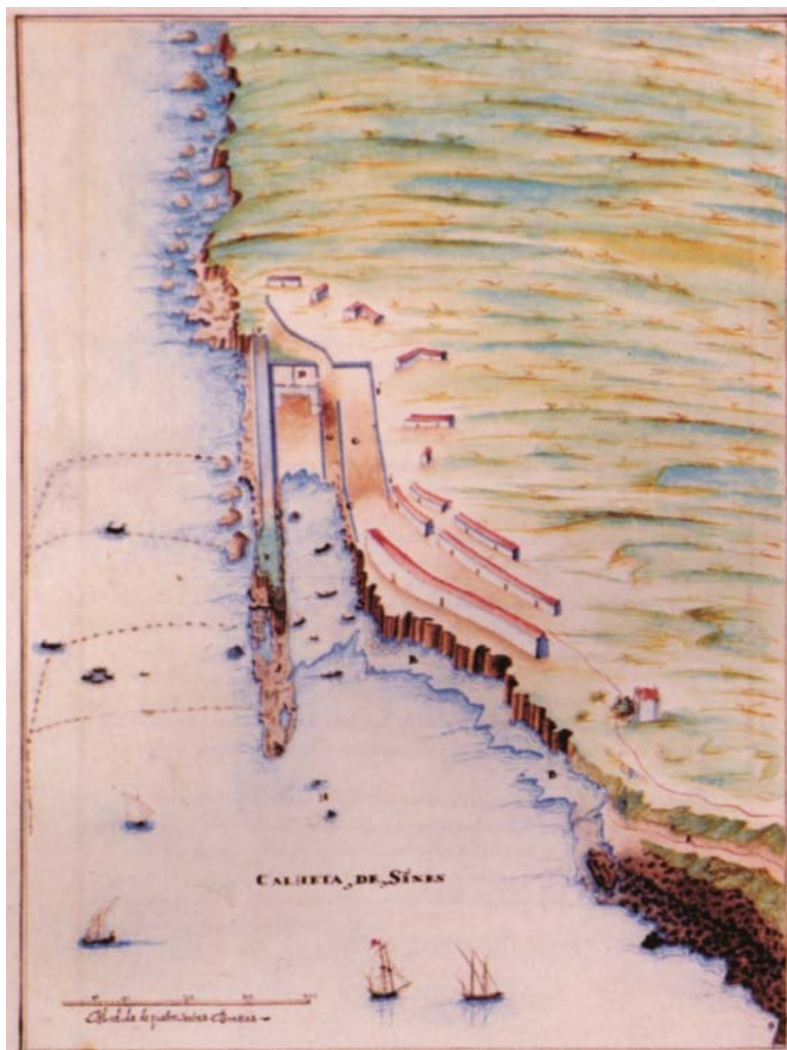


Figura 9 -
Representação da
Calheta e lôgas
dos pescadores,
autor
desconhecido

a Calheta ou a antiga Ribeira

“A qualidade marítima de Sines esteve na origem do seu novo estatuto de vila, em meados do séc XIV. Na costa arribosa a sul da Nazaré os portos de pesca mais importantes surgiram ao abrigo de baías abertas a sul e protegidas por promontórios calcários: Buarcos já é assim, e a esse tipo pertencem Nazaré, Peniche, Cascais, Sesimbra, Sines, este último resguardado por um promontório de rocha eruptiva.” (António Quaresma, 2012, p.94)

“Desde cedo, o pequeno abrigo natural, formado por uma restinga de pedra, num dos lados da baía, constitui o “porto”, onde se recolhiam as embarcações e se faziam cargas e descargas; apresentavam porem óbices, um dos quais a pequenez pois não podia albergar mais do que 10 a 12 bateis. Nas primeiras representações cartográficas (de Leonardo Torreano e Alexandre Massai), a área da ribeira surgia como um pequeno arrabalde, com as suas “lógeas de pescadores” e a ermida de Nossa Senhora de salas.” (António Quaresma, 2012, p.96)

Em 1602, a população, aproveitando a campanha de obras de engenharia hidráulica que então decorriam, fez uma petição ao rei para que a calheta fosse ampliada, de modo a poder acomodar 60 barcos, alargando a sua capacidade e melhorando as condições de segurança deste abrigo.



Figura 10 - Projeto para a Calheta, autoria do arquiteto Leonardo Torreano

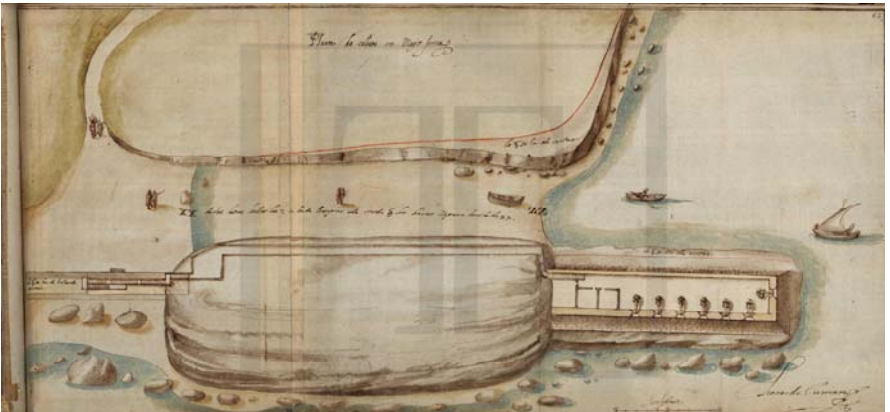


Figura 11 - Praça de artilharia sobre os paredões da calheta, autoria do arquiteto Leonardo Torreano

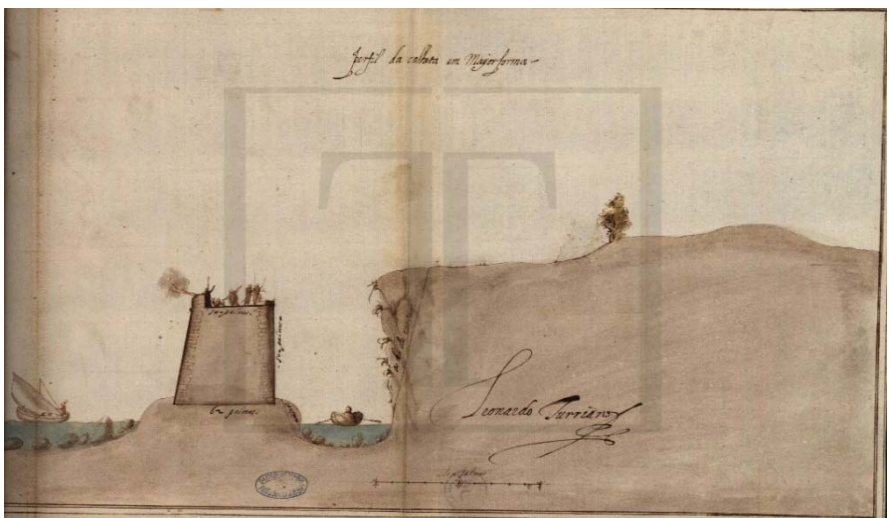


Figura 12 - Perfil da Calheta, autoria do arquiteto Leonardo Torreano

Este local que reúne condições ideais para um desenvolvimento das atividades marítimas surge como um complemento ao areal da praia, onde a atividade piscatória teve início. A praia, pelo seu amplo espaço comportava também a construção naval. Este abrigo natural permitia atracar embarcações com uma maior segurança e comodidade, estabelecendo novas relação com outros pontos costeiros, desenvolvendo-se um interesse comercial e mercantil, tornando Sines um dos melhores portos da costa vicentina.

Este local foi inicialmente apropriado pelo povo tirando proveito da sua morfologia particular, só no século XVI surgem propostas de obras mais efetivas que consolidam uma ideia de porto construído. O processo de construção foi gradual, existem uma sucessão de projetos de diversos autores. Numa primeira fase foi Leonardo Torreano quem iniciou as obras da estrutura portuária. Alexandre Massai toma conta do projeto a partir de cerca de 1602, ficando encarregue pelas obras que se iriam realizar nos próximos 20 anos, continuando o trabalho do seu antecessor, alterando parcialmente os seus desenhos.

Foi publicada na obra, “Aspectos do reino de Portugal nos séculos XVI e XVII” um conjunto de descrições de Alexandre Massai que dão a conhecer de forma relatada as suas obras pelo país. Este engenheiro militar italiano, deixa um grande legado sobre Sines, ficando não só encarregue por conduzir várias obras de fortificação como também por gerir o inventário militar da vila. Nos textos que elaborou, durante a sua estadia, Massai faz referência à boa quantidade e qualidade das fontes ao longo da baía das quais os navios se poderiam abastecer de água. Refere também a boa profundidade da enseada, pela qual nunca se enalharam barcos e pelo bom abrigo de todos os ventos exceto os de sul.

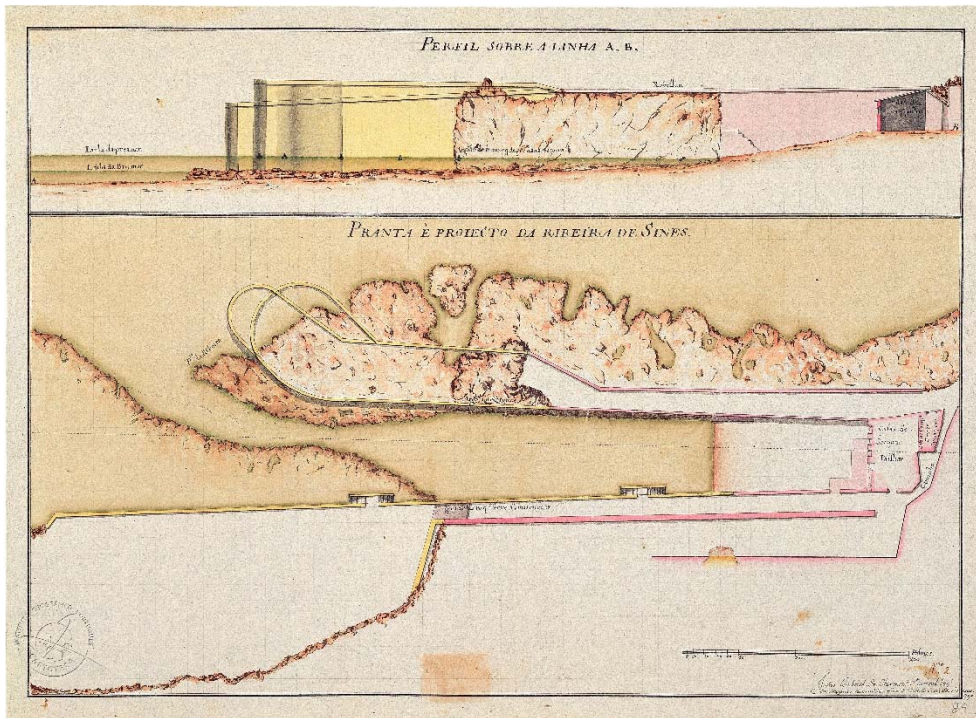


Figura 13 - Projetos para a Calheta, autoria do engenheiro João Gabriel Chermont, 1790

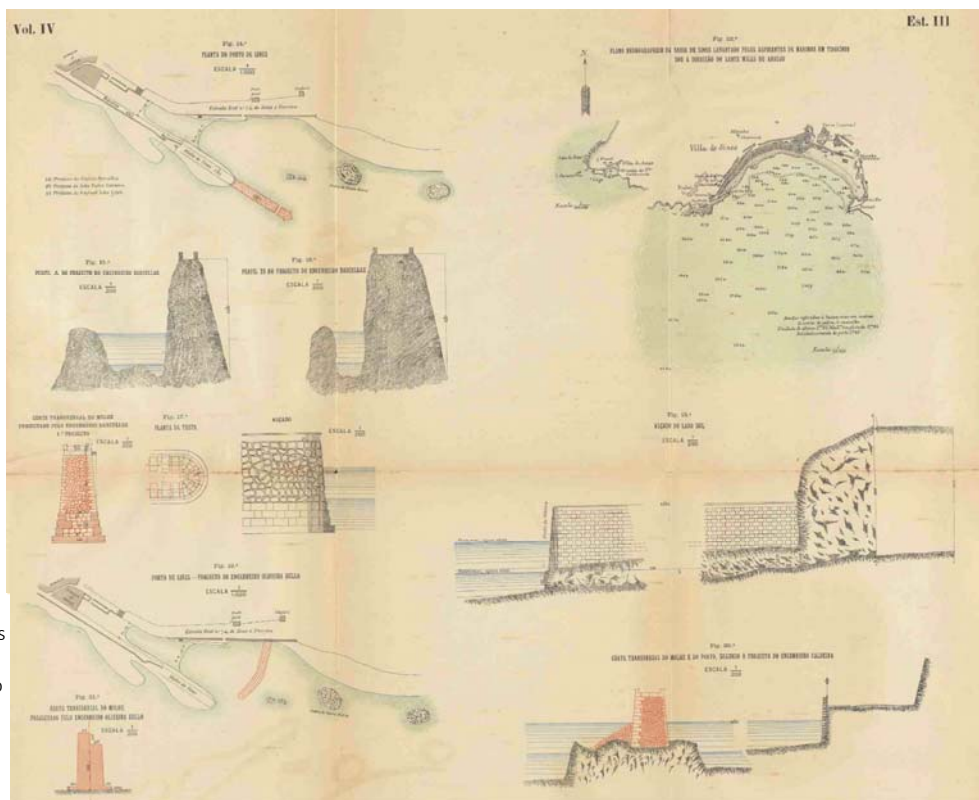


Figura 14 - Levantamentos das obras para a Calheta, autoria do engenheiro Adolfo Loureiro, publicados em 1909

Os desenhos iniciais para o porto utilizavam os elementos do abrigo natural formado pela falésia. A lógica da intervenção seria encerrar o espaço entre a encosta e uma formação rochosa, por meio de um paredão, de forma a abrigar por completo as embarcações. Este muro, de seis braças de grossura, ficaria sobre um rochedo, para onde planearam uma pequena praça de artilharia, que nunca chegou a ser construída.

Os armazéns da calheta, edifício que se adoca à encosta, funcionaria como armazém de sal, aprestos de pesca, e mercadorias. A construção deste edifício surge em algumas representações manifestando, no entanto, outro desenho que não o atual.

Mais tarde foram realizados uma série de levantamentos, assim como projetos para a reconstrução dos molhes, pela mão dos engenheiros João Gabriel de Chermont e Diogo Correia Mota entre 1781 e 1790. Foi sugerido que se aplicasse taxas às mercadorias, de modo a financiar as obras a realizar. Este projeto tinha por objetivo privilegiar o comércio, talvez pela dimensão destas plataformas fossem destinadas a atividades mercantis, mas não foram realizados. Com objetivo de controlar e relatar as mercadorias que passavam pelo porto de Sines, foi erguido, na rua de acesso à calheta, um pequeno edifício alfandegário, todo ele revestido a azulejo, no qual está inscrita a data da sua construção, 1872.

Também se podem encontrar alguns registos das obras públicas realizadas na calheta, através dos levantamentos do engenheiro Adolfo Ferreira Loureiro, publicado em “Portos Marítimos de Portugal” de 1909. São assinalados quatro projetos de diferentes autores, que intervêm sobre o paredão e o molhe sul, surgindo um novo molhe anexado ao percurso que acede à vila, esta estrutura encerrava o porto, funcionando como cais de embarque.



Figura 15 -
Embarcações ao
abrigo dos molhes
da Calheta, foto
de 1960

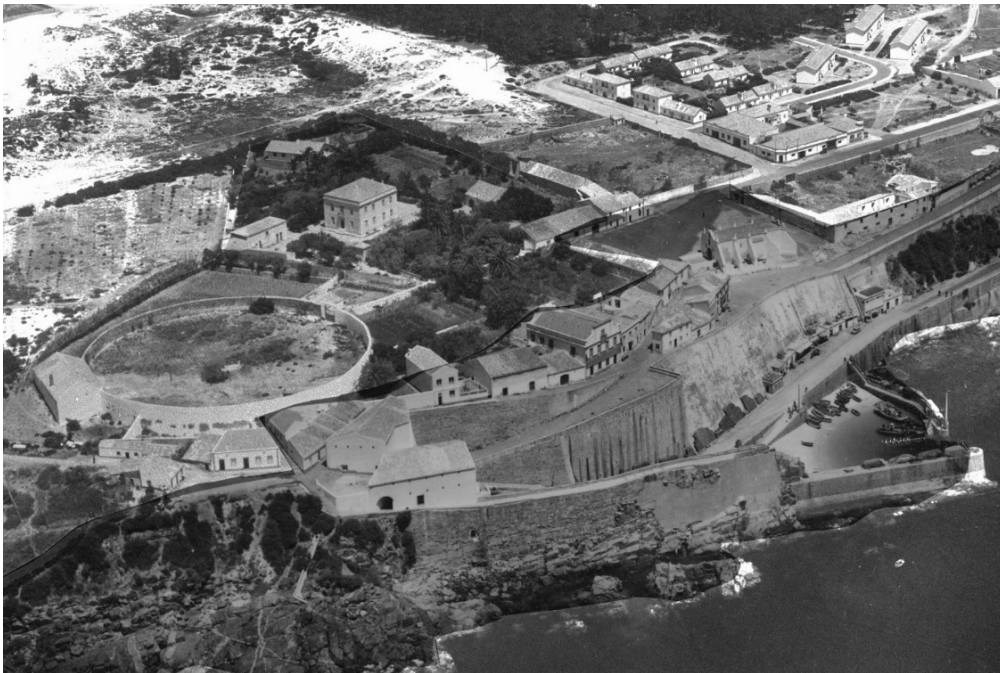


Figura 16 - Zona
da Calheta, início
do séc. XX

Destaca-se, nos primeiros projetos, um forte caráter militar em contraste com a vertente mais urbana das propostas finais. A última versão da estrutura portuária consiste num conjunto de retalhes, provenientes de um processo de acrescentos e reconstruções dos quais é difícil distinguir autores, assim como datas de construção.

Surge também nos planos uma nova estrada, um caminho que permite a ligação da arriba ao porto por meio de um socalco na encosta e um novo paredão. (atual rua Vasco da Gama que liga à avenida marginal).

Podemos constatar três “lógeas” no topo da encosta na orientação da ermida, tendo por função a produção de vinho e o armazenamento de aprestos de pesca e conservação de pescado.

Esta pacata vila piscatória começa a destacar-se a ganhar importância com o crescimento da indústria da conservação e salga de peixe, desenvolvendo-se um comércio externo consolidado sobre este excedente de produção. Posteriormente foi construída na proximidade das lógeas, no topo do promontório, uma estrutura circular da qual não há qualquer registo escrito. Presume-se que o seu propósito fosse complementar os serviços necessários à indústria pesqueira como a preparação das redes, aparelhos de pesca e eventual secagem do peixe capturado.

Parte destas atividades eram geridas por famílias. Neste local, surge uma propriedade em particular que implanta uma casa nas proximidades da igreja. O edifício foi mandado construir pela família Pidwell, uma família inglesa, proprietária dos moinhos de azenha e moagem, e produtora de vinho.

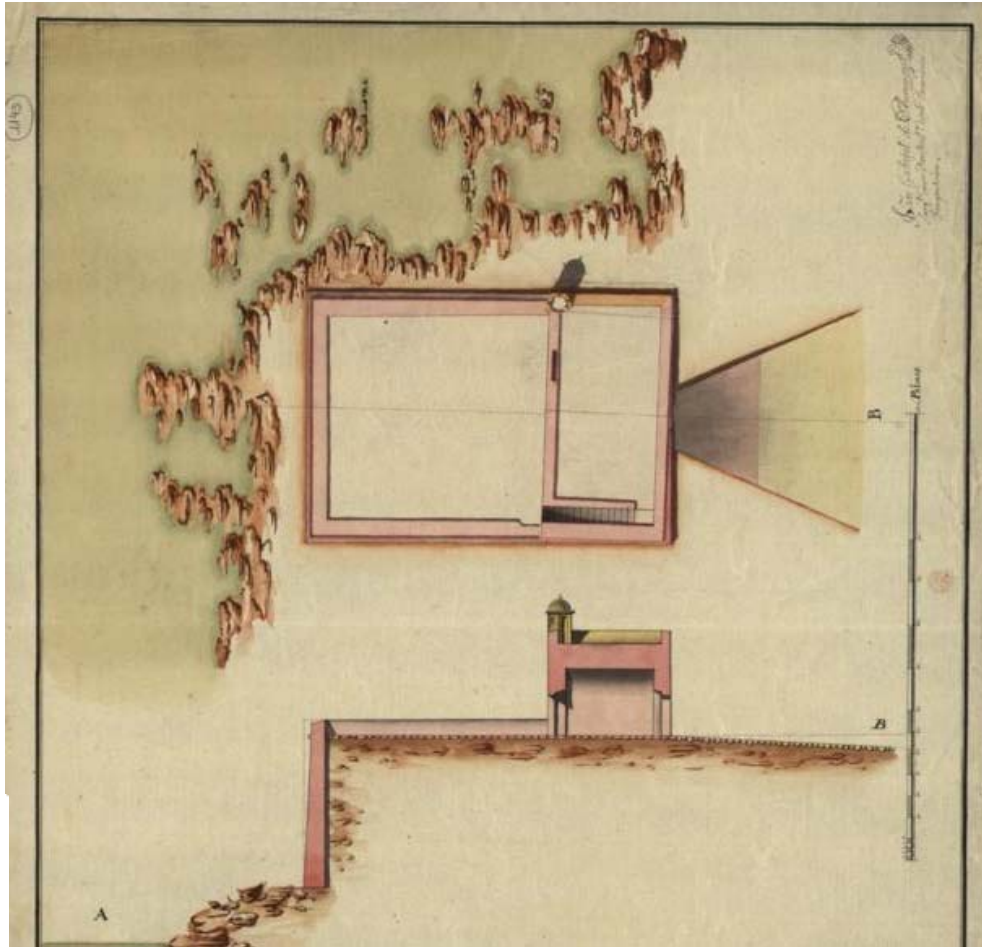


Figura 17 - Projeto de melhoria do forte do Revelim, autoria do engenheiro João Gabriel Chermont



Figura 18 - Forte do Revelim, vista da marginal

Forte do Revelim

Na segunda metade do séc. XVII, no reinado de D. João IV surge a iniciativa de criar um reforço militar na costa portuguesa através da remodelação de antigas fortalezas, assim como na construção de novas estruturas, mais modernas, em pontos estratégicos do território, esta medida resulta na edificação do forte do Revelim.

Pelo seu desempenho de vigia e proteção da vila se implantou este pequeno forte no extremo poente do cabo, com boa visibilidade sobre qualquer invasor que tentasse entrar na baía, sendo pensado para funcionar em conjunto com a fortificação do castelo, e com uma outra construção que teria sido planeada para o outro extremo da baía, conhecido como Pontal, tendo desta forma uma rede de fortificações que permitiam cruzar fogo sobre o inimigo.

A obra do forte ficou ao cargo do engenheiro do reino Alexandre Massai, também encarregue do forte da ilha do Pessegueiro. O seu desenho distingue-se dos seus contemporâneos, pela sua forma retangular, ao contrário das formas diamantadas com baluartes. Consiste numa plataforma sobre a encosta, onde seria colocada artilharia e na qual está assente um volume com duas salas abobadadas onde seriam guardadas as guarnições necessárias. O forte terá sido ocupado até 1884.



Figura 19 - Ermita
Nossa Senhora de
Salas



Figura 20- Tesouro
no interior da
ermida Nossa
Senhora de Salas

Igreja de Salas

A capela primitiva foi mandada construir pela princesa grega D. Vataça Lescaris no século XIV. Foi oferecida como forma de agradecimento pela ajuda que lhe foi concedida por parte do povo de Sines aquando da sua visita a Portugal, que lhe garantiu abrigo e segurança face a uma tempestade que a sua embarcação encontrou. Esta capela era bastante austera e tinha uma única nave. Ermida da Nossa Senhora de Salas cujo nome original “ermida Nossa Senhora de Salgas” foi sendo deturpado pelo tempo, deve a sua conotação à indústria da salga de peixe que marca uma forte presença no local onde esta capela se encontra.

A personagem do navegador Vasco da Gama está indissociavelmente ligada à história desta pequena igreja. Esteve presente numa série de intervenções na igreja, que recebeu vários elementos em sua honra, perpetuando a sua memória. Pela sua vontade de edificar uma nova igreja dedicada a Santa Maria que iria substituir esta ermida, surge bastante polémica e revolta na comunidade, levando à expulsão de Vasco da Gama da vila em 1507. Em 1605 D. Jorge I manda retirar da capela a lápide e as armas de Vasco da Gama, em respeito a D. Vataça, a fundadora da construção original.

A capela de linguagem tardo-gótico segue um modelo comum na arquitetura religiosa no sul de Portugal, é constituída por uma única nave de três tramos de abobadas em ogiva, articulada com uma capela-mor também esta abobadada.

Posteriores intervenções atualizam a construção segundo os cânones da arquitetura das respetivas épocas. No século XVII a capela-mor é dotada de talha dourada ao estilo nacional, de encontro ao estilo barroco. Em finais do século XVI é acrescentado um pórtico manuelino à fachada da igreja, ladeado por colunelos torsos.



Figura 21 –
Postal, praia de
banhos de Sines



Figura 22 -
Folheto turístico

Neste pórtico inscreve-se uma moldura que enquadra a imagem de Nossa Senhora da Assunção, relacionando-se com o revestimento a azulejo no interior da capela que ilustra passagens da vida da virgem. Estes elementos foram sujeitos a ações de conservação e restauro por parte do IPPAR e do Departamento Histórico e Artístico da Diocese de Beja. O interior da capela guarda hoje uma coleção de tesouros constituído por ofertas votivas como painéis pintados, jóias, vestidos bordados, entre outros.

Esta capela desempenhou um papel significativo na vida dos habitantes e neste complexo marítimo, não só como local de fé, mas também como local de vigia e até proteção e defesa, evidente na sua construção fortificada, perdendo, no entanto, esta funcionalidade aquando da construção do Forte do Revelim. É imóvel classificado pelo Instituto Português do Património Cultural.

Séc. XIX e XX

Os novos interesses e programas que surgem nos finais do século XVIII levam a um maior preenchimento do território. A praia de banhos e veraneio passa a ser um local procurado pelos portugueses para passar férias. Cresce esta ideia de destino turístico e componente hoteleira, de qualidade acrescida pelas características geográficas particulares, que acompanha algum investimento nestas áreas, como acontece no resto do país.

Surgem novas construções de maior escala que contrastam na paisagem urbana de pequena escala como é o caso do sanatório que se implanta no topo da falésia. Algumas intervenções começam a ocupar grandes partes do território, refletindo um certo desenho urbano, principalmente os novos bairros de carácter mais social.



Figura 23 –
Construção do
terminal de
granéis líquidos,
1975



Figura 24 –
Baía de Sines,
após a chegada
do porto
industrial

A construção de um novo complexo portuário

Sines descobre potencial na construção de um novo porto marítimo de águas profundas com capacidade de explorar um novo conjunto de atividades a uma escala alargada. A sua localização geográfica na fachada ibero-atlântica é uma das características imprescindíveis para o sucesso do porto, permitindo afirmar-se enquanto porta de entrada na Europa. Este empreendimento tem iniciativa do estado, cuja notícia é dada através de decreto de lei em 1971. O porto é gerido por uma sociedade anónima que funciona com capitais exclusivamente públicos.

O negócio do transporte de mercadorias por meio de contentores é reconhecido como o mais procurado e rentável, pelo que se demonstra grande interesse em continuar a investir neste setor. O porto continua a crescer e prevê-se a expansão dos seus terminais. As suas infraestruturas também têm garantido o abastecimento energético de Portugal, através da receção, transporte e processamento de petróleo e derivados, carvão e gás natural.



Figura 25 –
Complexo
portuário de Sines,
foto atual

A primeira fase das obras inicia-se em 1973. Seguem-se grandes investimentos ainda no século XXI, sendo que o processo de construção do porto é gradual.

Em 1977 é criada a APS (Administração do porto de Sines). Numa primeira fase a administração apropria-se da antiga casa Pidwell, após uma curta ocupação, estabeleceram a sua sede nas proximidades, através da construção de um novo edifício de grande escala. A zona a norte da calheta é maioritariamente ocupada por infraestruturas da zona de atividades logísticas do porto.

A construção do porto é desadequada em relação às características morfológicas e topográficas do local. A grande maioria do complexo está assente num aterro artificial. Numa procura de controlo sobre as condições do mar, a cidade cresce sobre o mar. O processo das obras transformou radicalmente o território, assim como a sua apropriação, a cota baixa passa agora a ter um uso mais intenso. É criado um novo percurso que facilita o transporte de materiais de construção. Este percurso tinha por objetivo ser curto e prático, resultando no corte dos elementos preexistentes. Gera-se um conflito entre o novo caminho e a antiga estrutura portuária da Calheta que fica desfigurada. O mesmo processo acontece no extremo oposto da baía, no Pontal, onde a topografia é radicalmente alterada.

Estas intervenções propõem não só a construção do porto industrial, mais afastado da população, mas também são implantados alguns programas mais próximos da comunidade. São construídos dois pontões interiores, albergando o porto de pesca a oeste e o porto de recreio a este. O areal da praia mantém-se no centro da baía.

Novas indústrias surgem como forma de servir e gerir a chegada de recursos ao porto, desenvolvem-se na periferia da cidade, como a petroquímica e a termoelétrica. A circulação destas matérias é feita por meio de

MISSÃO DA ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE SINES

Assegurar o exercício das competências e atribuições de planeamento, modernização, promoção e regulação do Porto de Sines, visando a racionalização e optimização do aproveitamento dos seus recursos e a eficiência económica e operacional, no respeito pelos requisitos de segurança e ambiental, proporcionando satisfação aos clientes e valor acrescentado no mercado ibérico e europeu.

VISÃO PARA O PORTO DE SINES

Ser um porto mais eficiente e competitivo que, tirando partido das suas infra-estruturas portuárias e das suas características físicas e geográficas, se consolida como um activo estratégico nacional com relevo no contexto portuario europeu e mundial.

LEGENDA

- 1 Terminal de Granéis Líquidos
4 Pontos de Acção
Fundo de - 28 m/2H
Navios até 350.000 Dwt
Principais Produtos/Movimentados: Rancos, Refinado, LPG, Metanol, Nafta
 - 2 Terminal Petroquímico
2 Pontos de Acção
Fundo de - 12 m/2H
Navios até 20.000 m3
Principais Produtos/Movimentados: Propileno, Etileno, Etadieno, E.TBE, Etenol, MTEB, Mescla Atomática, Metanol
 - 3 Terminal Multipurpose
4 Cas de Acção
Comprimento do Cas: 140 metros, 265m, 445m
Fundo de - 18m/2H
Navios até 150.000 Dwt
Principais Mercadorias/Movimentadas: Granéis Sólidos, Carga Geral e Ro-Ro
 - 4 Terminal GNL
1 Ponto de Acção
Fundo de - 15m/2H
Navios até 165.000 m3
Produto/Movimentado: Gás Natural Liquefido
 - 5 Terminal XXI - Contentores
Comprimento do Cas: 390m (2018), 650m
Fundo de - 16m/2H
Principais produtos e super post-paquemas
 - 6 Porto de Pesca
Comprimento do Cas de acesso: 200 m
Comprimento do Cas de descarga: 140 m
Facilidades: SGA, fábrica de gelo, oficinas, combustível, abastecimento de água e energia
 - 7 Porto de Recreio
Capacidade para 230 lugares
Embarcações até 20 m
Principais Recreios: água, eléctrica, combustíveis, praia, praia, recreio e banheira
 - 8 Porto de Serviços
2 Cas de acção
Fundo de - 6 m/2H
Navios até 5.000 Dwt
 - 9 ZAL Sines
 - 10 ZAL - Zona Industrial e Logística de Sines
- Situação Marítima
 Área de Expansão
 Rodovia
 Rodovia (Projecto)
 Ferovia

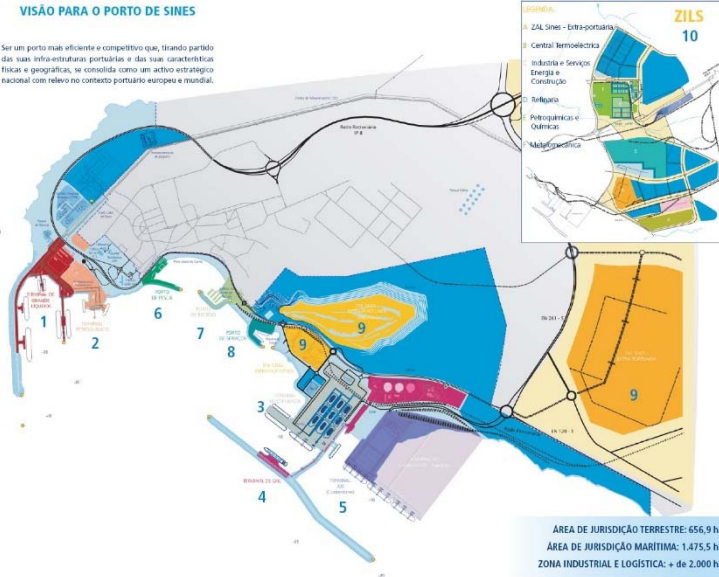


Figura 26 – Planta funcional das infraestruturas do complexo portuário



Figura 27 – Pedreira do porto, a sul da cidade

caminhos de ferro, e *pipelines*, que introduzem uma forte presença no território. A cidade fica envolta nestas infraestruturas.

De forma a garantir um bom planeamento do processo de construção das infraestruturas do complexo e do crescimento da cidade, a gestão urbana e territorial de Sines passa para uma entidade supramunicipal criada em 1971, o Gabinete da Área de Sines(GAS).

O porto marítimo dispõe de uma um ordenamento de referência, livre de pressões urbanas, assegurando uma capacidade de expansão a longo prazo. Esta condição limita, no entanto, a capacidade de crescimento da cidade na forma como se relaciona com a sua envolvente. Presenciamos uma rutura do que seria o curso espetável de crescimento da cidade, que vem a ser interrompido pelas intervenções sucessivas necessárias ao funcionamento de um porto em expansão.

Em 1988 dá-se a extinção do GAS e é recuperada a tutela do planeamento pela Câmara Municipal.

PROGRAMA DE ACÇÃO PARA A REGENERAÇÃO URBANA DE SINES

VALORIZAR O PASSADO,
QUALIFICAR O FUTURO



Figura 28-
Capa do documento
elaborado pela
Câmara Municipal
de Sines

Os planos de reabilitação urbana para o centro histórico

Foi realizado um diagnóstico preliminar no início de 2009, revisto e aprovado na sequência de debates entre quadros políticos, técnicos e consultores do município. Esta antevisão serviu de programa base à proposta de projetos e planos de pormenor tendo por objetivo a reabilitação urbana de Sines com foco na regeneração e dinamização do seu centro histórico, combatendo os processos de abandono e descaraterização que cidade começou a manifestar. É necessário reestabelecer urbanidade e dar qualidade aos espaços públicos.

“(…) a cidade desenvolveu-se com algum desenho, mas sem qualidade no edificado e, menos ainda, sem uma gestão de usos e qualquer espécie de preocupação com o património urbanístico, ou seja, e em suma, sem atender ao equilíbrio urbano e ambiental.” (Plano de pormenor de salvaguarda da zona histórica de Sines p.8)

Os planos elaborados pelos órgãos da Câmara Municipal fundamentam-se num conjunto de estudos prévios, inquéritos e levantamentos detalhados das zonas mais antigas. É com base nesta análise do funcionamento do território que são propostas um conjunto de ações.



Figura 29 –
Estratégia de
reabilitação do
centro histórico
de Sines



Figura 30 –
Projeto da
requalificação da
avenida marginal
Vasco da Gama

A fixação da estrutura morfológica de Sines estabelece-se a partir do período medieval aquando da criação do conselho em 1362, gerando-se um tecido urbano segundo uma lógica que se mantém praticamente inalterada nos dias de hoje. As problemáticas apontadas têm por base a descentralização e atração por outros pólos da cidade com novos programas e novos dinamismos que se fragmentam em volta da povoação. Até então já tinham sido tomadas medidas para dinamizar o centro histórico, como é exemplo o museu de artes contemporâneas.

“Todos consideram a situação grave, mas ninguém consegue indicar uma solução eficaz, isso porque ela não existe” (Plano de pormenor de salvaguarda da zona histórica de Sines p.3)

As soluções para uma revitalização do centro histórico devem seguir um planeamento eficaz que recupere e preserve a identidade urbana de Sines, passando por intervenções integradas e diversificadas.

São elaboradas uma série de propostas, algumas das quais já realizadas. Um aspeto que é tomado como fulcral é a melhoria da mobilidade no centro histórico, através da repavimentação dos principais eixos e do novo desenho dos espaços na envolvente do castelo. Será também importante a recuperação do castelo de Sines, da muralha e das construções no seu interior.

A dificuldade de ultrapassar a barreira topográfica leva à construção de um elevador público que facilita o acesso entre a cota alta e a marginal. O arranjo da marginal pretende reforçar o seu carácter pedonal, reduzindo a circulação automóvel de duas para uma faixa de rodagem associada à construção de uma ciclovia.



Figura 31 –
Elevador Vasco
da Gama



Figura 32 –
Festival “Músicas
do mundo”, no
interior das
muralhas do
castelo

Propõem a construção do pátio das artes, uma nova praça contígua ao museu de arte contemporânea, zona polivalente para estadia e realização de eventos. Com objetivo de fomentar o ensino artístico surge uma nova escola de artes no edifício da antiga Câmara Municipal. Como investimentos futuros prevêem-se arranjos de espaços urbanos no largo Ramos da Costa e no quintal da Câmara Municipal.

A requalificação e consolidação da freguesia faz também parte das intervenções propostas, pelo que se encontra um pouco danificada pelas águas da chuva e pelas várias ações de demolição que foram conduzidas para a construção do porto. É feita referência a um monumento ao pescador, que seria proposta no local da antiga ribeira, no entanto nada mais é acrescentado.

As intervenções de dinamização do centro histórico são complementadas por um calendário de animação cultural, música, comércio que unem as iniciativas de regeneração da cidade.

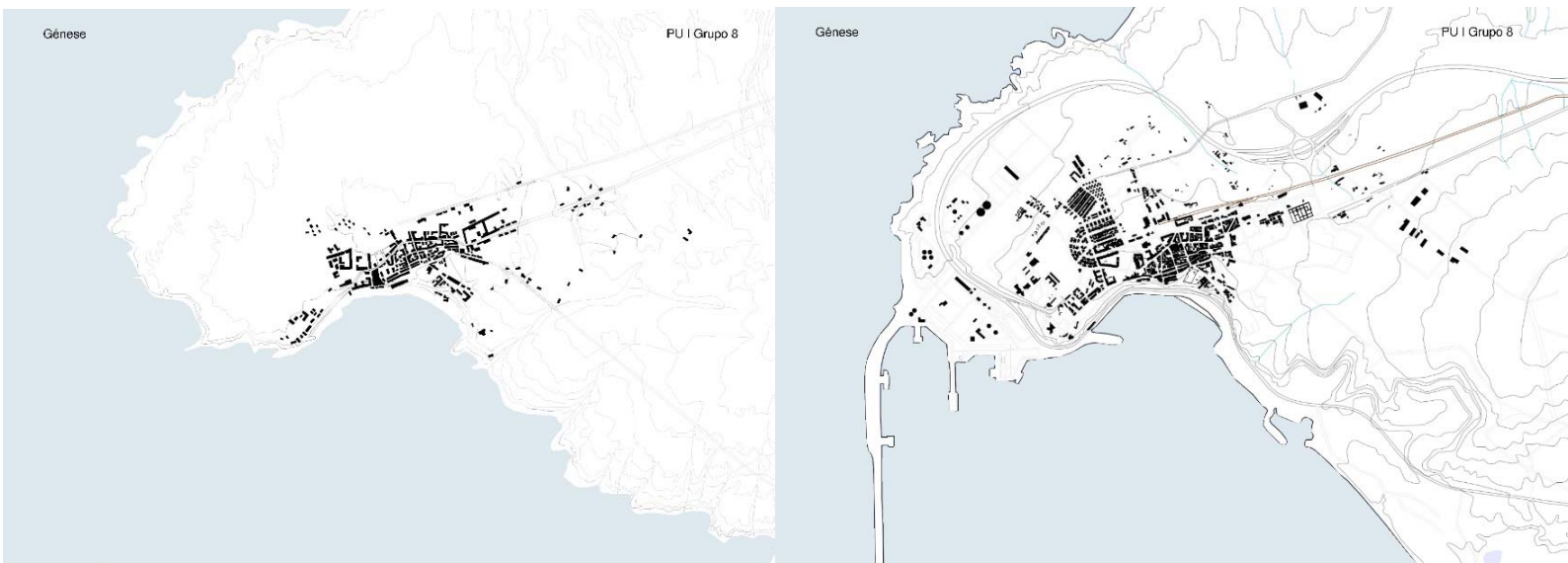


Figura 33 –
Evolução da cidade,
1960 (6000 habitantes) -
1988 (11153 habitantes)



Figura 34 –
Relação do centro
histórico com a zona
da Calheta

ESTADO ATUAL: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DO LUGAR

Após visitar Sines deparamo-nos com uma cidade algo conflituosa. Existe um contraste evidente entre o centro histórico e as infraestruturas do porto marítimo. É uma cidade que reserva valor no seu património, na sua história e nos seus monumentos. No entanto ambiciona crescer em torno da atividade industrial e mercantil de grande escala. A paisagem de costa alentejana, algo rústica e pitoresca, dá lugar a uma paisagem nova industrial.

A sequência de acontecimentos ao longo do tempo foi fragmentando os elementos identitários da cidade, resultando num território segregado. O processo lógico de crescimento da cidade é interrompido pela construção das infraestruturas de apoio ao porto marítimo que se realizaram nas últimas décadas. Um conjunto de terminais, de *pipelines*, caminhos de ferro, viadutos e complexos industriais muralham a cidade. Estes elementos funcionam como barreiras, criando ruturas na continuidade urbana.

Sines sempre funcionou a uma cota elevada, distanciada do nível do mar por meio da barreira topográfica. A falésia dificulta o acesso à marginal. Esta via foi criada para responder às necessidades da construção do porto industrial, não demonstrando nenhum propósito significativo no contexto atual. A imagem de uma marginal desertificada é evidente. Sem qualquer gesto de apropriação ou ocupação. As suas grandes dimensões sugerem um uso intensivo, que não se efetiva.

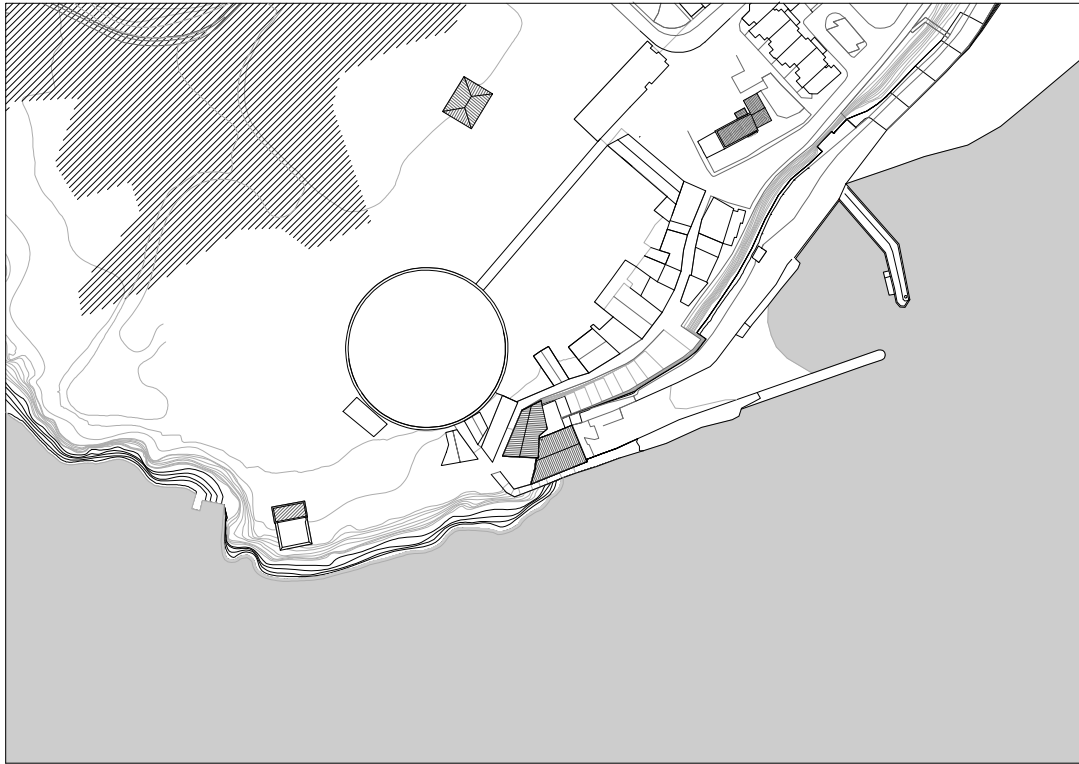


Figura 35-
Reconstituição
da zona da
Calheta, 1960

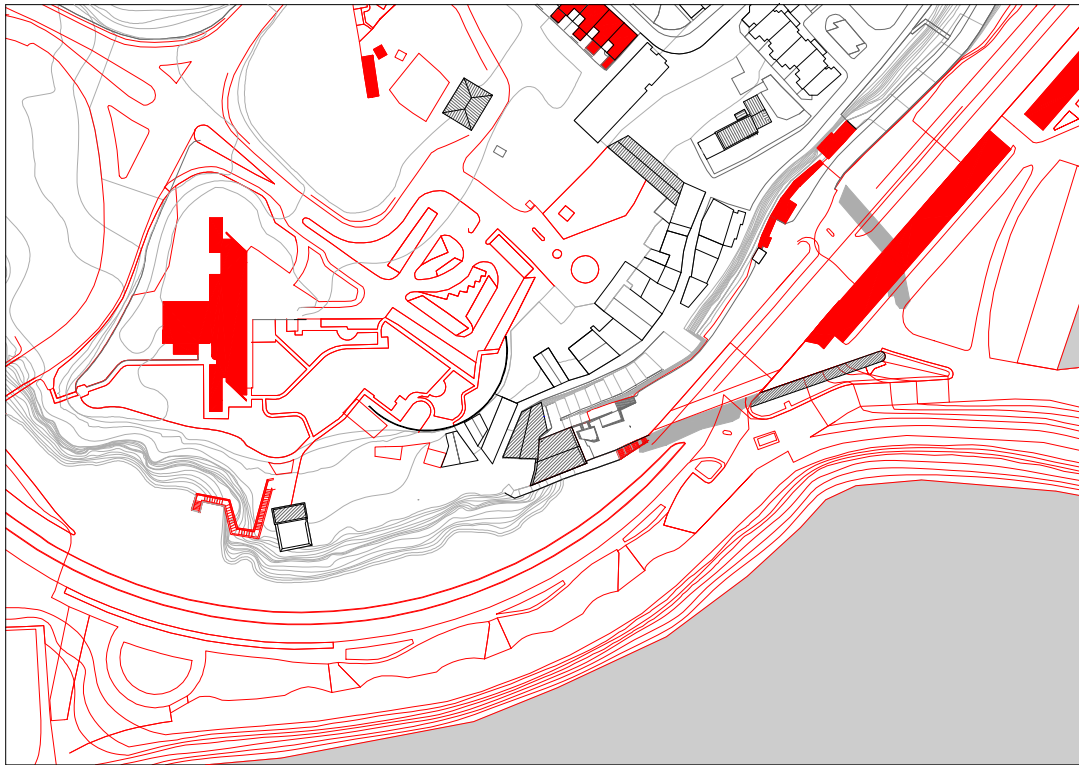


Figura 36-
Zona da Calheta,
2005
-construções
novas (vermelho)

10m 100m

(des)articulação do centro histórico

A falta de articulação entre o centro histórico e a sua envolvente aparenta ser uma das principais problemáticas da cidade. Num primeiro momento, dentro da estrutura urbana, a relação entre o centro e a zona histórica do Revelim é dificultado por um acesso pouco evidente, o antigo eixo vai sendo diluído por meio de novas estradas e construções. Este percurso é fundamental para que se entenda a relação entre ambos e se garanta uma continuidade entre os dois pólos históricos.

O abandono e descaracterização da Zona da Calheta

A zona da Calheta, ou a antiga zona pesqueira, em contraste com o núcleo consolidado, não apresenta qualquer planeamento. É uma zona abandonada, esquecida perante o contexto da cidade. Os seus espaços e construções não são sequer mencionados enquanto parte íntegra de alguns dos roteiros turísticos de Sines. Não existe uma noção de importância, ou cuidado perante este local tão presente na história da cidade.

Revela-se como uma zona crucial a ser recuperada devido ao seu património urbano e edificado. Sofre de uma ocupação desadequada e fragmentada. Este espaço foi sofrendo alterações profundas, onde consecutivas intervenções de diferentes escalas entram em conflito, resultando num certo caos gerado por diferentes apropriações num mesmo lugar.

Os armazéns da ribeira surgem como uma incógnita no território. Numa primeira aproximação é difícil compreender o propósito desta estrutura no contexto em que se encontra. Esta construção está descaracterizada, tendo sido parcialmente destruída durante o processo de construção do complexo do porto industrial. O seu mau estado de conservação parece resultar não só do seu desuso como também numa forma desarticulada. Parte do molhe que foi cortado ainda

Figura 37 –
Contraste de
escalas
Forte do Revelim
em primeiro
plano, APS em
segundo plano



Figura 38 –
Apropriação do
topo da encosta
por parte da APS



Figura 39 –
Abandono dos
Armazéns da
Calheta, ultimo
pisso



permanece do lado oposto da marginal, deixado como vestígio da construção antiga.

Foi deixada uma passagem, na forma de túnel, permitindo o acesso entre o atual porto de pesca e os armazéns da ribeira, no entanto, encontra-se atualmente encerrada. O aterro da marginal soterrou a encosta, alterando radicalmente a topografia.

Por sua vez, o topo da encosta foi apropriado pela Administração do Porto de Sines, resultando num misto entre espaço histórica e corporativo, público e particular. Esta presença desadequada por parte da identidade portuária já se fez sentir aquando da ocupação e sucessivo abandono da casa Pidwell enquanto Sede administrativa. A casa Pidwell é um edifício de valor histórico que hoje permanece em estado de ruína.

A consequência destas ações resulta numa falta de espaços públicos de qualidade, sendo que a estrutura viária e os estacionamento saturam e ocupam largamente a zona.

A precariedade dos acessos, dos pavimentos, da caracterização dos espaços e sobretudo do abandono da zona perante as novas construções da administração portuária manifestam um espaço descaracterizado, onde se podem encontrar fragmentos e vestígios de um passado esquecido.



Figura 40 –
Maquete de
estudo da zona
da Calheta

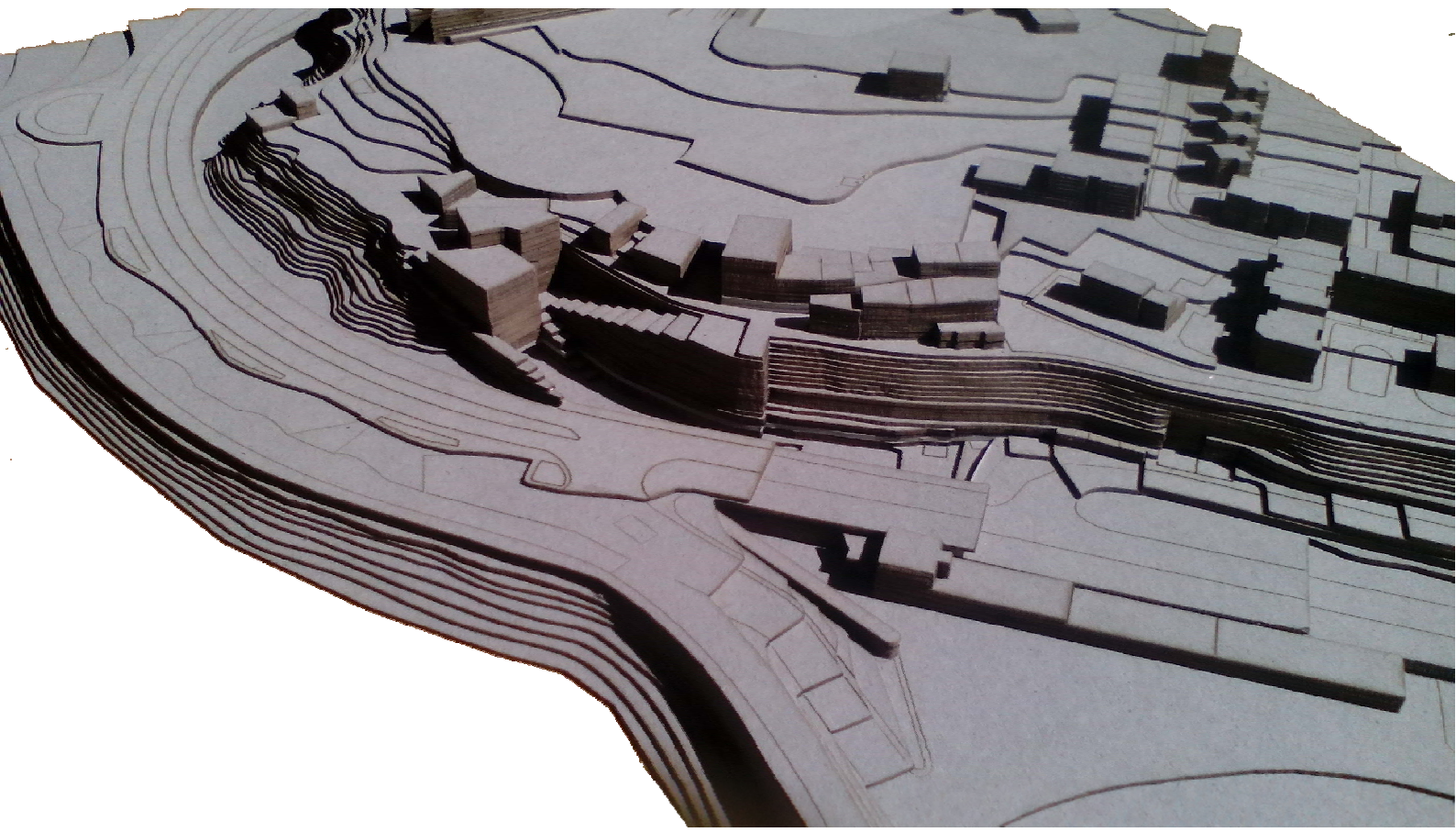


Figura 41 –
Maquete de
estudo da zona
da Calheta



Figura 42 –
Fotografia aérea
do centro
histórico de
Salemi

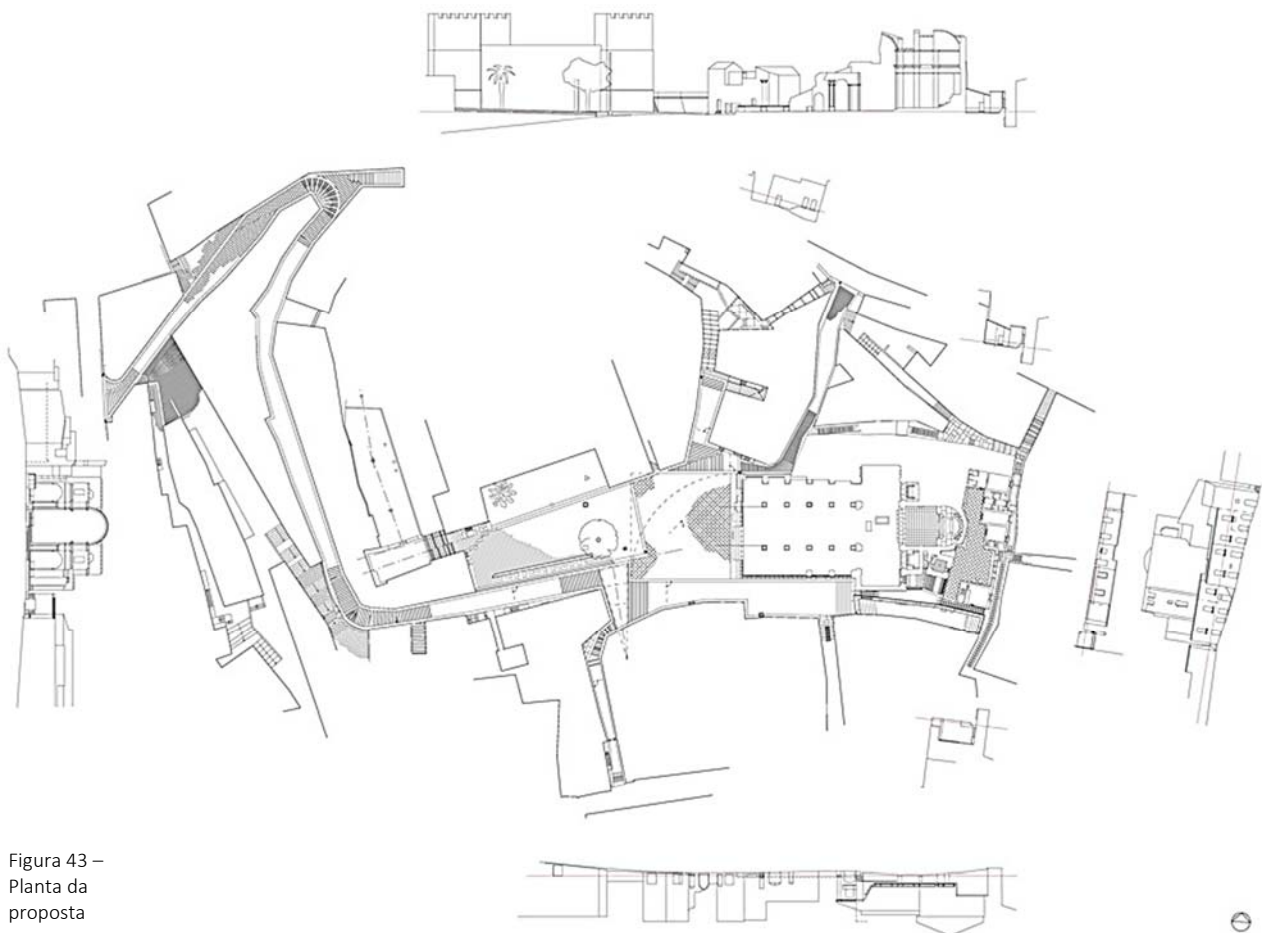


Figura 43 –
Planta da
proposta

O CASO DE SALEMI

Reconstrução da catedral e Piazza Alicia, Salemi, Sicília

Arquitetos Álvaro Siza e Roberto Collová

Face ao terramoto de 1968 que abalou o centro histórico de Salemi surge a necessidade de intervir sobre os espaços e construções onde o impacto se sentiu mais devastador. Em 1980, por iniciativa dos vários municípios afetados, em conjunto com a faculdade de arquitetura de Palermo, foi criado um grupo de trabalho capaz de refletir sobre a necessidade de intervir no centro histórico. A equipa debruça-se sobre um planeamento sensível para as questões do contexto com foco na restauração, na preservação da cultura e nas construções tradicionais. O resultado destas discussões dá origem ao plano que reabilita e recupera tanto um conjunto de vias e antigos caminhos, como diferentes espaços públicos no centro medieval.

Inserido num grupo de projetos de recuperação urbana, os arquitetos Álvaro Siza e Roberto Collová são destacados. São propostas diversas ações que resultam num desenho que recupera a precariedade dos acessos através de novos pavimentos, escadas e rampas, procurando qualificar uma rede de percursos. Alguns vazios urbanos e lotes demolidos são libertados de forma a gerar novos acessos.



Figura 44 –
Nova escadaria



Figura 45 –
Vista aérea da
Piazza Alicia

A peça central do projeto é a intervenção sobre a catedral, arruinada pelo colapso da cobertura e parte das fachadas e posteriormente alvo de demolições indevidamente ponderadas. Numa primeira fase, foi debatido o processo de restauração da catedral. De forma inovadora, os arquitetos distanciaram-se do tradicional conceito de restauração arquitetónica, contra a vontade da população local, que preferia recuperar a antiga construção na sua integridade.

Seguiu-se uma fase de consolidação das ruínas, de forma a garantir a sua estabilidade. O monumento, ainda que destruído, mantinha uma forte presença visual, continuava a definir o lugar. Os arquitetos procuram estabelecer um equilíbrio entre antigo e novo através do desenho onde exploram continuidade e rutura, completo e vazio. A memória da catedral é mantida pelos seus diversos elementos construtivos. As fundações antigas servem de base a uma plataforma elevada, cobrindo toda a superfície da implantação. O espaço público invade o corpo da igreja. O carácter de drama e destruição é substituído pela valorização dos vestígios arqueológicos.

Os restos da ábside da igreja são deixados como pano de fundo, reforçando um novo carácter cenográfico. A praça é desenhada por um conjunto de fragmentos da antiga igreja. Na procura da unidade compositiva do espaço são resgatados alguns dos elementos derrubados. Diversas bases de colunas e peças decorativas foram seleccionadas de entre os escombros da demolição e repostos no seu devido local.



Figura 46 –
Piazza Alicia



Figura 47 -
Plataforma da
praça sobre o
envasamento da
antiga igreja

“Weightless and spontaneous, respectful of the site and landscape, clever synthesis and moment of encounter between different temporalities, the work of Siza and Collová, has found in the relationship with the historic urban place, one of its moments of great splendour.” (Antonella Versaci & Alessio Cardaci, 2012, p.211)

Neste caso, a intervenção não descarateriza a ruína, atribui-lhe qualidades que esta não possui. A forma de agir interpreta o passado, no entanto, a nova intervenção não se torna protagonista, distinta da pré-existência, é silenciosa, mas significativa.

PROPOSTA

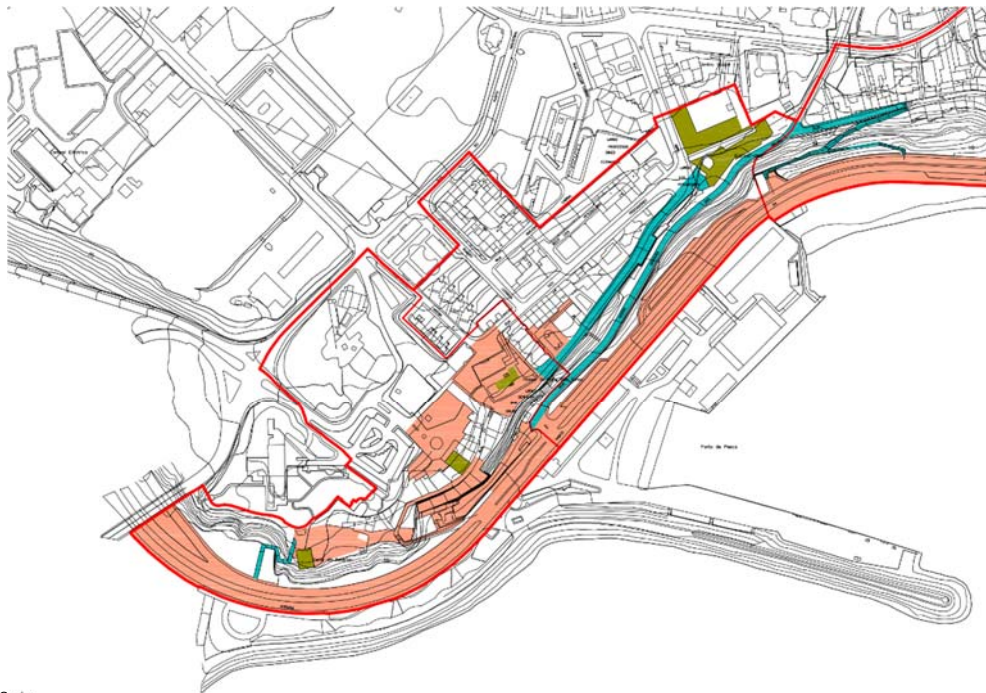


Figura 48 –
Anteplano do PPS da
zona histórica,
espaços urbanos
especiais

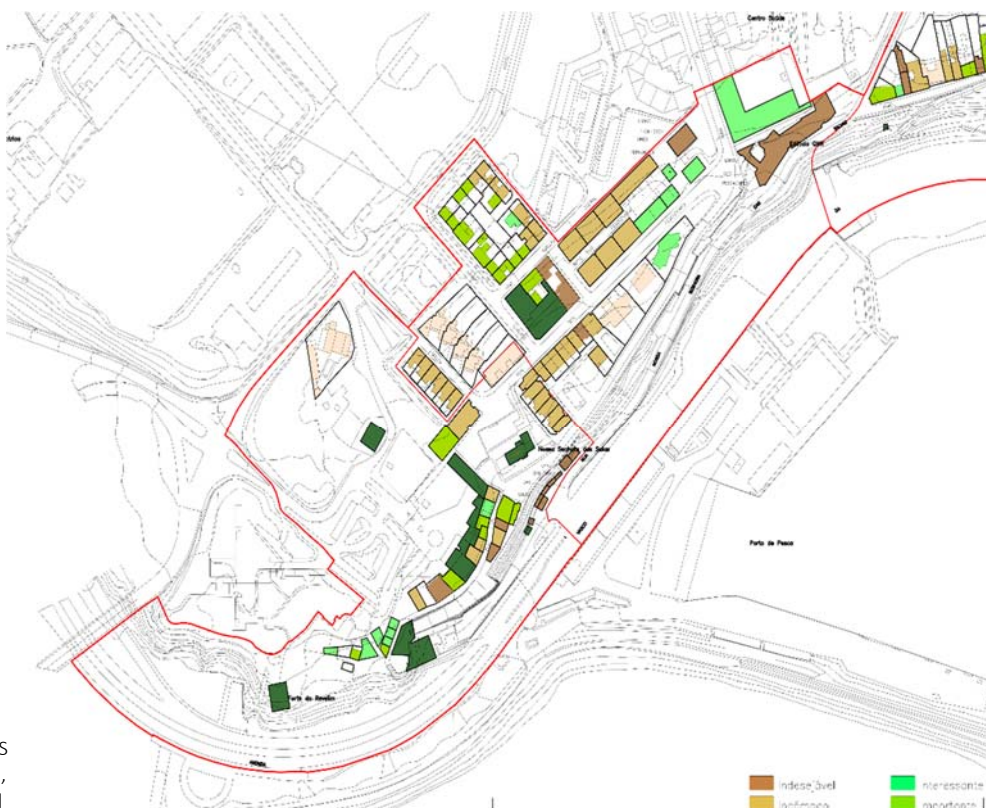
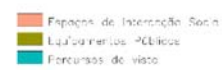


Figura 49 –
Anteplano do PPS
da zona histórica,
valor patrimonial
urbanístico



UM CONJUNTO DE INTERVENÇÕES

CONSULTAR DESENHOS 1, 2, 3.1 E 3.2

Face ao território segregado de Sines, surge a necessidade de ultrapassar os obstáculos criados pelas infraestruturas portuárias e industriais de forma a re-articular o núcleo urbano com o seu contexto.

No trabalho de grupo apontamos três ligações a recuperar no território, com o intuito de quebrar o isolamento que o centro histórico sofre. Este plano propõem um percurso para sul que recupera a ligação às praias, a Porto Covo e à ilha do pessegueiro, assim como um percurso em direção a Santiago do Cacém e Miróbriga. Procuro resolver uma terceira ligação, que articula o centro histórico com a antiga zona portuária.

os planos

A proposta aqui apresentada pode ser entendida como um complemento aos estudos e planos de reabilitação urbana elaborados pela Câmara Municipal de Sines. Estes planos consolidam o centro, no entanto, não abrangem a zona da Calheta, não a considerando como foco das intervenções sobre a camada histórica da cidade. Sendo assim, este local necessita de ser intervencionado antes que perca por completo os valores que reserva. A zona da Calheta sofreu um processo de descaraterização quando exposto aos efeitos do tempo e à falta de planeamento.

O objetivo geral da proposta passa por recuperar a área em questão, tendo como foco reencontrar o seu papel como elemento essencial na compreensão de Sines enquanto cidade histórica.

A proposta define-se num conjunto de intervenções, onde o valor individual de cada projeto desempenha um propósito numa estratégia alargada. As várias problemáticas devem ser abordadas a diversas escalas.



Figura 50 –
Ligação da zona
da Calheta ao
centro histórico,
obstáculos



Figura 51 –
Antigo caminho,
local onde se
implanta o atual
edifício da
Guarda Costeira
de Sines



Figura 52 –
Proposta de
intervenção
sobre a zona da
Ermida da Nossa
Senhora de
Salas

É através do desenho que se recupera a identidade do lugar. Todos os novos gestos procuram não só ser pertinentes no seu propósito, como ser sensíveis ao contexto histórico e ao património urbano que se propõem valorizar. Surge um processo que procura articular o novo e o antigo, de forma a encontrar harmonia entre ambos, a memória é o valor que protagoniza todas as intervenções.

a ligação ao centro histórico

O ponto de partida para a formulação da estratégia passa por recuperar o antigo percurso entre o centro histórico e a zona da Calheta. Os dois pólos têm de funcionar como um conjunto, como forma de sobreviverem e serem entendidos como parte de um todo. De forma a revitalizar este lugar desconexo, que faz parte de um organismo maior, é crucial fortalecer o que os conecta: a articulação física com o centro histórico através de um percurso direto é essencial.

O edifício da guarda costeira serve de obstáculo ao antigo percurso que unia o centro ao porto, contudo a implantação deste edifício é desadequada, visto que está construído literalmente em cima de um percurso existente. Assim sendo, propõe-se a reposição deste acesso e a demolição desta construção indesejada. A afirmação deste percurso permite a chegada ao forte do Revelim, retomando o protagonismo do monumento enquanto elemento chave na leitura do território.

O acesso

O acesso ao local é impercetível, a Igreja de Salas aparenta rematar o percurso histórico. Um grande vazio é dissimulado pelas construções envolventes. O património construído não é percetível a quem visita o lugar. Não se torna óbvia a sequência de elementos que outrora formavam um conjunto coeso.



Figura 53 - Espaços verdes atuais e proposta de novos espaços (vermelho)



Figura 54 - Vias rodoviárias e proposta de estacionamento

Propõem-se um acesso mais afirmado e evidente, privilegiando a permeabilidade urbana através da intervenção no espaço adjacente à Igreja de Salas.¹

A sucessiva descaraterização da zona resulta num amplo espaço enigmático, sem carácter nem identidade, onde fragmentos de história são deixados sem nada que os una ou os destaque. A sua interpretação é deixada em aberto e a sua visita dificultada.

Procura-se atribuir ao espaço um novo carácter, o lugar deve ter um propósito na cidade, um programa urbano. Não existem em Sines espaços verdes com qualidade. Aponta-se como estratégia a não densificação, mas sim a adequada utilização dos privilégios locais: espaço, paisagem e contexto, pelo que se desenha um parque.

o parque

O parque acompanha-se de um conjunto de espaços pavimentados com diferentes hierarquias, articulados entre eles por novas ligações. Definem-se quatro zonas distintas de estar: um largo que distribui para o bairro, garantindo um acesso ao edifício da Polícia Marítima e ao restaurante, e a algumas habitações; um pequeno espaço que circunda a casa Pidwell; uma zona que antecede a Administração do Porto de Sines(APS), privilegiando a sua relação com o acesso viário ao invés de invadir o centro do parque; e ainda um espaço com carácter de praça no centro do parque, que resgata os vestígios de uma antiga estrutura da pesca.²

¹ Projeto “passar”

² Projeto “redesenhar”

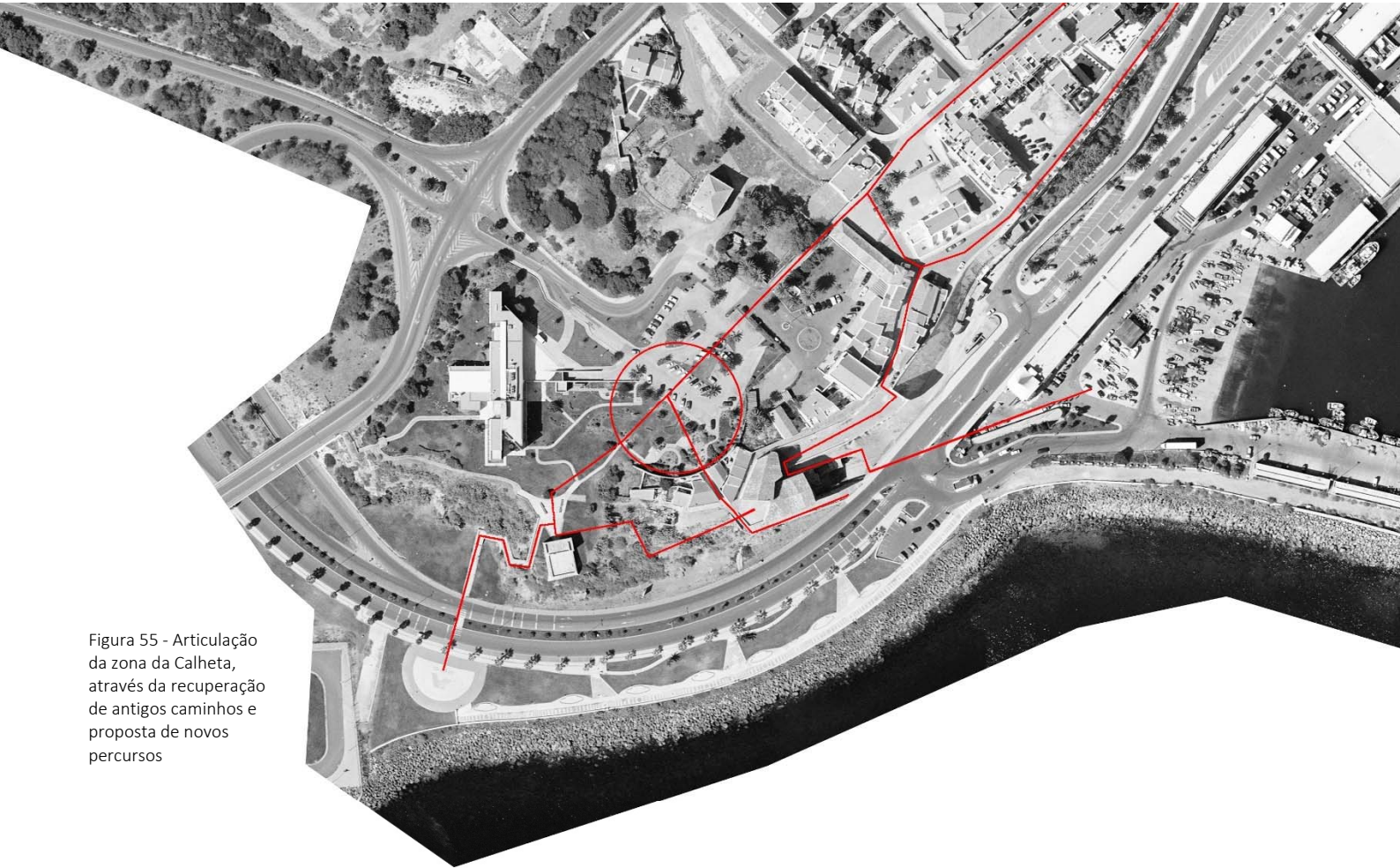


Figura 55 - Articulação da zona da Calheta, através da recuperação de antigos caminhos e proposta de novos percursos



Figura 56 - Túnel que permite a passagem dos armazéns da Calheta para o atual porto de pesca, por baixo da avenida marginal



Figura 57 - Pórtico de acesso à estrutura circular dos pescadores, entaipado

A ideia é retirar o protagonismo do carro sobre o local e potenciar a circulação pedonal. O desenho de um espaço com várias valências e potencialidades substitui os confusos arranjos de canteiros que separam amplos lugares de estacionamento.

O estacionamento neste local será, no entanto, uma problemática constante, propondo-se a construção de um edifício de estacionamento junto à estrada, libertando o interior do lote. Esta construção serve não só os trabalhadores da APS como quem visita o local. Ajuda a criar uma frente de rua e a encerrar o espaço a norte.

caminhos

A rede de caminhos de acessos que articula as construções antigas está fragilizada, reestruturar os vários percursos potencia uma circulação mais confortável e conduz a um dinamismo saudável entre programas e espaços. Novos percursos introduzem novas relações, repavimentações potenciam os existentes e antigos acessos que se perderam ou foram bloqueados por algum tipo de intervenção são resgatados.

O acesso ao forte do Revelim é reforçado, é o culminar do percurso. Faz parte do eixo estruturante, sendo entendido como o de maior dimensão e o mais direto. Remata num enquadramento frontal com a entrada do edifício, privilegiando a sua composição simétrica.

A estrutura circular dos pescadores reserva os indícios de uma porta que garantia a entrada dentro dos seus limites. A reabertura deste elemento possibilita um acesso direto a este novo espaço, dando continuidade ao percurso que surge no molhe e se prolonga pelo beco.

Foi deixada uma passagem por baixo da marginal aquando da construção do aterro. Resgatar este acesso, permite a articulação entre os armazéns da Calheta e o pontão de pesca, garantindo um atravessamento direto na direção do mar.

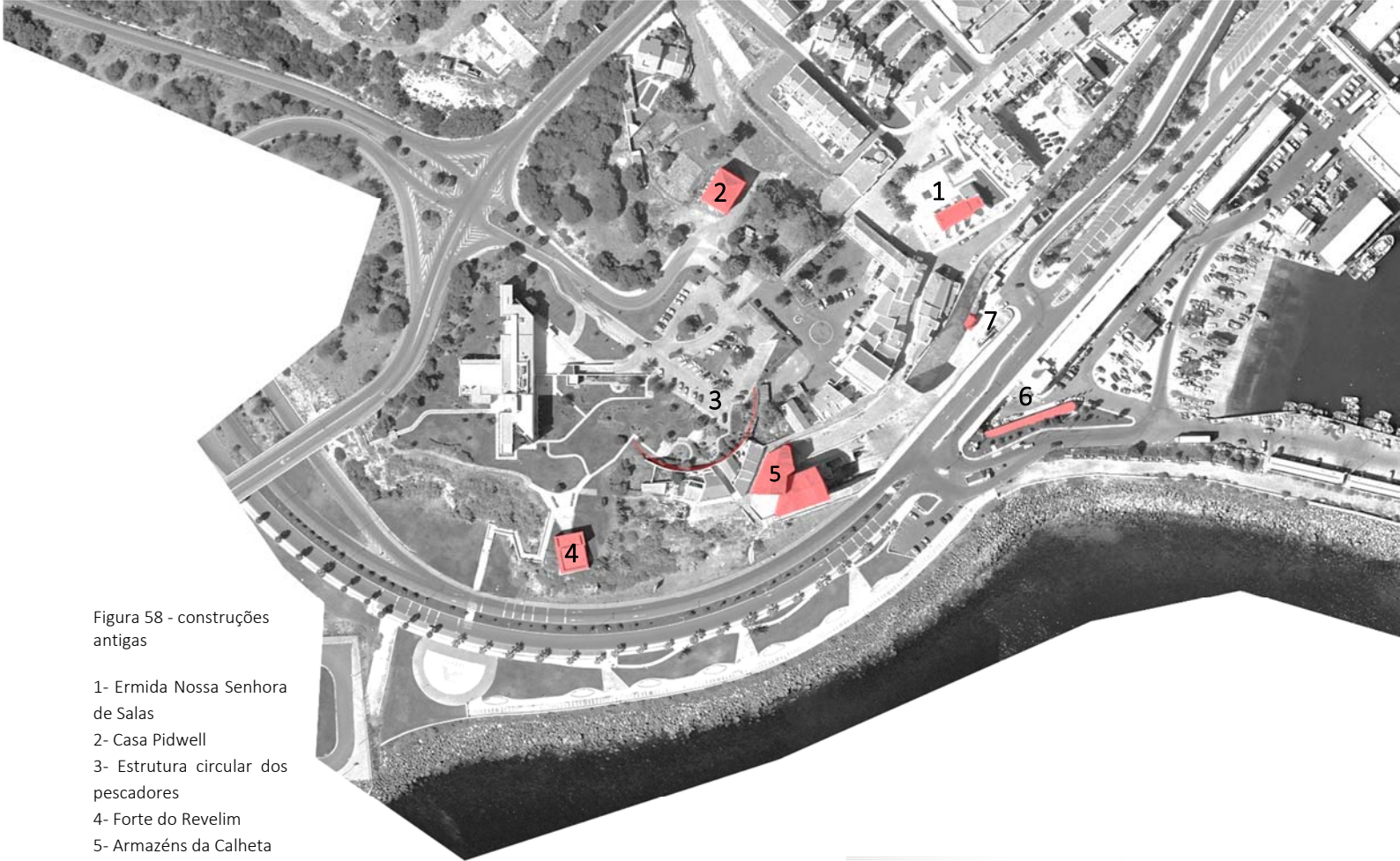


Figura 58 - construções antigas

- 1- Ermida Nossa Senhora de Salas
- 2- Casa Pidwell
- 3- Estrutura circular dos pescadores
- 4- Forte do Revelim
- 5- Armazéns da Calheta
- 6- Molhe do antigo porto
- 7- Antiga delegação da alfândega de Sines

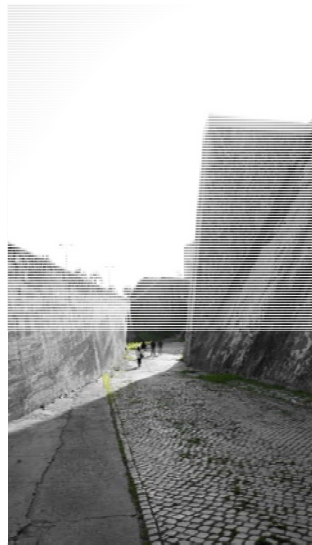


Figura 59 - Acesso aos armazéns da Calheta, pela cota baixa

Figura 60 - Forte do Revelim, entrada do forte



Figura 61 - Armazéns da calheta, vista da avenida marginal



Figura 62 - Edifício da antiga delegação da alfândega de Sines



Figura 63 - Ermida da Nossa Senhora de Salas, vista da avenida marginal



Existe, entre a antiga Calheta e o forte do Revelim, um espaço expectante. A proximidade entre as construções não exprime qualquer relação de intimidade, parecendo, no entanto, inevitável que se estabeleça um percurso que explore uma ligação física. Propõe-se um caminho que permite o entendimento de ambas num mesmo universo. Para reforçar esta articulação, sugere-se uma construção que desenha o caminho: um edifício que se senta na encosta, olhando o mar.³

património

A cidade enriquece com a sua história, o passado é visto como um potencial a ser trabalhado. A memória destes lugares participa na transmissão de conhecimento e consciencialização do passado às gerações que se seguem. O valor cultural é insubstituível, gera enriquecimento. O património tem um papel ativo na formação, a aprendizagem é privilegiada pelo contato direto e pessoal com o passado.

“manter, conservar, reabilitar o património são actos de cidadania, traduzem o reconhecimento da nossa memória coletiva, a consciência de cada um perante os demais. “(Leonor Coutinho, 1997)

As construções antigas são consideradas como objetos chave no desenho da proposta de forma a potenciar o interesse pela cultura. A Igreja de Salas, encontra-se em ótimas condições de conservação. Cabe ao espaço que a envolve ser redesenhado, atribuindo-lhe qualidade urbana e permitindo uma visita digna deste espaço religioso.

Reabilitar os armazéns da Calheta é essencial. Este edifício simbólico, tão marcante na construção da cidade e tão presente ao longo dos anos, define a identidade de Sines enquanto lugar de proximidade com o mar.⁴

³ Projeto “articular”

⁴ Projeto “recuperar”

Figura 64 –
Conjunto de
figuras públicas
(Marcelo
Caetano em
primeiro plano)
observando os
planos para o
novo porto, a
partir do Forte
do Revelim



O Forte do Revelim é sem dúvida um dos elementos que definem a identidade de Sines. Encontra-se restaurado e em boas condições de conservação. Esta estrutura militar domina a paisagem, devido ao local estratégico onde se implanta, erguendo-se no topo da encosta, observando a baía.

A intervenção pretende preservar e potenciar os valores do forte, trabalhando sobre a sua envolvente. O próprio contexto onde se insere também constrói a imagem da antiga estrutura militar. O principal objetivo é desenhar um acesso, protagonizando uma chegada digna que permita entender a relação do forte com o território. O Revelim vale por si só como elemento escultórico, no entanto é importante que esteja integrado num percurso que o articule com a cidade.

“Perante um quadro natural de comunhão entre objeto arquitetónico e contexto, fosse este de matriz rural ou urbana, alguns imóveis, designadamente algumas estruturas militares e religiosas, constituíram, pela presença territorialmente dominante, um meio direto desta forma de exercício. Na verdade, a envolvente deveria ser compreendida como uma ampliação formal funcional das estruturas” (Maria S. José Batista, 1997, pág.185)

É de considerar que se pretende enaltecer o forte. Neste sentido, intervenções próximas devem ser condicionadas quanto à sua expressão, de modo a não o desvirtuarem da sua imponência. Qualquer construção desproporcionada ou desadequada poderá sobrepor-se ao monumento.

O seu interior, no entanto, encontra-se desocupado, sendo o local ideal para uma exposição permanente sobre o desenvolvimento da cidade face à construção do novo complexo portuário. A vista que tem sobre a paisagem industrial é um fator que potencia o funcionamento enquanto museu da administração portuária.

Figura 65 - Pintura, pesca na baía de Sines



Figura 66 - Antigo porto de pesca



Figura 67 – Atual porto de pesca



O círculo dos pescadores, enquanto forma estruturante no desenho do território, não deve desaparecer por completo. Portanto, opta-se por recuperar o seu valor compositivo, atualizando-o e tornando-o prático.

A casa Pidwell, edifício construído por uma família de posses que dominava a indústria de conservas da zona, viu-se ocupada pelo artista Emmérico Nunes e, posteriormente, utilizada como sede do novo porto.

Museu marítimo

A dinâmica do lugar surge da associação entre o desenho urbano e a criação de novos programas, o programa urbano e o programa construído. Pretendem-se gerar diferentes valências que garantam uma apropriação variada dos diferentes espaços, suficiente para manter um conjunto de interesses e usos que caracterizem o lugar.

A pesca deve ser encarada como pilar económico e cultural de Sines. Esta proposta visa dignificar as atividades pesqueiras, sendo que a comunidade que as pratica é fundamental no contexto da cidade.

Faz parte da estratégia de intervenção preservar o património material e imaterial do povo sineense. O atual museu de Sines, localizado no castelo, tem feito um trabalho de investigação, inventariação e divulgação resgatando parte daquilo que é a memória coletiva do povo, os antigos costumes e tradições. Este processo deu origem ao projeto “celebrar a cultura costeira” iniciado pela Câmara Municipal de Sines.

Considera-se que o espaço expositivo do castelo é limitado. Neste sentido, surge a necessidade de encontrar um local próprio para uma exposição permanente sobre a relação histórica de Sines com o mar. Encontram-se nos armazéns da calheta as condições propícias para um museu marítimo. As amplas salas da calheta dão lugar ao conhecimento, às diferentes artes de pesca praticadas, aos métodos e instrumentos, ao antigo processo de construção naval, às embarcações, à indústria de conservas e os

seus complexos, aos sítios e às gentes, aos contos, aos costumes. O próprio edifício é parte integrante do museu.

A fragmentação do museu de Sines incentiva os visitantes a percorrer a cidade, à descoberta da sua história, em oposto à concentração do conteúdo museológico num único lugar. Deste modo, consegue-se estabelecer um paralelismo entre a zona histórica da Calheta e o centro histórico, fortalecendo um dinamismo turístico que os une.

Conservação integrada

No entanto, a musealização não se aponta como solução única para os problemas do lugar. Este uso exclusivo não parece corresponder às necessidades correntes da cidade e, inevitavelmente, irá resultar num espaço monótono.

A integração das construções antigas na vida quotidiana, gera novas dinâmicas, ressuscitando os velhos espaços, dando-lhes uma nova vida. Espera-se que a presença ativa da comunidade nestes espaços garanta a longevidade dos mesmos. Desta forma, procura-se integrar o organismo social na salvaguarda do local. Sendo que a Calheta pertencia à cidade é proposto um edifício público, dinâmico e social. Assim, sugerem-se espaços abertos à comunidade, zonas de estar e de convívio, uma cozinha comunitária associada a um salão de refeições e a uma pequena cafetaria.

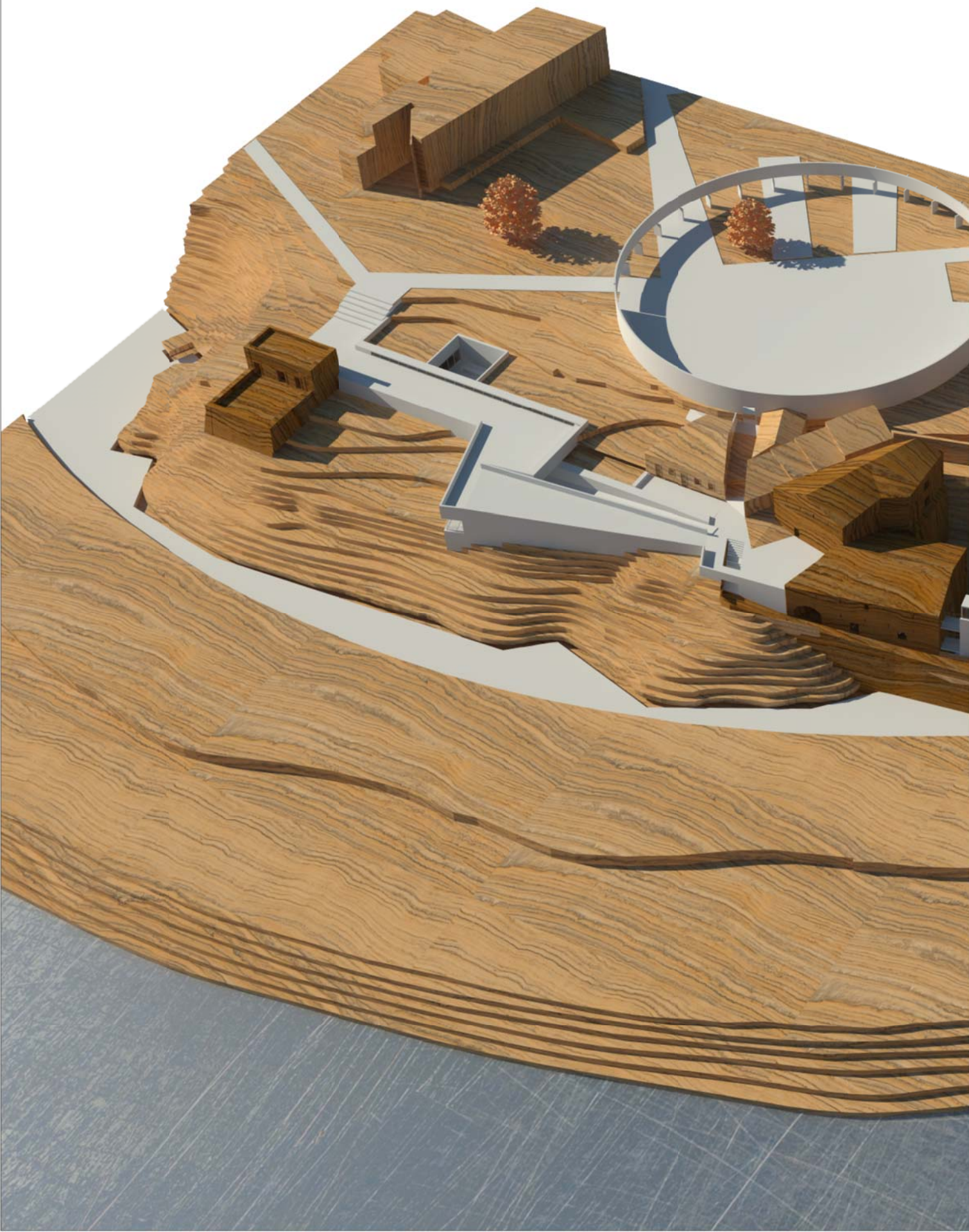
“Conservação integrada método sobre o qual a salvaguarda do espaço urbano, da cultura e da presença humana tenta articular-se com a integração do organismo social e da dinâmica da comunidade em continuidade.”

(Maria João Pinto Coelho, 1997)

O programa da nova construção que constrói a articulação com o forte do Revelim procura relacionar-se com o da antiga Ribeira, complementando-o, promovendo um uso mútuo. O foco do programa está na população local. Constrói-se uma sala polivalente a ser usada pelos

habitantes de Sines, com especial atenção às lutas pelas causas da Associação dos Armadores, Sindicato e Mútua dos Pescadores. Para este efeito, garante-se um espaço de qualidade para diferentes eventos, numa iniciativa de sensibilização para com o mar e de quem dele vive.

Associado ao auditório, surge um conjunto de espaços destinados à transmissão de conhecimento e ao ensino. Propõem-se espaços públicos que servem as necessidades locais, formação profissional, cursos específicos, apoio à carreira, espaços de lazer e de trabalho e *workshops*. É inserida uma pequena biblioteca que se articula com salas de aula.





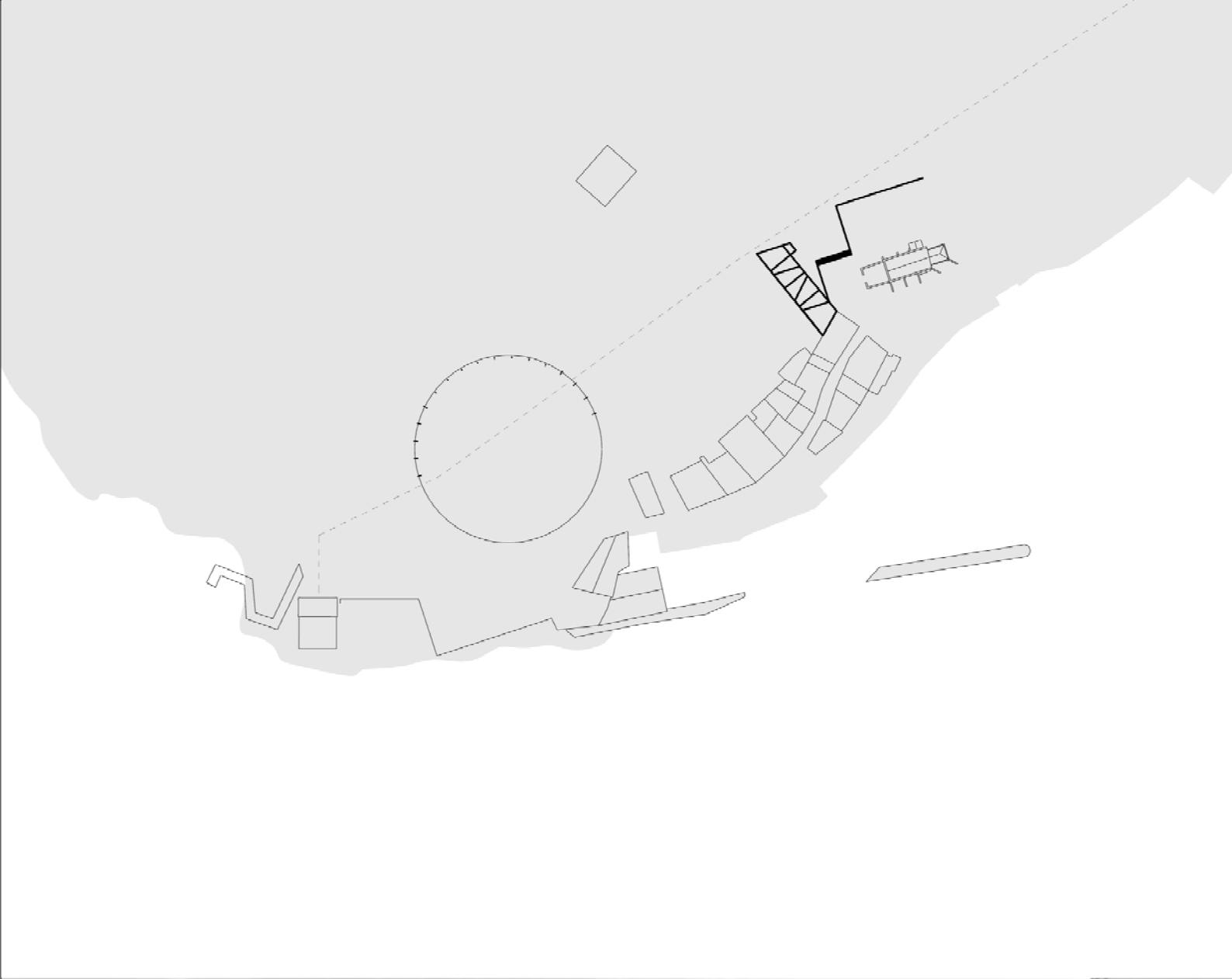


Figura 69 - Vista do antigo armazém de conservas, estado atual

passar

(desconstruir o antigo armazém de conservas)

CONSULTAR DESENHO 4

A permeabilidade urbana é uma das condições essenciais para uma circulação saudável na cidade, geradora de dinâmicas essenciais para revitalizar todo o conjunto proposto. O eixo estruturante do projeto vê-se diminuído e perde o rumo aquando da chegada à igreja de Nossa Senhora de Salas. A intervenção neste ponto particular vem recuperar um seguimento lógico de espaços, permitindo restabelecer a chegada, pela cota superior, ao antigo pólo pesqueiro de Sines.

Permeabilidade urbana

A lógica de ocupação do território na zona das lógeas sofreu algumas alterações, resultando numa morfologia que se distancia da original. A estrutura urbana primitiva era formada por um conjunto de “quarteirões” alongados, paralelos à encosta, desaguando num pequeno largo de frente para a igreja de Nossa Senhora de Salas. Esta organização espacial permitia uma certa continuidade urbana que hoje não se manifesta. Uma construção em particular desviou-se do conjunto onde se inseria, interrompendo uma das ruas, implantando-se transversalmente. É um edifício de duas águas, de um único piso que aparenta fazer parte da indústria de conservas, no entanto, é difícil precisar a data da sua construção e a razão da sua existência desconexa. O acesso viário é desviado para norte quando encontra este obstáculo. Existe uma passagem de dimensões reduzidas, revelando-se desadequada. A perceção de chegada remete para um recinto enclausurado do restante esquema urbano, como se se tratasse de uma propriedade privada. É transmitido a quem visita o lugar uma ideia de porta, de transição para um novo contexto, resultando num corte do percurso que une o centro histórico à zona de intervenção.

As lógeas

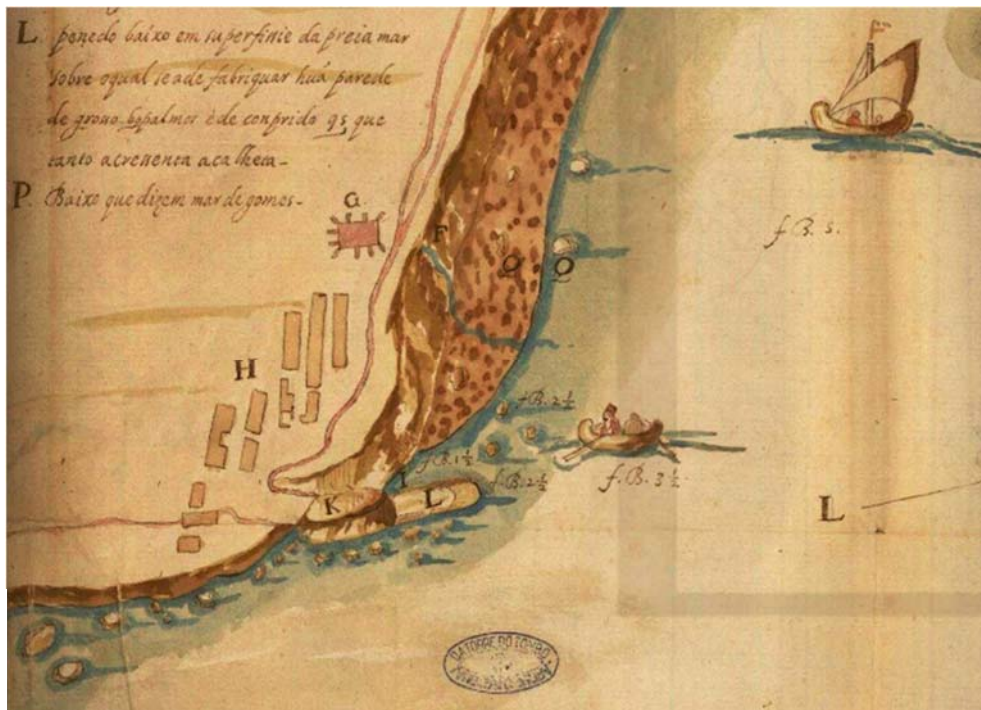


Figura 70 –
 Vista do antigo
 armazém de
 conservas,
 estado atual

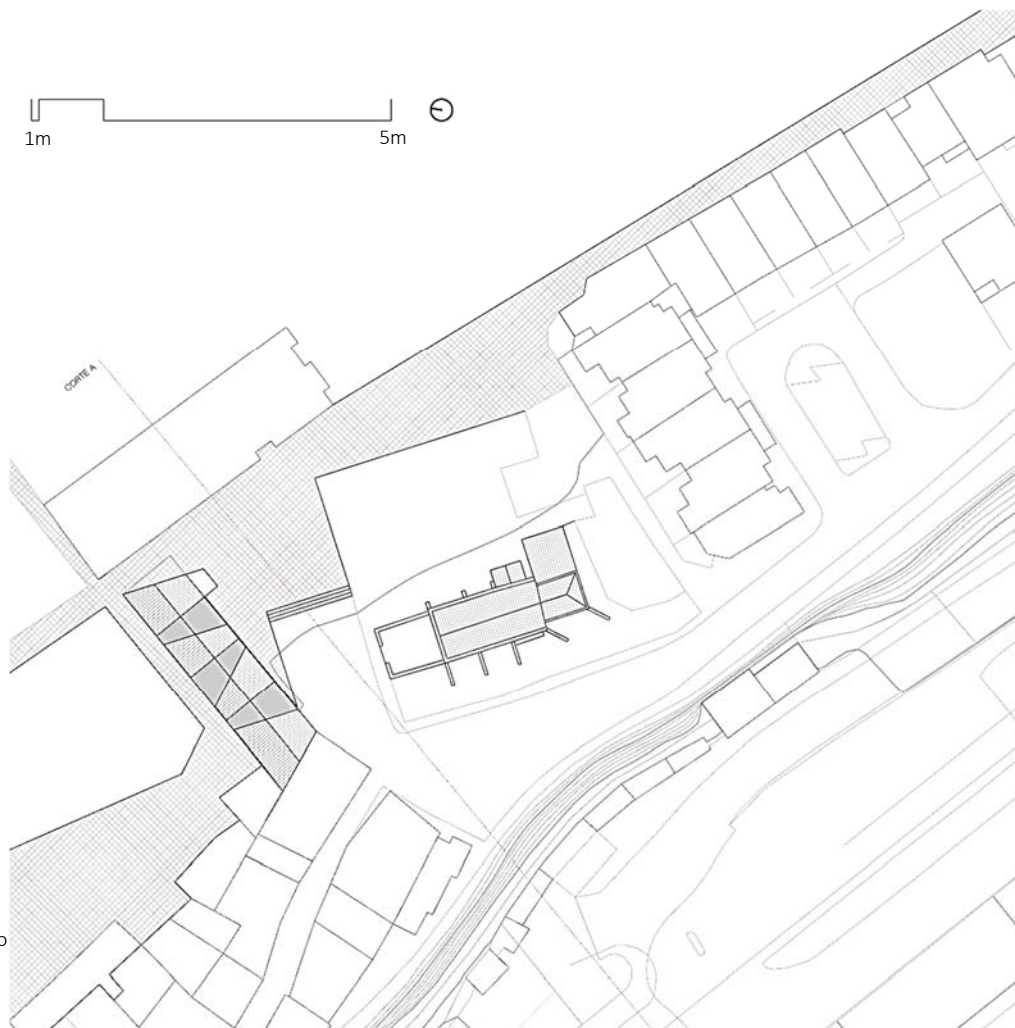


Figura 71 –
 Vista do antigo
 armazém de
 conservas,
 estado atual

Este armazém retém, no entanto, alguma importância urbana pela sua relação próxima com a igreja, a demolição do mesmo não é solução. A proposta considera importante manter uma frente que delimite o adro da igreja, estabelecendo um desenho que respeita uma forma e escala adequadas ao seu contexto. A falta de qualidade do pavimento adjacente leva a que se opte por intervir no espaço circundante, procurando articular o percurso com o armazém, e com o adro.

O adro

É necessário intervir neste edifício de forma a tornar de novo possível uma continuidade evidente do espaço urbano, recuperando a força do percurso de ligação ao centro histórico. Entende-se, no entanto, que os vestígios desta construção não devem desaparecer por completo. O tema do projeto é então a procura de um consenso entre o estado atual do construído e a necessidade de reforçar uma ligação. Surge o conceito de edifício passagem. A ideia não é reabilitar, mas sim desconstruir o armazém aos seus elementos essenciais. Manter a presença do volume, mas dotá-lo de novas valências. Ao permitir várias passagens sem que se elimine o armazém, opta-se por recuperar parcialmente a forma e linguagem da pré-existência.

Reinterpretar o antigo

A implantação do edifício não deixa, no entanto, de marcar uma chegada. As passagens devem ser anunciadas. A linguagem da nova construção em contraste com a envolvente será em certo modo o fator que alerta para a chegada a este segundo pólo histórico da cidade.

Opta-se por manter os limites físicos do edifício no que diz respeito à sua cobertura, numa tentativa de manter presente uma referência direta à existência do armazém, garantindo também uma certa unidade formal na intervenção. No piso térreo, um conjunto de volumes surgem como

Desenho e materialização

Figura 72 –
Planta e corte
transversal do
volume
proposto

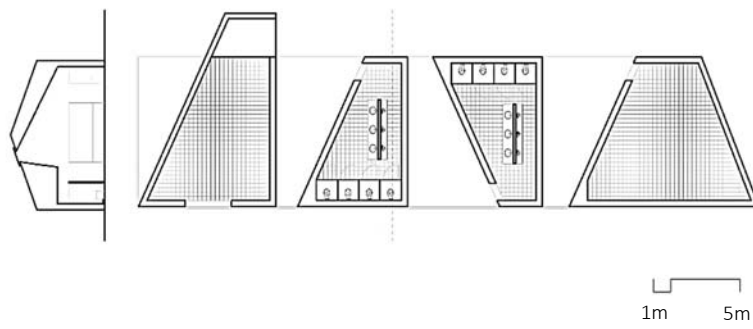
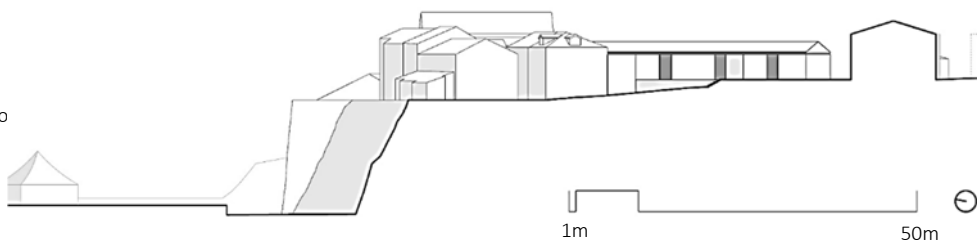


Figura 73 –
Corte
longitudinal pelo
adro da ermida
da Nossa
Senhora de
Salas



fragmentos da forma original. Estes volumes são cortados segundo alinhamentos de percursos e construções vizinhas, as suas faces diagonais permitem criar uma noção de sólido, quando observadas enviesadamente limitando a perceção visual da paisagem que está para lá do edifício. As diagonais possibilitam também redesenhar a passagem no seu encontro com o percurso principal, atribuindo-lhe uma dimensão mais generosa.

Sugere-se uma plataforma, desenhada em comunhão com o edifício. O declive irregular deste espaço sugere um pequeno patamar que, pela diferença de cotas ajuda a definir um desenho mais geometrizado do pavimento, reforçando a direção da torção produzida entre a implantação da igreja e a sua envolvente. O topo desta plataforma articula-se com os pavimentos existentes, optando-se por uma continuidade do material existente, a calçada de microcubo propaga-se pelos passeios que desaguam neste espaço. Mantém-se o desvio da via rodoviária, privilegiando o acesso pedonal e garantindo a estabilidade deste pequeno espaço de paragem formado pelo adro.

O valor concetual da intervenção está, no entanto, dependente da sua expressão. O seu aspeto monolítico, limpo de quaisquer excessos, as entradas dissimuladas e o acabamento branco conduzem a uma ideia de abstração, contrastando com o elemento da cobertura, formado por uma estrutura de madeira e um revestimento em telha cerâmica.

A iluminação interior é feita pela cobertura, por meio de clarabóias, permitindo que a luz natural inunde os espaços fechados, dispensando quaisquer aberturas na fachada, e não comprometendo a privacidade dos utilizadores.

Figura 74 –
Axonometria
conceitual do
projeto

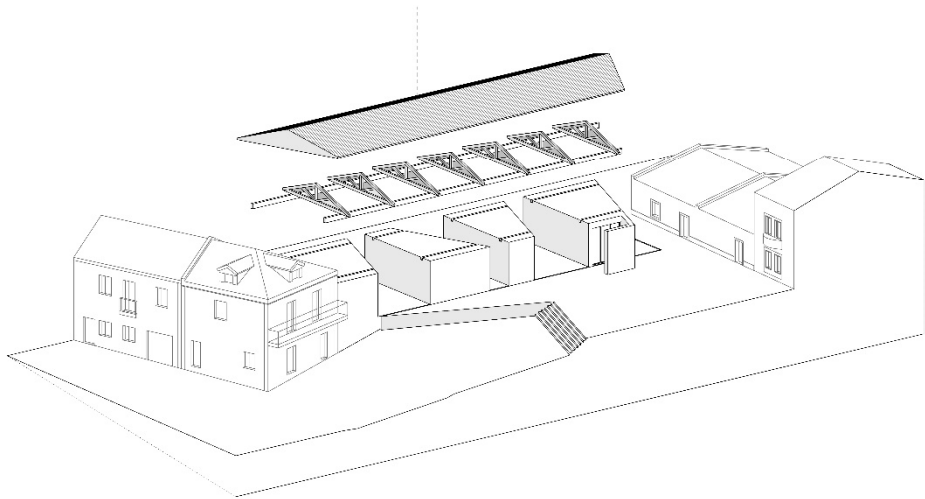


Figura 75 –
Perspetiva do
projeto



No pavimento é deixado um apontamento dos anteriores limites do edifício através de um elemento de recolha de águas pluviais. Um diferente material é usado no pavimento nos espaços de passagem entre os volumes, referenciando esta ideia de subtração em relação ao volume original. Aqui opta-se pelo uso de uma betonilha, em contraste com a calçada da plataforma, criando uma sensação de interioridade sem que exista um limite que encerre os espaços.

A intervenção é pensada à escala da cidade. Valoriza-se o desempenho urbano que uma única construção tem numa escala que supera a si própria. Nesta lógica, o programa do edifício adequa-se à proporção, dimensão e caráter dos espaços resultantes deste gesto. Estes quatro volumes servem o espaço público.

O interior serve o exterior

Nos dois volumes centrais são desenhadas duas casas de banho públicas. Desenha-se um compartimento que funcionará como armazém, onde se poderão guardar todos os utensílios, instrumentos e equipamentos necessários ao mantimento do espaço público e do parque. O volume junto ao eixo ganha algum potencial e adquire a função de posto de turismo, centro informativo, bilheteira, tendo também o papel de divulgar quaisquer eventos a realizar nos novos espaços propostos.



Figura 76 –
Estacionamento
no topo da
encosta,
estrutura
circular em
segundo plano

redesenhar

(um espaço reconquistado à cidade)

CONSULTAR DESENHOS 3.1 E 3.2

Este projeto tenta qualificar o espaço público através de um novo desenho urbano, de forma a torná-lo não só agradável, como a suscitar o interesse dos habitantes da cidade a apropriarem-se do mesmo. No meio do caos, do estacionamento e da precariedade dos espaços verdes, nesta dualidade público-privada entre a propriedade da Administração do Porto de Sines e as restantes construções históricas, surge um novo desenho. A intervenção pondera a hipótese de encontrar um consenso entre as diferentes partes, na busca de uma utilização que tire partido das qualidades e potencialidades que o local reserva.

Uma das particularidades do lugar são alguns dos vestígios antigos que continuam a marcá-lo e a defini-lo enquanto zona histórica da cidade. As ruínas de um antigo muro, que outrora servia às práticas da pesca, é exemplo desta ausência de planeamento, onde não é tomado um partido em relação ao que fazer, resultando em fragmentos desconexos.

A potencialidade da ruína

Perante a ruína, observamos um objeto enigmático, despido de qualquer possível leitura que o interprete, sem peso na forma ou na organização do espaço. A reintegração do muro enquanto personagem ativa no desenho do lugar parece ganhar potencial quando confrontado com a sua forma geométrica pura, sinónima de centralidade e de reunião. O círculo é reconquistado enquanto gesto de apropriação do lugar, retomando o seu carácter estruturante no território.

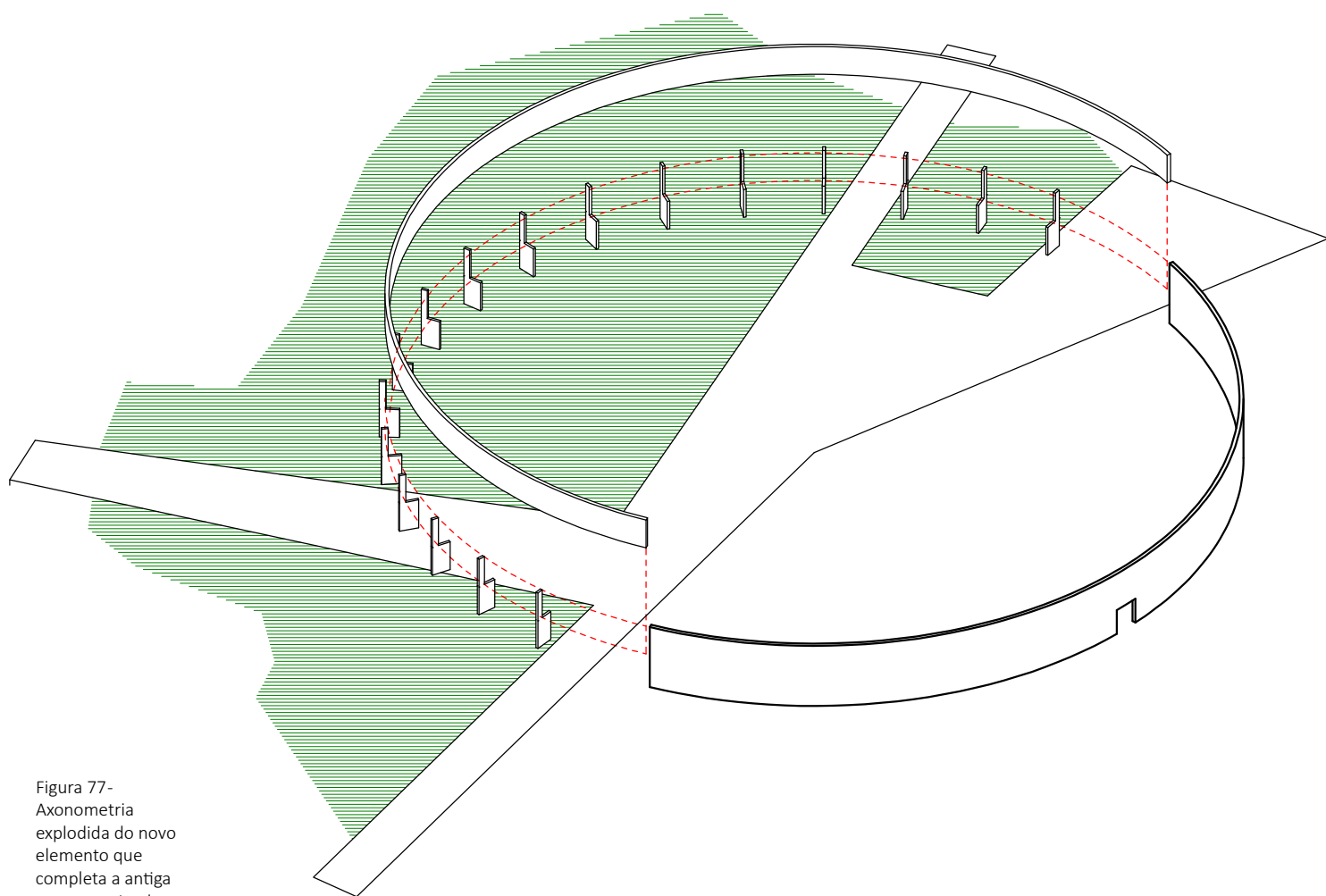


Figura 77-
Axonometria
explodida do novo
elemento que
completa a antiga
estrutura circular

Propõem-se um processo por anastilose, onde uma nova construção irá complementar a composição da estrutura atual, combinando ambas num objeto completo, à imagem daquilo que teria sido. No entanto não se confundem as intervenções, é importante ter consciência de que o elemento arruinado tem um significado que o identifica num tempo específico e não deve ser alterado ou disfarçado. Assume-se a nova construção, pela materialidade, pela composição e por um propositado afastamento. anastilose

Este processo resulta na comunhão entre a vontade de recuperar a história e memória do local, residentes no muro, aliada ao pragmatismo da sua forma, adotando-a para um uso corrente.

O espaço ganha ainda a valência de rótula, é estruturante enquanto confluência de percursos, ganha um carácter central, organizando todo o conjunto

Propõem-se um local de encontro, um espaço expectante com a capacidade de ser apropriado das mais diversas formas pela comunidade, promotores de eventos e iniciativas da Câmara Municipal. Cabe ao desenho proporcionar as condições necessárias para suscitar o interesse para diferentes tipos de eventos que se poderão proporcionar, sejam eles culturais, de lazer, espetáculos, feiras ou mercados. programa

Propõe-se retomar os contornos do muro parcialmente destruído. A ideia de muro, no entanto, remete intuitivamente para um conceito de barreira, limite físico e visual, separação. Não faria sentido, no entanto encerrar completamente este espaço da sua envolvente. Desenho e materialidade



Figura78 –
Nova estrutura

Através de um conjunto de pilares sustêm-se uma viga circular. A elevação do muro define os limites do círculo, possibilitando uma contínua proximidade com o parque, numa relação de ambiguidade entre interior e exterior. Os pilares integram-se no desenho do espaço, os percursos de chegada passam nos seus intervalos. A recuperação da forma circular tenta não ser demasiado literal na sua conceção, o muro apenas delimita o espaço, não o limita, nem o encerra por completo.

Pretende-se reutilizar a forma com um novo propósito, aproveitando o potencial da sua localização, da sua escala e forma. Não há qualquer elemento construído no interior da estrutura, de forma a tirar proveito da sua amplitude.

Ao nível do sólo distinguem-se pavimentos, a circulação é diferenciada dos espaços de estar. O parque invade o interior do círculo, dando lugar a zonas de estar, sombreadas pelo próprio muro. Pequenas plataformas em madeira afastam-se do desenho numa ideia oposta, rompendo o limite definido pelo muro.

É criado um espaço amplo, neutro, livre para qualquer ocupação. O muro antigo acaba por conter uma função oculta, muro que serve de sombra, proteção contra os ventos, pode ser utilizado como parte dos próprios espetáculos, funcionando como fundo ou como tela de projeção.



Figura 796 -
Armazéns da
Calheta, vista
da cota
superior,
estado atual



recuperar

(Reabilitar os armazéns da calheta)

CONSULTAR DESENHOS 5.1 A 5.11

Desde os primórdios da povoação de Sines que o mar é tido como pertinência principal recurso gerador de riqueza. Por muito tempo o antigo porto da Calheta deu abrigo às suas embarcações, a sua construção serviu de apoio à atividade pesqueira e ao transporte de mercadorias durante séculos. Os armazéns da antiga Calheta de Sines, assim como todas as estruturas adjacentes devem ser entendidos como elementos essenciais para a compreensão do passado da cidade, revestindo-se de significado para os seus habitantes pela sua marcante presença como equipamento que acompanhou o crescimento da vila. Conserva em si o caráter piscatório de Sines, elemento de maior relação e proximidade com o mar. A reabilitação deste edifício pretende acima de tudo reafirmar a sua importância como elemento indispensável à compreensão da cultura de Sines. Sujeito ao abandono e à negligência das conseqüentes políticas encarregues do planeamento e ordenamento do território, encontra-se hoje em estado de degradação. Caído no esquecimento e tornado obsoleto pelas novas infraestruturas do complexo do porto marítimo. Descaraterizado pela sobreposição dos acontecimentos sobre um mesmo território, perdeu o seu propósito original, no entanto reserva potencial no conjunto dos seus espaços, na sua relação própria com a paisagem e com o seu contexto urbano. Uma vez recuperado deve ser entendido como catalisador de atividade na zona em que se insere.

Os armazéns da Calheta são uma obra particular pela sua intimidade com o sítio. A sua construção perfeitamente integrada nos contornos do local definem-na como um projeto singular.

Caracterização da obra



Figura 7 –
Passagem interior dos
armazéns

O edifício é composto por dois volumes adjacentes, poisados a diferentes níveis, articulados por um conjunto de muros de suporte que se apropriam da encosta, desenham rampas e plataformas que se adaptam à morfologia do terreno. O primeiro corpo, de quatro pisos, está à cota do atual porto de pesca, o segundo, de apenas dois pisos, surge no topo, à cota da cidade e apresenta uma forma mais irregular, torcida em relação ao volume anterior.

O edifício cumpre o seu propósito enquanto armazém de pesca, simples e despido de adereços, é o sistema construtivo que define a composição dos espaços. Espessas paredes de pedra aparelhada sustentam o edificado e os esforços do terreno. No interior amplo é a estrutura de madeira que preenche e define o caráter dos espaços.

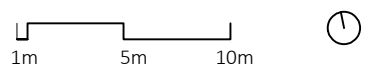
A transição entre pisos é feita exclusivamente pelo exterior, a implantação dos volumes na encosta escarpada e a manipulação da topografia criam percursos que permitem aceder a todos os espaços pela respetiva cota. Esta distribuição tende a simplificar a estrutura interior e otimizar o uso do espaço, pelo que se prescinde de um vão de escadas. No lugar de encontro entre os dois corpos surge uma passagem peculiar, feita por meio de um túnel. É rasgado no edifício um caminho de acesso à cota alta que resulta no desenho de um arco na fachada oeste.

Pode concluir-se que os armazéns exprimem um sentido bastante prático, refletindo a simplicidade do seu propósito, assim como as limitações das práticas construtivas da época.

É necessário que exista sensibilidade no modo como se recupera o edifício, respeitando a sua composição, procurando adequar da melhor forma um novo conjunto de programas a uma preexistência que serviu um propósito próprio do seu tempo e lugar. A lógica de ocupação não deverá ser demasiado invasiva nem deturpar ou perturbar a leitura global da construção. método



Figura 81-
 Armazéns da Calheta
 demolições (amarelo)
 e construções (vermelho)



O projeto de reabilitação tenta inserir-se numa lógica que é particular aos armazéns. A proposta procura respeitar as características que o definem, a sua tipologia, a forma, os princípios construtivos, a circulação e os acessos, a escala, a iluminação.

Segue-se um princípio de intervenção com o mínimo de impacto possível sobre a estrutura e sobre os espaços.

O método encontrado passa pela utilização adequada dos interiores amplos, sem forçar a compartimentação, articulando-os com um único piso infraestrutural. A configuração dos armazéns não favorece a organização em espaços subdivididos, quer pela escassez de vãos exteriores, quer pela métrica estrutural muito limitada.

A opção mais razoável perante este contexto parece ser manter a tipologia atual e encontrar um consenso através de um programa novo que ocupe os espaços, conforme as condições que estes oferecem.

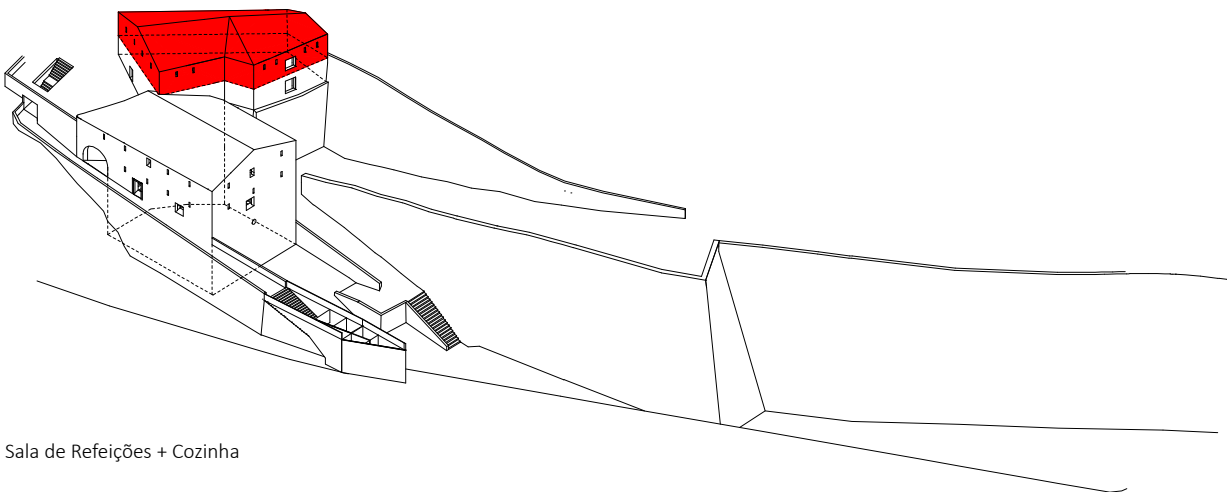
É necessário acrescentar novos elementos à preexistência. A linguagem usada é fundamental no que toca a este problema, optando-se por diferenciá-la dos elementos originais.

“Modernizar não é então dar aspeto de novo, mas colocar nos corpos das velhas construções um implante regenerador. Nesta simbiose imposta está implícito o facto de o interesse suscitado pela obra antiga, estimulando assim uma dialética.” (Françoise Choay, 1925, p.190)

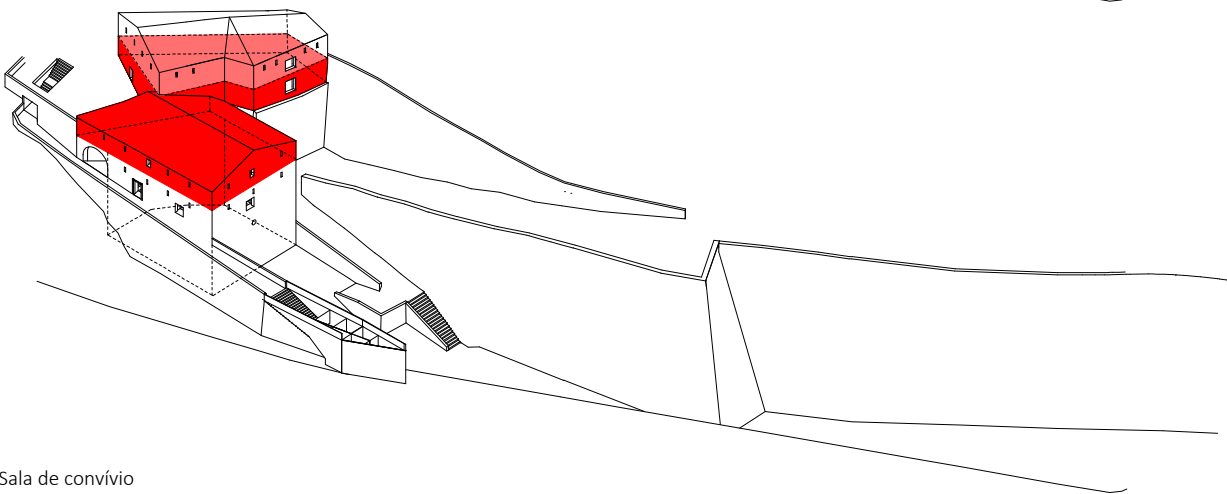
O projeto segue o conceito de conservação integrada. A intervenção nos armazéns passa não só pela recuperação física da obra, como pela atribuição ponderada da sua nova utilização, por forma a garantir uma ocupação capaz de manter o edifício.

Conservação
integrada

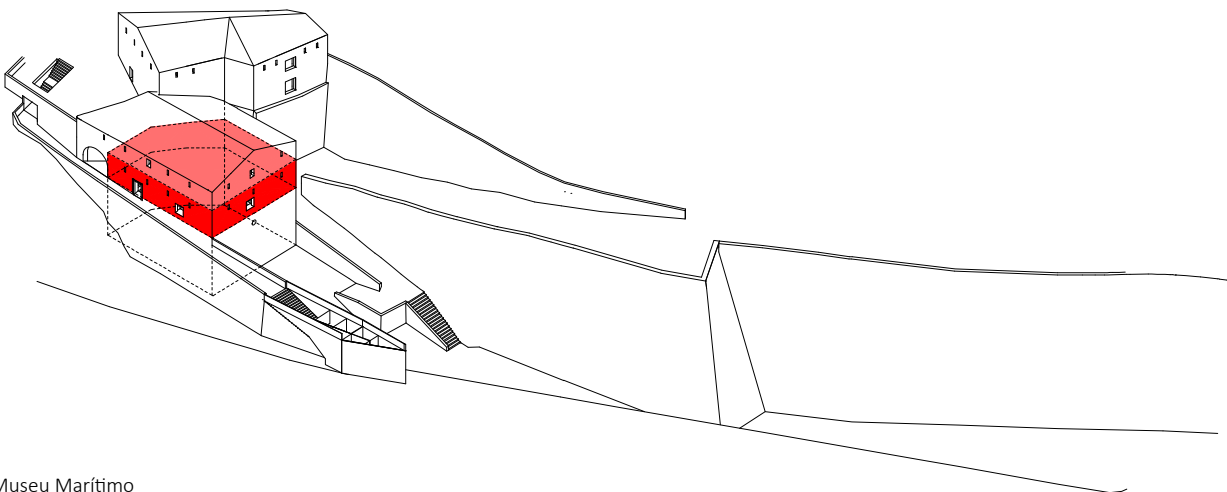
Associação Recreativa



Sala de Refeições + Cozinha



Sala de convívio



Museu Marítimo

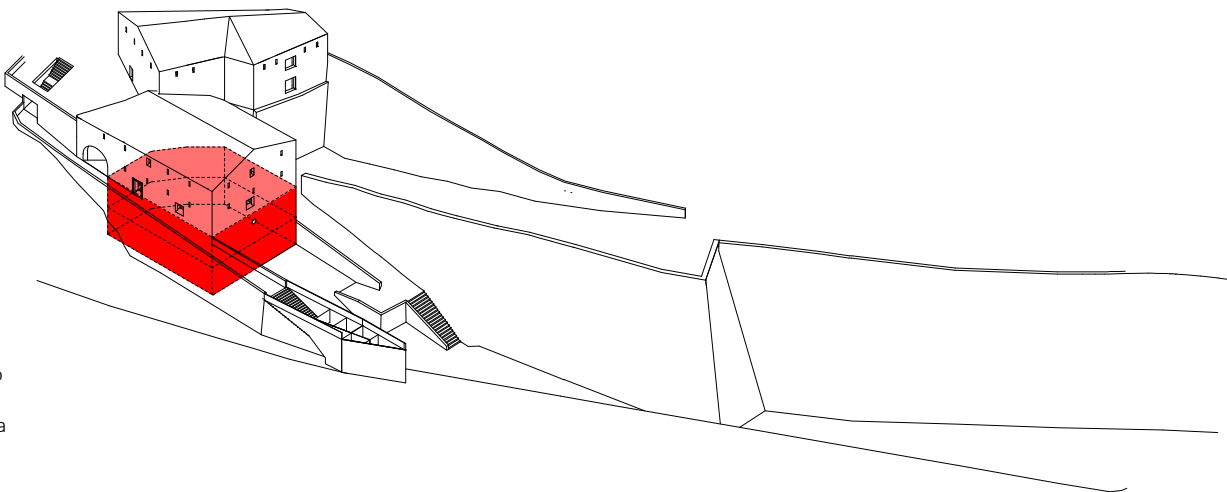


Figura- 82
Esquema da distribuição
dos novos programas
nos armazéns da Calheta

Tendo em conta a ausência de ligações interiores, propõe-se a estratificação das funções por piso, podendo autonomizar, em certo modo, os vários programas no mesmo edifício. Desta forma é possível adequar o novo uso à lógica da construção, não existe necessidade de transitar entre os pisos pelo interior e não se torna necessário fazer alterações drásticas na estrutura do edifício. Quanto menos radical a intervenção melhor.

A distribuição do programa pelos pisos e volumes tem em conta a iluminação natural, os acessos, proximidades, hierarquias e possíveis relações para o exterior.

Nos dois pisos inferiores coloca-se o programa museológico, retirando proveito da escassa luz natural, estes espaços estão também relacionados com o acesso mais imediato e digno dos armazéns, o da cota inferior, onde, no passado se mantinham as embarcações, e por onde chegava toda a pesca e mercadoria antes de ser transportada para o cimo do monte.

Os pisos do museu dispensam qualquer intervenção, pelo que é também o próprio espaço o protagonista da exposição. De forma a garantir um acesso interior entre os pisos, surge um pé direito duplo onde se monta uma escada metálica, como elemento único de exceção. Os amplos espaços possibilitam uma certa liberdade na disposição do conteúdo museológico. A iluminação será exclusivamente artificial.

O nível comum aos dois volumes é o de carácter mais urbano. É o único que entra em contato direto com a rua, é o piso nobre do edifício.

Este piso tira partido do encontro entre os volumes, propõe-se uma cozinha comunitária associada a uma sala de refeições e um café que se serve

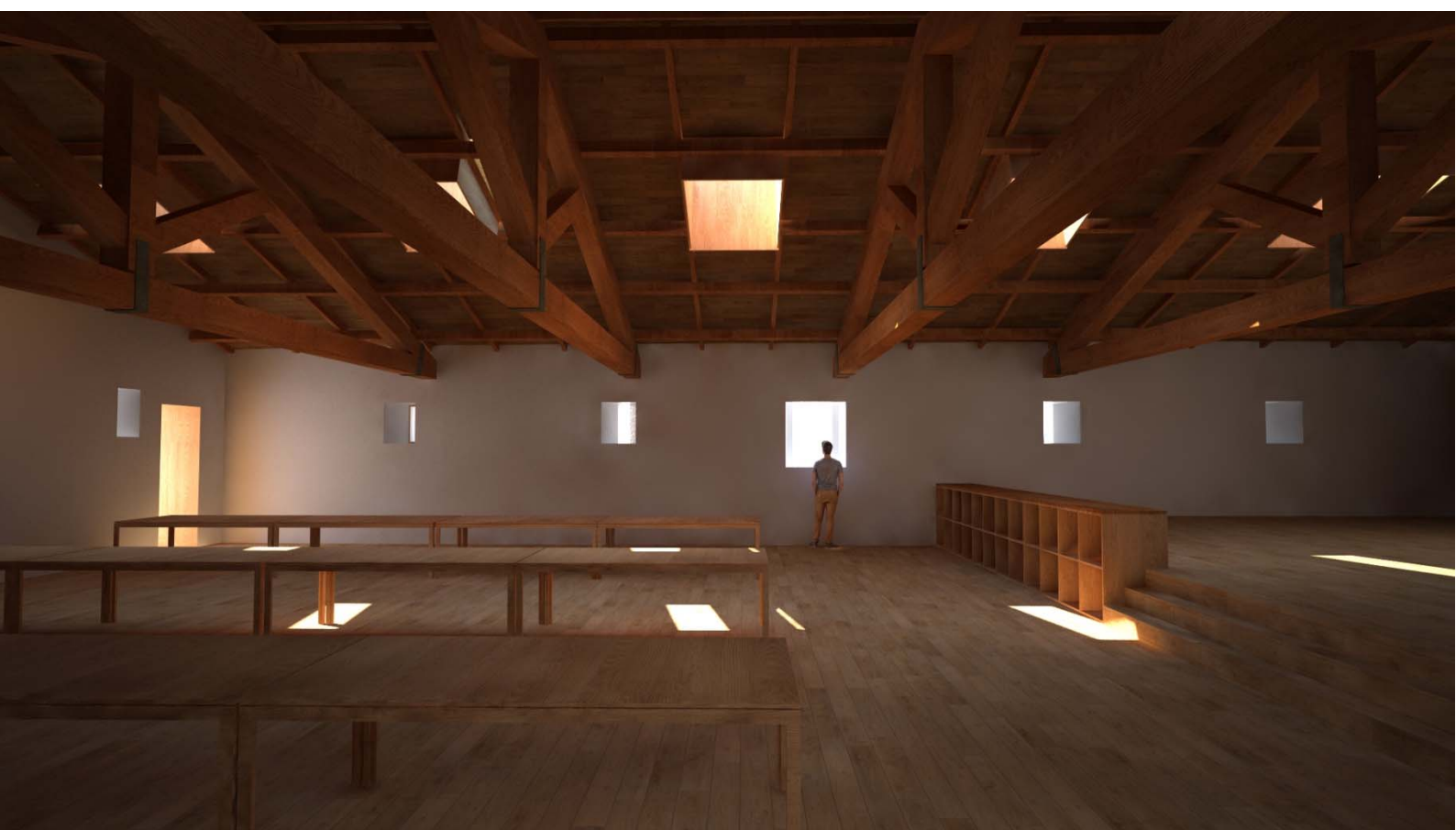


Figura 83 8 –
Reabilitação dos
Armazéns da Calheta,
sala de refeições

de uma pequena plataforma enquanto esplanada. Enquanto uma sala é mantida ampla a outra tem concentradas as infraestruturas necessárias ao funcionamento do conjunto. Propõe-se uma intervenção sobre as paredes do edifício, criando uma ligação que une os dois volumes por meio de uma nova abertura, permitindo a passagem entre as salas pelo interior.

Este será o piso mais infraestruturado, estrategicamente escolhido pela sua posição e contato direto com o solo. As novas intervenções surgem como corpos estranhos, pensados para se adequarem ao espaço existente dotando-o de novas funções. Distinguem-se pela sua forma recortada e pela altura dos volumes, não ocupando inteiramente o pé direito, lendo-se como uma prótese no edifício. Paredes em alvenaria contornam os pilares, encerrando algumas divisões. A zona de confeitaria é deixada livre e posta no local de melhor iluminação e a extração dos vapores é colocada numa das novas paredes.

A sala de refeições permite alguma liberdade na disposição do espaço, estando livre de quaisquer obstáculos, a dimensão deste piso potencia uma maior afluência de pessoas neste espaço.

A sala de
refeições

Existe uma diferença de cota em relação ao pavimento exterior, tratada no interior do edifício através de uma variação no pé direito. A cota da soleira é contínua no espaço da cafeteria formando uma zona de entrada mais contida, sendo que a organização do espaço é feita exclusivamente pelo mobiliário.

No piso inferior funciona uma sala de convívio, também esta como *open-space*.

No último piso do volume superior funciona uma sala multifuncional, a ser utilizada por uma associação recreativa. É colocada uma instalação sanitária na continuação das infraestruturas inferiores.

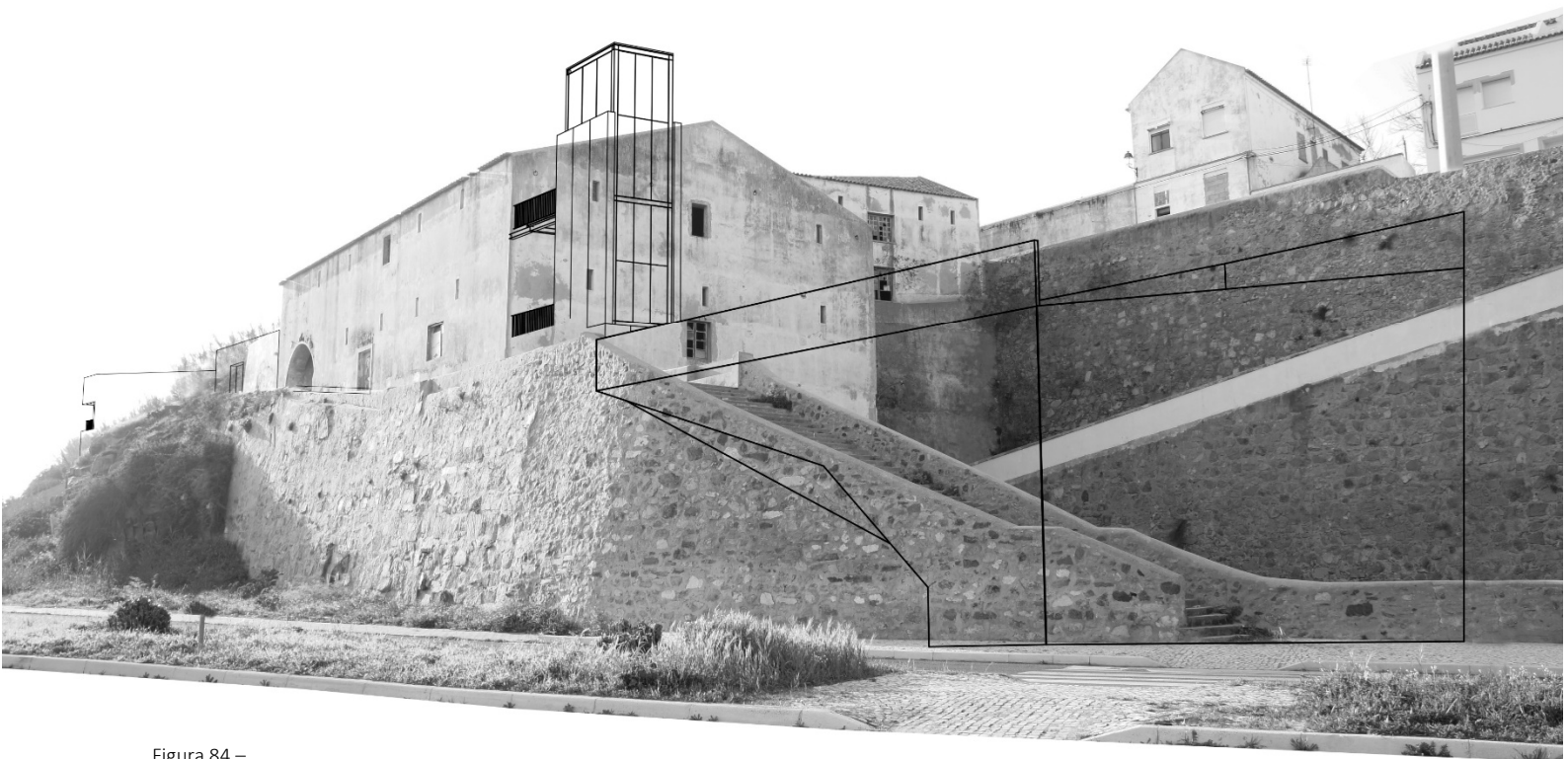


Figura 84 –
Fotomontagem
conceptual da frente
dos armazéns da
Calheta

As várias rampas na encosta formam um conjunto de percursos que articulam os diferentes pisos, no entanto, estes tornam-se precários face a um indivíduo idoso ou com mobilidade reduzida, pelo declive acentuado dos caminhos. Seria bastante complexo alterar a sua configuração de forma a permitir uma circulação pedonal cómoda sem os transformar profundamente. A ideia de acesso pelo interior obrigaria a uma forte intervenção nos armazéns, sendo necessário o rompimento vertical dos vãos.

Propõe-se um elevador exterior como forma de complementar o sistema de acessos exteriores, permitindo o acesso da cota inferior aos pisos superiores do armazém.

Como já referido, a transição entre a cota do atual porto e a do topo da encosta é uma questão muito presente em Sines, conduzindo a uma disparidade na apropriação dos diferentes espaços. Desta forma é possível que este mecanismo favoreça um maior dinamismo entre as cotas. Este gesto vertical articula-se com a passagem por baixo da marginal, complementando-se e contribuindo para uma maior articulação entre ambos.

O elevador exterior garante um desenho interior dos armazéns limpo, liberto de quaisquer construções invasoras que possam comprometer a leitura do espaço na sua integridade. É uma estrutura autónoma, não sobrecarregando de qualquer modo a construção antiga. O volume do elevador afasta-se da Calheta, ganhando autonomia, de forma a permitir uma convivência harmoniosa, não comprometendo ou ferindo a imagem e a forma da Calheta. Este novo elemento é pensado como uma forma não de alterar a construção antiga, mas sim de a atualizar.

O desenho do elevador é simples. Um sistema misto, paredes estruturais de betão armado que sustentam uma estrutura metálica. O contato com o edifício é feito através de galerias metálicas de expressão mínima, surgindo apenas como planos que unem os volumes.

Figura 85-
Corte longitudinal
pelo volume superior
dos armazéns da
Calheta

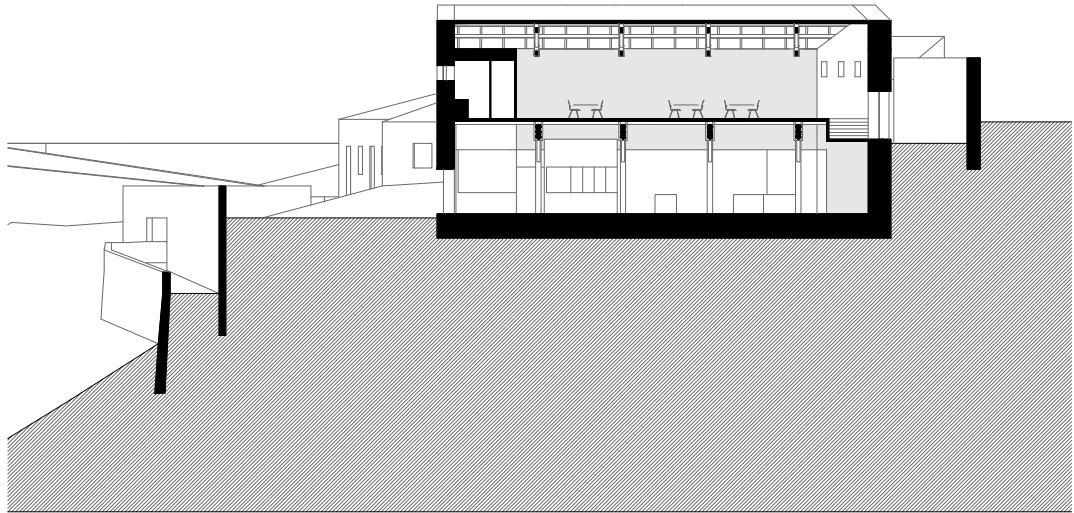
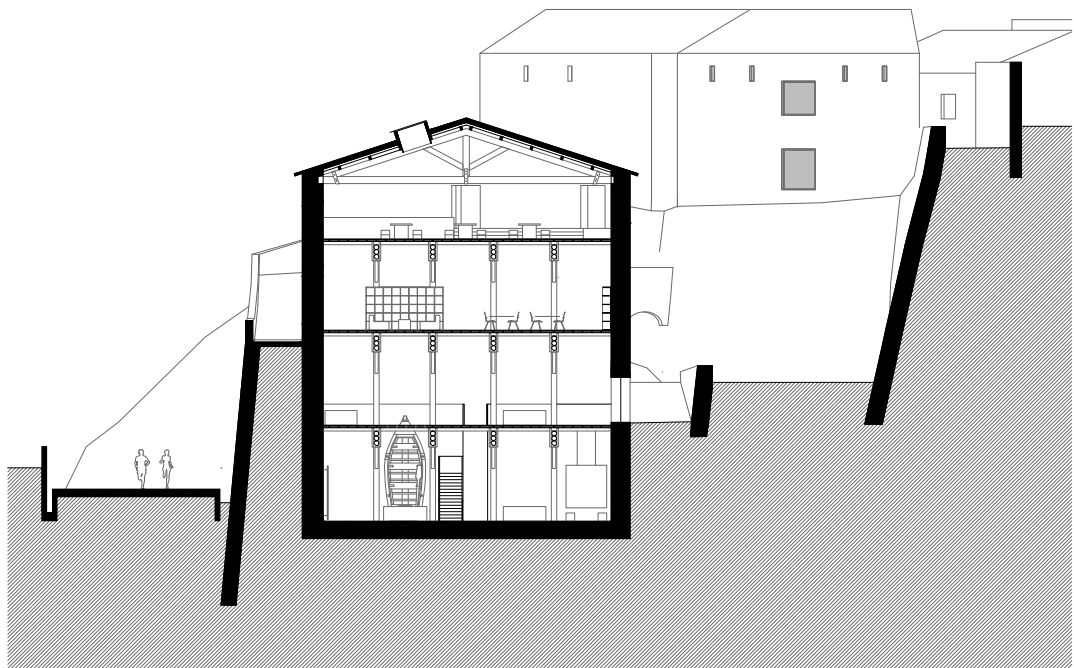


Figura 85-
Corte transversal
pelo volume inferior
dos armazéns da
Calheta



1m 5m 10m

A ideia do elevador exterior é tentar integrá-lo na mesma composição dos elevadores. A cércea da cumeeira define a altura máxima do elevador. A cércea do beiral define o limite do seu invólucro. Paredes de betão funcionam como envasamento, adoçando-se ao promontório. No alçado sul esta parede de betão parece um elemento monolítico, na fachada dos armazéns é transparente, não ocultando completamente o desenho do seu alçado.

Em relação aos sistemas construtivos dos armazéns da Calheta, primeiramente, será necessário utilizar os meios possíveis, de forma a substituir os elementos arruinados, de forma fidedigna. Dentro do princípio de intervenção é crucial recuperar os sistemas construtivos característicos dos armazéns da Calheta, aliando-se a alterações que permitam satisfazer os requisitos de conforto, as exigências térmicas e acústicas necessárias para a utilização dos diversos espaços.

Sistema
construtivo

Propõem-se alterações ao nível dos pavimentos interiores, elevando o soalho sobre uma caixa de ar que deverá ser preenchida com lã de rocha, e a colocação de uma camada resiliente sobre os tacos de madeira onde este é fixo de forma a controlar o ruído aéreo e de precursão. Esta intervenção é mínima e impercetível, pelo que apenas acrescenta alguma espessura ao soalho.

A cobertura do edifício está em mau estado de conservação e necessita de ser substituída. Sobre as asnas coloca-se um revestimento de madeira sobre o qual assentam as placas de isolamento térmico. Opta-se por um sistema de subtelha que permite reutilizar as telhas de meia cana do edifício.

A espessura das paredes de pedra confere-lhes uma elevada inércia térmica, pela qual não necessitam de qualquer intervenção adicional.

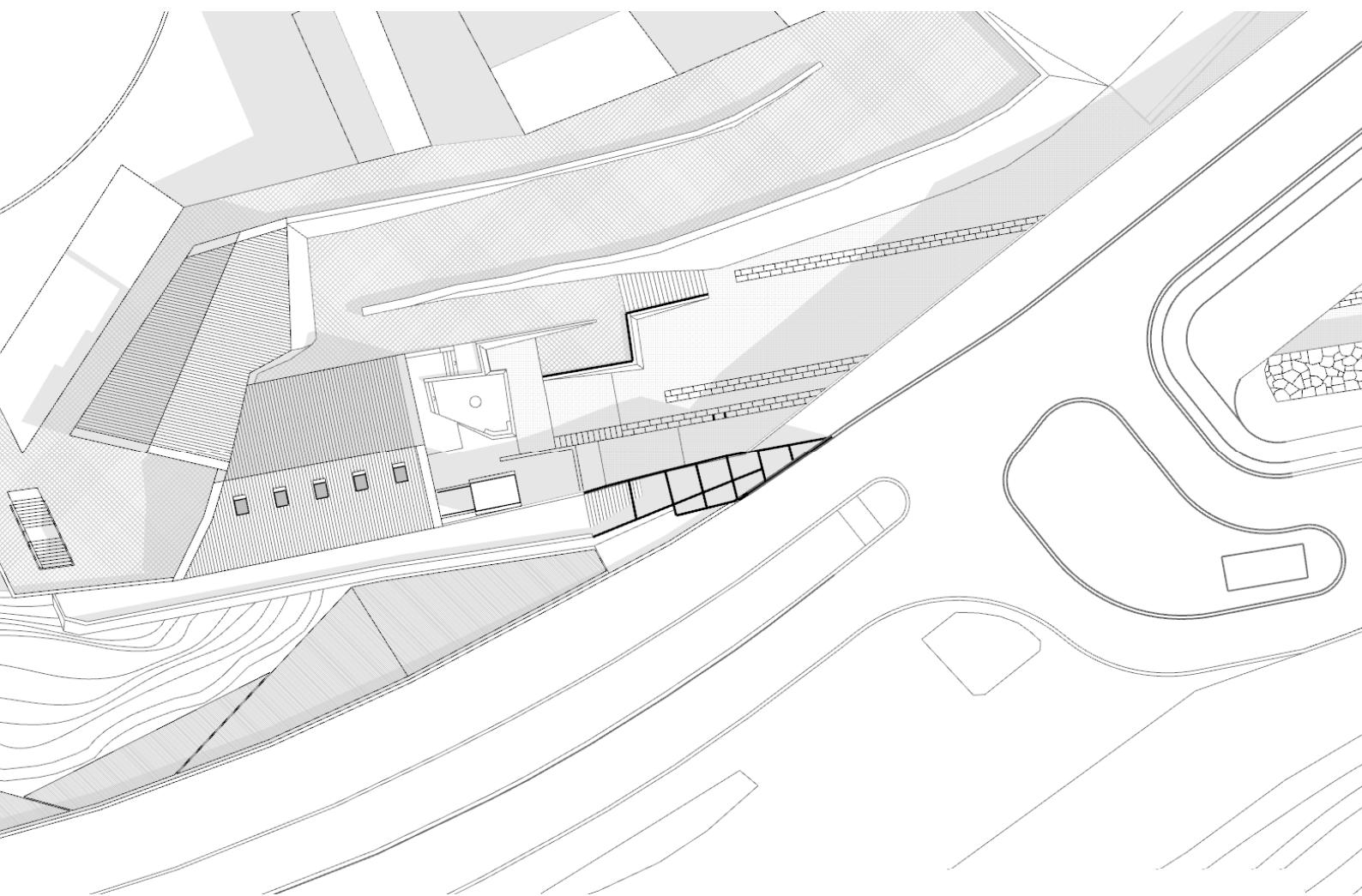
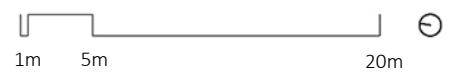


Figura 81 –
planta de cobertura
dos armazéns da
Calheta



De forma a potenciar os pisos de contato com a cobertura, propõe-se um sistema de clarabóias como forma de compensar o caráter escuro do armazém. Estas são introduzidas como parte integrante do desenho do teto, ocupando um intervalo da subestrutura, um entre cada asna. São pequenos caixotes de luz, afirmando-se pela saliência do seu revestimento de madeira. Não são perceptíveis pelo exterior, não manifestando um impacto significativo sobre a imagem geral dos armazéns.

Iluminação
natural

A recuperação da Calheta passa também pelo desenho da chegada aos armazéns. Os elementos que desenham este espaço exterior têm por objetivo contar a história do sítio, num momento em que esta precisa de ser clarificada. O limite da calçada, onde terminava a rua e começava a praia é mantido, funciona como um elemento fossilizado do seu tempo.

Desenho
exterior

De forma a recuperar alguma da identidade e caráter do antigo porto, propõe-se uma repavimentação em areia compactada, referenciando o areal onde os barcos se resguardavam, criando uma ideia de proximidade com o mar. O novo desenho exterior retoma a orientação da calheta como direção compositiva, recuperando uma continuidade que foi suprimida com a construção da avenida marginal. Três apontamentos de pedra traçam linhas guia, formando caminhos que chocam contra a marginal de forma a afirmar a rutura. Um dos alinhamentos coincide com a passagem subterrânea, evidenciando esta possível direção a seguir.

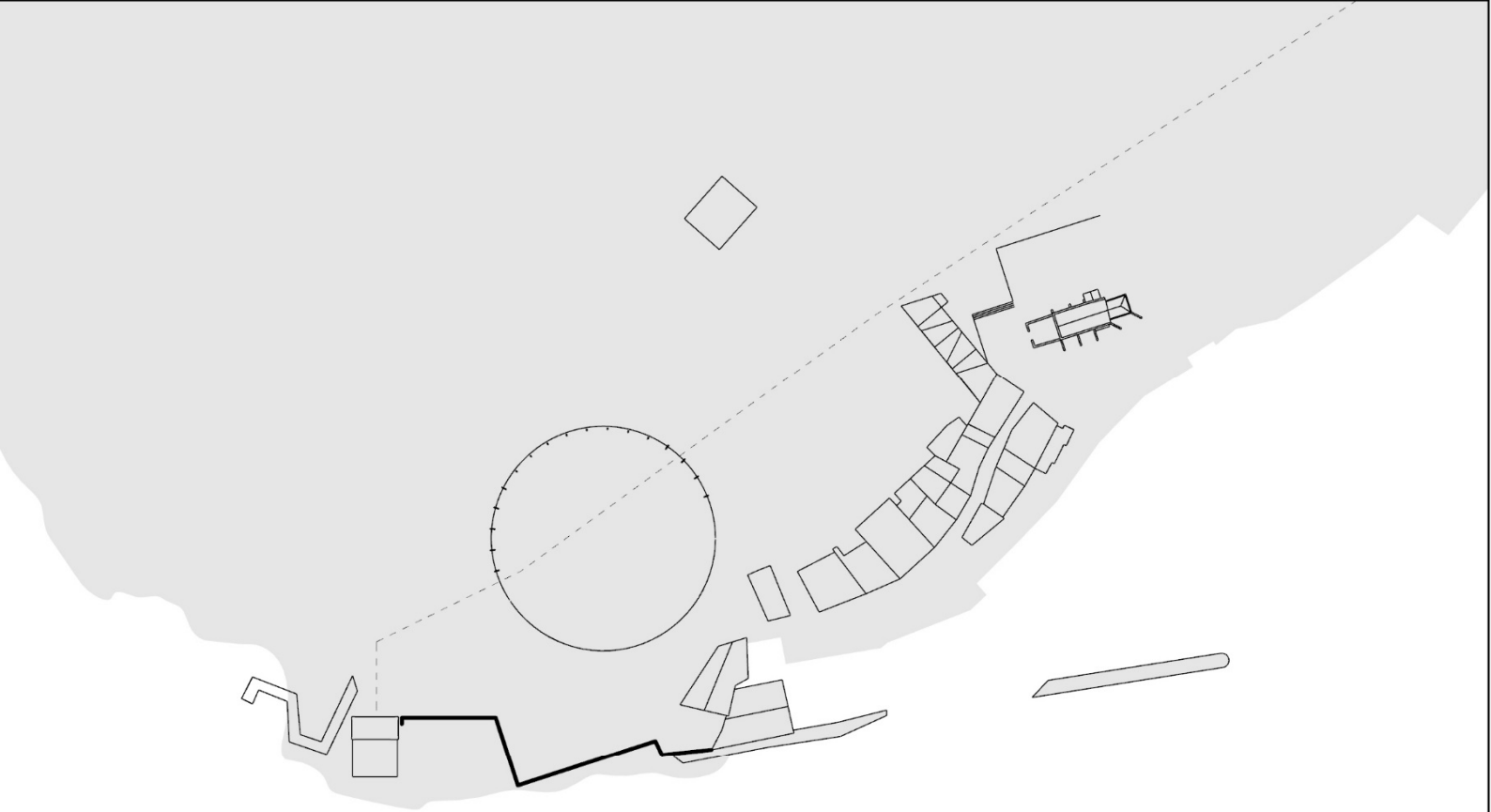
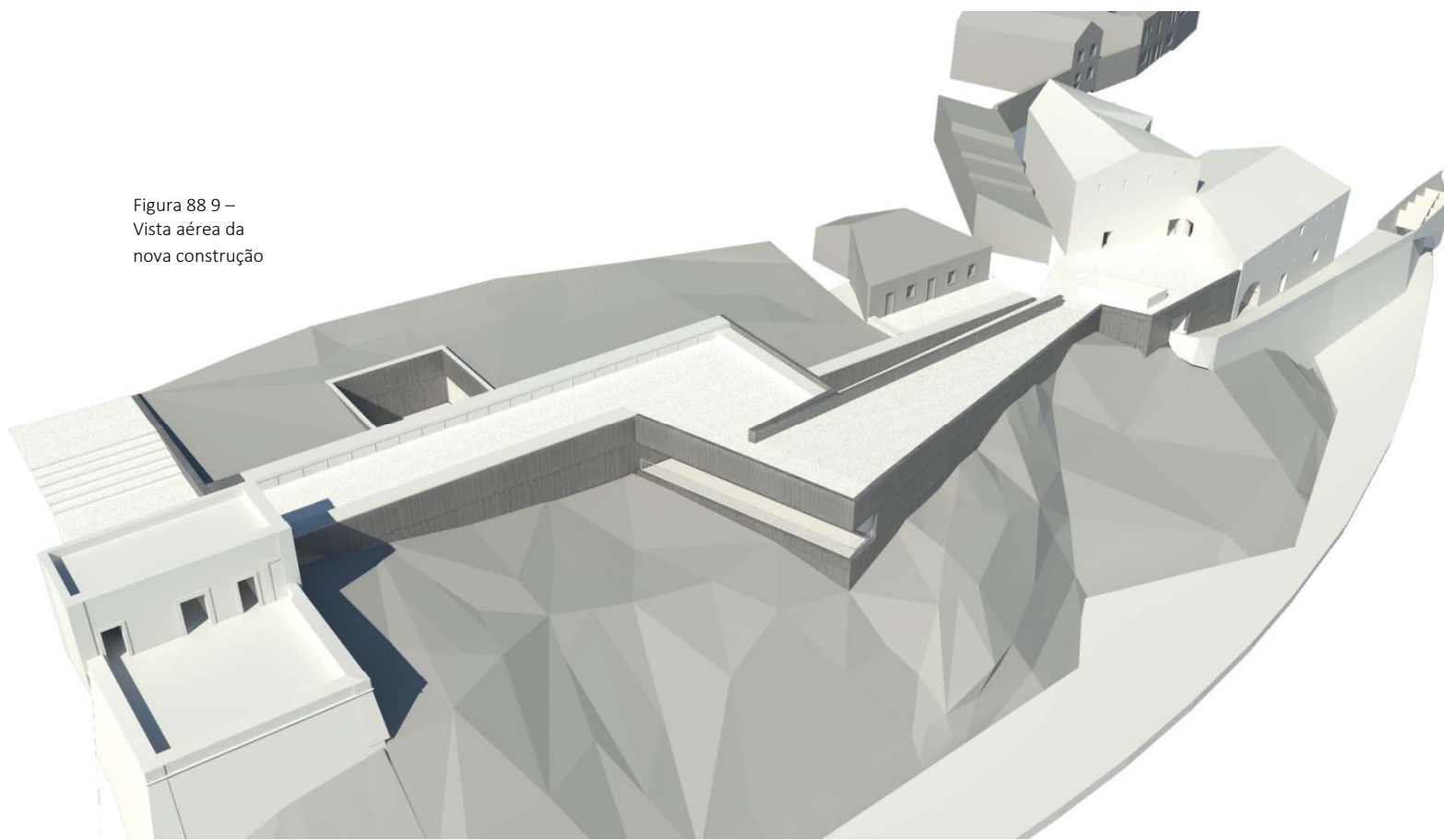


Figura 88 9 –
Vista aérea da
nova construção



articular

(o percurso que também é edifício, o muro)

CONSULTAR DESENHOS 6.1 A 6.4

Uma nova construção serve de articulação entre a Calheta e o forte do Revelim, associando um novo programa a um novo percurso

O maior desafio da construção será a procura de uma expressão adequada ao contexto, compreendendo qual será o impacto que esta vai repercutir na frente da encosta. A linguagem deve ser sensível para com a envolvente histórica, gerando um diálogo harmonioso entre os vários elementos, o forte do Revelim, os armazéns da Calheta e a própria arriba.

uma questão da expressão para o edifício

Opta-se por um único elemento horizontal que se enquadra na topografia, contrastando com a verticalidade das construções vizinhas. Dissimulado no terreno, a maioria do programa encontra-se oculto, semienterrado, privilegiando o percurso que desenha a cobertura.

Numa busca de unidade formal que consolide a proposta, surge o conceito de edifício-muro. Influenciado pelo carácter fortificado de Sines, propõem-se reinterpretar uma estrutura militar, de forma a combinar percurso com edifício numa nova construção inspirada no passado. Esta lógica permite integrar o paredão da Calheta, ligando-o ao forte através de um único gesto. Reformula-se o acesso da Calheta à cota alta pelo molhe, propondo uma nova escadaria introduzida na intervenção do muro.

reinterpretar uma fortificação

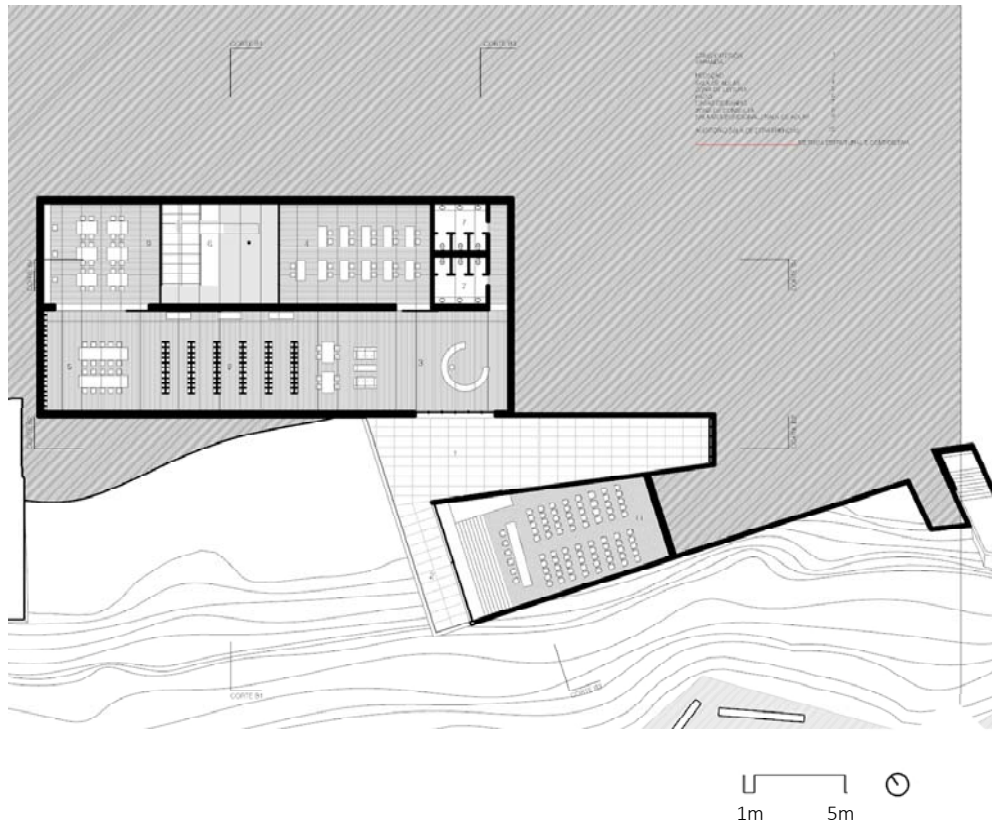


Figura 89 –
Planta do piso inferior

Figura 90 –
Percurso na
cobertura do
edifício, vista
panorâmica



O conceito desta nova construção será implantar os volumes na encosta, adaptando-se ao declive do terreno, de forma a ficar parcialmente enterrada, dando prioridade à relação visual ininterrupta do topo da colina com o mar e com o horizonte. Ambiciona-se um convívio pacífico com as construções envolventes, através do controlo da cércea, deixando o protagonismo para os edifícios históricos que se afirmam, dominando o alçado marítimo de Sines.

O desenho nasce de um eixo, prolonga a orientação do Revelim e remata na plataforma da Calheta. Esta direção ganha forma através de um muro que contém o programa do edifício.

Uma rampa dá o acesso ao nível inferior, chegando a um átrio exterior de distribuição. Neste espaço de transição surge uma varanda que enquadra o Revelim num sentido ascendente, surgindo imponente, marcando o topo da encosta, como se continuasse a guardar a baía dos invasores.

átrio

O espaço do auditório destaca-se do restante, pela sua posição enviesada, redireciona-se de forma manter uma relação com o exterior, observando a paisagem. O interior é rebaixado de forma a aumentar o pé direito, ganhando escala.

auditório

O volume da biblioteca/centro de formação é composto por um conjunto de espaços organizados em torno de uma parede estrutural central.

biblioteca

Num primeiro momento é desenhada uma sala longitudinal onde a iluminação é feita através da luz indireta que entra pela clarabóia e reflete na parede. Esta sala ampla é o corpo da biblioteca, um conjunto de estantes organiza diferentes espaços de leitura.

Os restantes espaços resultam da subdivisão da mesma área, articulados com um pátio exterior, que os ilumina. Pode ser entendido como uma extensão do interior e funcionar como zona de leitura exterior.

Figura 9111 -
corte
transversal
pelo pátio

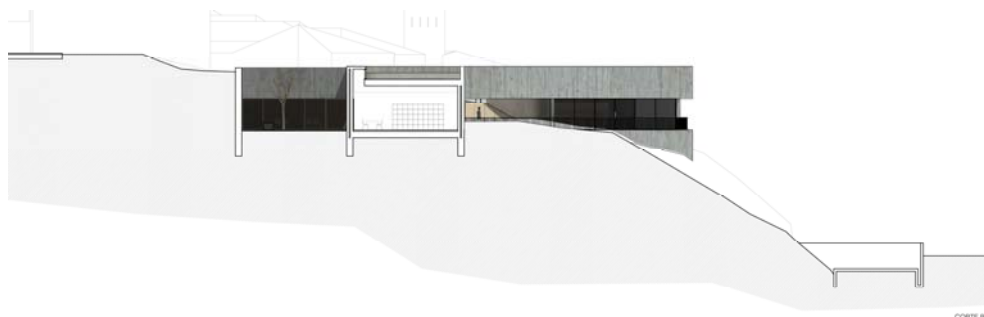


Figura 92 -
corte
longitudinal
pela rampa de
acesso



Figura 93 -
corte
transversal pelo
átrio exterior e
auditório

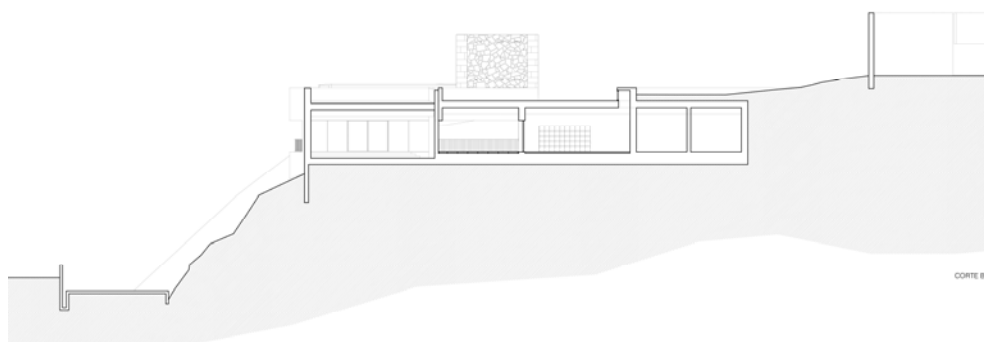
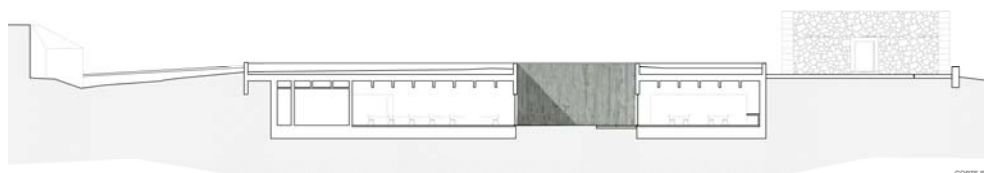


Figura 9410 -
corte
longitudinal
pelas salas de
aula e pátio



A expressão deste volume robusto está intimamente relacionada com a sua materialidade e por sua vez com a sua estrutura. O betão, enquanto material bruto, dota o edifício de um aspeto rochoso, tosco. Um conjunto de muros de suporte seguram o terreno e desenham o espaço.

A expressão da construção domina o desenho da fachada, maioritariamente cega, os vãos envidraçados e aberturas são escassos e pontuais, colocados estrategicamente para tirar o máximo partido da iluminação natural. Os elementos estruturais são evidenciados, valorizando a veracidade do sistema construtivo, utilizando-a como forma de caracterizar os espaços.

A calçada presente nas ruas envolventes propaga-se pela cobertura que integra o percurso, valorizando-se uma ideia de continuidade urbana. O nível do edifício é conseguido através de um processo de escavação, tornado evidente pela materialidade do pavimento. A distinção deste material permite identificar o acesso ao edifício, desenhado por lajetas de pedra.

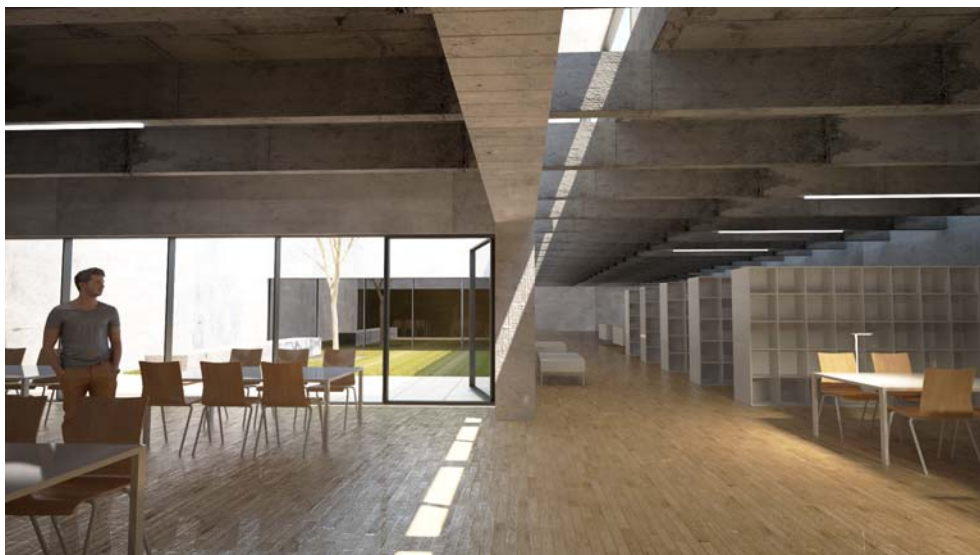


Figura 95 –
espaço de leitura,
iluminação indireta
através da clarabóia
na cobertura

Figura 13 –
sala de aulas
em relação
com o pátio



Figura 9712
–
Zona de leitura
e trabalho



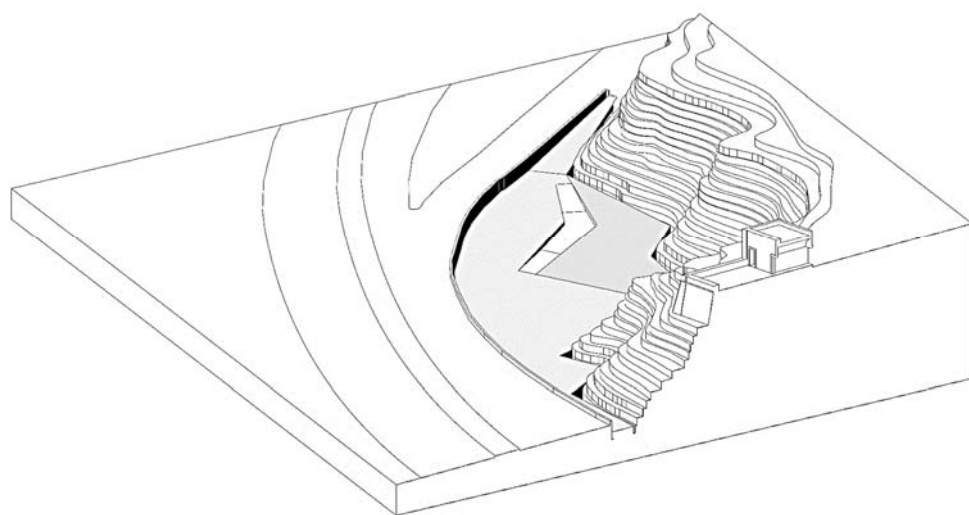


Figura 9814 –
Corte
axonométrico
pelo novo
pavimento, no
sopé da encosta
do forte do
Revelim

lembrar

(construir uma hipotética leitura do passado)

CONSULTAR DESENHOS 3.1 E 3.2

A memória é uma constante nos projetos propostos, sendo o fio condutor que os une. Nestas duas propostas em particular é a necessidade de afirmar uma ideia de retrospectividade que dá origem a uma vontade de intervir.

Surge interesse em desenvolver um arranjo exterior particular, partindo do redesenho do percurso adjacente à encosta do forte do Revelim. Esta intervenção atua numa zona de conflito, articulando duas realidades formais distintas, de um lado o contorno natural da falésia rochosa, do outro o gesto humanizado de uma estrada marginal.

O percurso
adjacente à
encosta do forte

O objetivo é sobretudo distinguir a intervenção do aterro que deu origem à avenida Vasco da Gama, que por sua vez descontextualizou a topografia original. Desta forma ambiciona-se evidenciar uma hipotética leitura do território antigo na sua relação com o mar e com o porto de pesca.

A intervenção propõe a descida da cota do passeio, assim como uma nova materialização do mesmo. O conceito é construir uma ilusão onde o declive do monte parece continuar por baixo do pavimento até chegar à cota do mar. Este percurso é formalizado enquanto uma nova peça, perfeitamente distinguível do meio onde se insere, uma espécie de passadiço em betão aparenta uma forma autónoma, que se vai adequando à morfologia do terreno. A leitura deste elemento é garantida por meio de um afastamento no encontro com o muro da marginal, criando uma caleira para a recolha das águas pluviais.

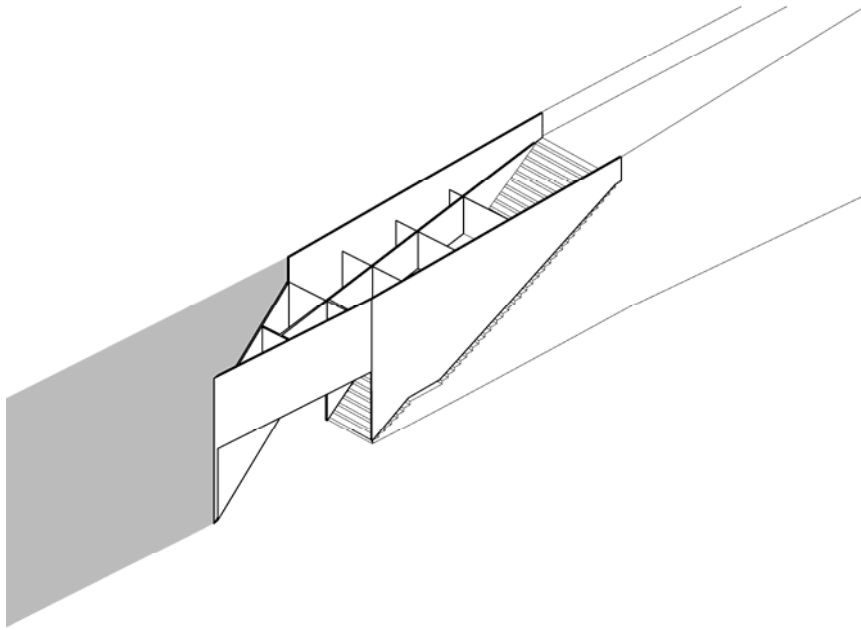


Figura 9916
—
Pórtico na
escadaria do
molhe

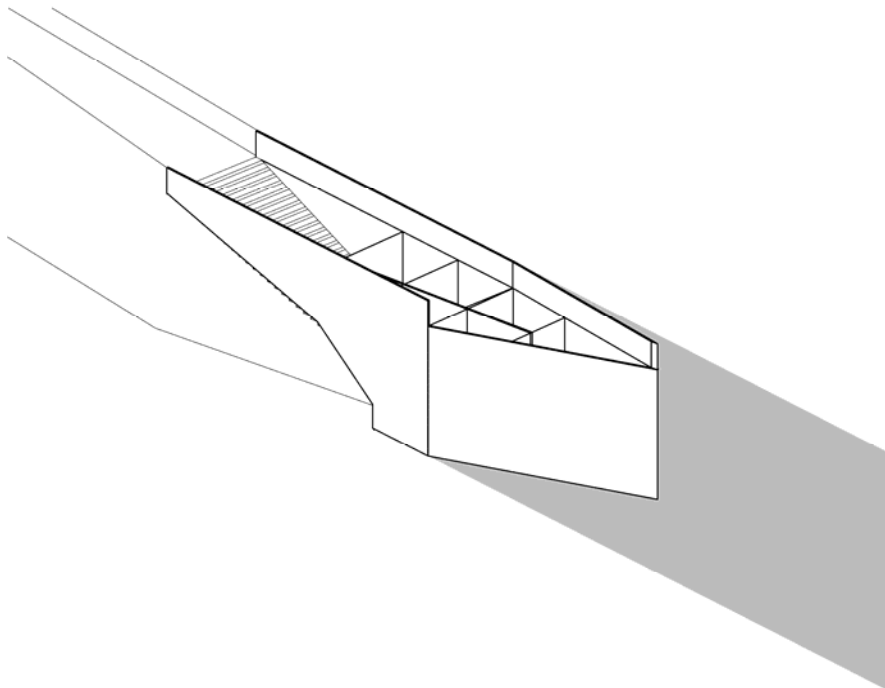


Figura 10015
—
Pórtico na
escadaria do
molhe

É também desenhado um espelho de água, retomando o tema da proximidade com o mar. O chão funciona como um apontamento que induz ao passado, é uma intervenção mínima que pretende atribuir qualidade ao espaço, associando-se a uma ideia a ser interpretada conceptualmente

Sugere-se também uma estrutura leve que se anexa à escadaria exterior que dá acesso à avenida Vasco da Gama. Funciona como uma espécie de pórtico em aço, marcando o acesso à cota mais alta. Este percurso é particular. Faz-se através de um elemento da antiga estrutura portuária, a ruína do molhe norte. O paredão ficou descaracterizado, perdeu-se a noção do seu propósito original. A intenção desta proposta é criar um apontamento escultórico, recuperando a noção do volume original. Criando alinhamentos que tornam perceptível a leitura das duas partes do molhe em continuidade, como parte de um mesmo gesto. Esta intervenção pretende reforçar a direção da estrutura da calheta sobre o desenho da marginal.

Um pórtico para
escadaria do
antigo molhe

Afirma-se este novo corpo como uma extensão ao volume existente, criando assim uma certa ambiguidade, pelo que é possível uma leitura volumétrica contínua. Deixa-se, no entanto, perceptível as intervenções anteriores sobre este mesmo elemento. Cada ação define e marca um determinado tempo, funcionando como cicatriz, não deve ser apagado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não podemos voltar ao passado, por muito valor que ele aparente guardar em si. O Homem tem de saber lidar com as opções que toma e acima de tudo aprender a corrigir os erros que comete.

Num lugar onde não há plano, é essencial procurar estratégias que devolvam urbanidade aquilo que se encontra desconexo, no entanto, somente planejar e regular não parecem ser uma solução completa face a esta problemática. Cabe ao arquiteto encontrar propostas através do desenho, instrumento indispensável que permite concretizar e materializar intenções.

A recuperação da zona da Calheta, integrada num plano conjunto com o centro histórico, demonstra uma preocupação para com o passado de uma cidade que tem os seus olhos postos no futuro. A proposta procura, acima de tudo, encontrar um consenso entre as problemáticas atuais do lugar e os vestígios que nos contam a história da cidade. Combatendo o abandono e esquecimento, pretende-se potenciar uma zona histórica, fazendo sobressair a originalidade do lugar e possibilitando redescobrir aquilo que define a identidade de Sines. É urgente intervir sobre os locais e construções antigas, recuperando o seu valor insubstituível, antes que este se perca por completo.

A ruína tem um lugar nos dias de hoje, é necessário encontrar uma forma correta de nos apropriarmos do seu potencial. Numa primeira fase parece ser preservar e proteger, a melhor opção perante algo frágil. Com o decorrer do trabalho entendeu-se que para garantir a longevidade daquilo que é antigo, o melhor exercício parece ser a sua integração na vida corrente, ambicionando uma apropriação dinâmica e revitalizadora.

O passado é importante enquanto forma de entender o que define o presente, a investigação histórica surge como necessidade para uma prática fundamentada do projeto. Muitas das propostas apresentadas não são inovadoras, apenas se limitam a reestabelecer algumas das lógicas originais do território, retomando princípios que outrora fizeram sentido. Ligações são abertas onde já existiram, relações são somente recuperadas, espaços são reformulados à luz do que já foram. Os projetos inspiram-se no passado como forma de desenhar o presente. O respeito pelo antigo é, no entanto, uma preocupação, as novas intervenções não se querem sobrepor ou confundir com as preexistências. O equilíbrio surge através de uma relação simbiótica, onde diferentes realidades cooperam em torno dos mesmos propósitos, completando-se. A interação e diálogo entre nova construção e pré-existência foi um tópico constante no desenvolvimento das propostas, a dificuldade do projeto está na procura de um consenso e de uma linguagem coerente que possibilite uma coexistência harmoniosa.

A memória é um tema de trabalho por si só, a memória de um lugar, a memória de um povo, justificado no seu valor nostálgico imaterial. Pequenos apontamentos podem ser o suficiente para nos elucidar de uma ideia que remete para o passado, imortalizando-o.

BIBLIOGRAFIA

Livros:

Baptista, Maria S. José. (1997). *Programas Urbanos e reabilitação urbana: revitalização de áreas urbanas em crise*. Lisboa: Direcção Geral do Desenvolvimento Regional

Cavalinhos, José Manuel. (1924). *Retalhos da vila de Sines*. Sines: Câmara Municipal de Sines

Correia, Luís Miguel. (2011). *A construção da identidade do território a partir dos monumentos: o lugar do contemporâneo*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Couceiro, João. (1998). *Urbanidade e património*. Lisboa: IGAPHE

Choay, Façoise. (2006). *A alegoria do património*. Lisboa: Edições 70.

Guedes, L.C.(1989) *Aspectos do Reino de Portugal nos Séculos XVI e XVII: A "Descrição" de Alexandre Massai (1621) - II Tratado*. Viseu: Tipografia de Guerra.p.115 – 125.

Quaresma, António *Sines Medieval e Moderna*, in Sandra Patrício (coord.) O concelho de Sines da fundação à época moderna, Sines: Câmara Municipal de Sines, 73-124

Versaci, Antonella & Cardaci, Alessio. (2012) *The difficult relationship between ruins and modernity: the case study of the Mother Church reconstruction in Salemi (Italy)*. In 1 st International Conference on Architecture & Urban Design 19, 21 Abril 2012 (pp. 205-212). EPOKA University, Department of Architecture

Jornais

Jornal do Museu de Sines (2009). *Redes do Tempo* (Número 1). Sines: Câmara Municipal de Sines.

Jornal do Museu de Sines (2010). *Redes do Tempo* (Número 2). Sines: Câmara Municipal de Sines.

Jornal do Museu de Sines (2014). *Redes do Tempo* (Número 11). Sines: Câmara Municipal de Sines.

Relatórios:

Núcleo de planeamento e ordenamento do território (2009). *Plano de pormenor da salvaguarda da zona histórica de Sines*. Sines: Câmara Municipal de Sines

Núcleo de planeamento e ordenamento do território (2010). *Estratégia de Reabilitação urbana do centro histórico de Sines*. Sines: Camara Municipal de Sines

Núcleo de planeamento e ordenamento do território (2010). Programa de acção para a regeneração urbana de Sines. Sines: Camara Municipal de Sines

Sites da internet

Município: <http://www.sines.pt/>

http://www.sines.pt/uploads/document/file/1503/2009-06_-_As_logeas_da_Ribeira.pdf

Da fundação à época moderna:

<https://issuu.com/cmsines/docs/fundacaoepocamoderna/122>

Torre do Tombo:

<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3908671>

<https://www.espazium.ch/uploads/MTQzODMyOTY2Ny0zNjc1ODk1MTUwLTc0MDYtNw==.pdf>

Divisare:

<http://divisare.com/projects/99505-roberto-collova-alvaro-siza-orazio-saluci-piazza-alicia-e-ricostruzione-della-chiesa-madre>

FONTES DE IMAGEM

1 - (Consultado a 5 de julho de 2016) disponível na plataforma da Biblioteca Nacional de Portugal: <http://purl.pt/22597/2/>

2 - (Consultado em 8 dezembro de 2016) disponível na plataforma do Atlas do Sudeste Português em: <http://www.atlas.cimal.pt/drupal/?q=pt-pt/node/176>

3 - (Consultado em 8 dezembro de 2016) disponível na plataforma do Atlas do Sudeste Português em: <http://www.atlas.cimal.pt/drupal/?q=pt-pt/node/176>

4 - (Consultado em 15 setembro de 2016) disponível na plataforma do Arquivo Nacional Torre do Tombo em: <http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3908671>

5 - Cedida pela comissão da trienal de arquitetura de Lisboa

6 - Retirado de Quaresma, António *Sines Medieval e Moderna*, in Sandra Patrício (coord.) *O concelho de Sines da fundação à época moderna*, Sines: Câmara Municipal de Sines, 73-124

7 - Cedida pela comissão da trienal de arquitetura de Lisboa

8 – (Consultado em 8 de dezembro de 2016) disponível em: <http://cabodesines.blogspot.pt/2010/08/calheta-sines.html>

9 - Cedida pela comissão da trienal de arquitetura de Lisboa

10 - (Consultado em 15 setembro de 2016) disponível na plataforma do Arquivo Nacional Torre do Tombo em: <http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3908671>

11 - (Consultado em 15 setembro de 2016) disponível na plataforma do Arquivo Nacional Torre do Tombo em: <http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3908671>

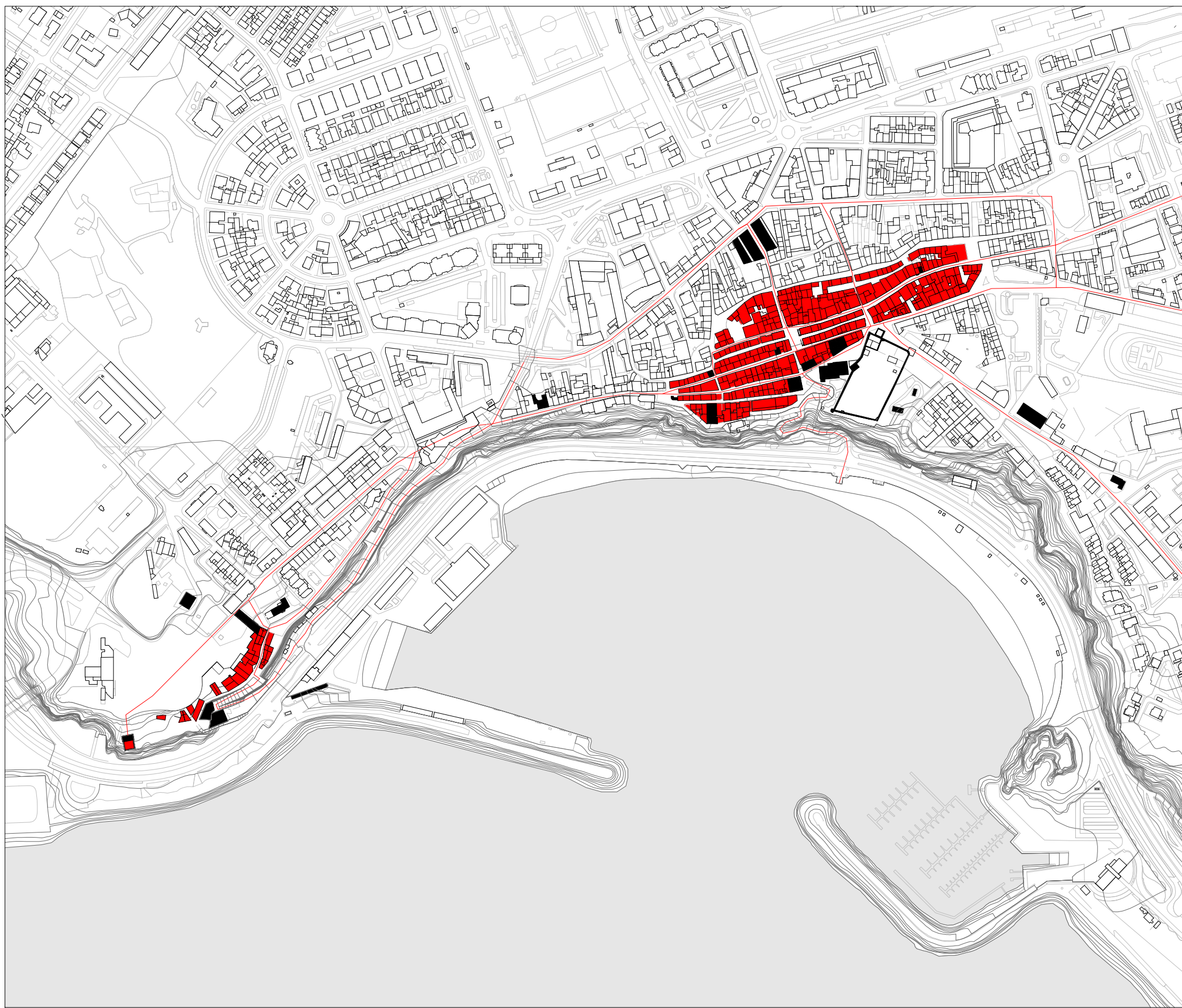
- 12 - (Consultado em 15 setembro de 2016) disponível na plataforma do Arquivo Nacional Torre do Tombo em:
<http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3908671>
- 13 - (Consultado em 15 setembro de 2016) disponível na plataforma do Arquivo Nacional Torre do Tombo em:
<http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3908671>
- 14 - (Consultado em 8 de dezembro de 2016) disponível na plataforma do Arquivo Municipal da Câmara de Sines em:
http://www.sines.pt/uploads/document/file/1556/2013-11_-_Portos_mar_timos_de_Portugal.pdf
- 15 - (Consultado em 15 setembro de 2016) disponível em:
<http://joiasdaminhainfancia.blogspot.pt/p/sines-fotos-antigas.html>
- 16 - (Consultado em 15 setembro de 2016) disponível em:
http://cabodesines.blogspot.pt/2013/09/foto-antiga-sines_26.html
- 17 - (Consultado em 8 dezembro de 2016) disponível na plataforma do Atlas do Sudeste Português em: <http://www.atlas.cimal.pt/drupal/?q=pt-pt/node/351>
- 18 - Fotografia de João Varela
- 19 - Fotografia João Varela
- 20 - (Consultado em 8 de dezembro de 2016) disponível na plataforma do Arquivo Municipal da Câmara de Sines em: <http://www.sines.pt/pages/700>
- 21 - Cedida pela comissão da trienal de arquitetura de Lisboa
- 22 - Cedida pela comissão da trienal de arquitetura de Lisboa
- 23 - Cedida pela comissão da trienal de arquitetura de Lisboa
- 24 - Cedida pela comissão da trienal de arquitetura de Lisboa
- 25 - Cedida pela comissão da trienal de arquitetura de Lisboa
- 26 - Cedida pela comissão da trienal de arquitetura de Lisboa
- 27 - Cedida pela comissão da trienal de arquitetura de Lisboa
- 28 - Retirada de Núcleo de planeamento e ordenamento do território (2010). Programa de acção para a regeneração urbana de Sines. Sines: Camara Municipal de Sines




- 29 - Retirada de Núcleo de planeamento e ordenamento do território (2010). Programa de acção para a regeneração urbana de Sines. Sines: Camara Municipal de Sines
- 30 – (Consultado em 15 de setembro de 2016) disponível em:
<http://lauraroldaocosta.com/projetos/marginais/2200/projeto.html>
- 31 - (Consultado em 15 de setembro de 2016) disponível em:
https://i0.wp.com/www.radiosines.com/wp-content/uploads/2016/10/IMG_5770-e1477039788404.jpg?fit=1312%2C772
- 32 - (Consultado em 15 de setembro de 2016) disponível em:
http://setubaltv.com/wp-content/uploads/2015/03/fmm_sines.jpg
- 33 - (Consultado em 15 de setembro de 2016) disponível em:
https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/282093452016330/PU_Grupo%208_Genese%20Historia%20e%20Patrimonio.pdf
- 34 - Imagem produzida pelo autor
- 35 - Imagem produzida pelo autor
- 36 - Imagem produzida pelo autor
- 37 - (Consultado em 15 de setembro de 2016) disponível em:
<http://static.panoramio.com/photos/original/15191873.jpg>
- 38 - Cedida pela comissão da trienal de arquitetura de Lisboa
- 39 - Fotografia João Varela
- 40 - Fotografia do autor
- 41 - Fotografia do autor
- 42 – Fotografia de Immagine Terraitaly™ – © BLOM CGR
- 43 - Desenho de Roberto Collová (Consultado em 8 de dezembro de 2016) disponível em: <http://divisare.com/projects/99505-roberto-collova-alvaro-siza-orazio-saluci-piazza-alicia-e-ricostruzione-della-chiesa-madre>
- 44 - Fotografia de Roberto Collová (consultado em 8 de dezembro de 2016) disponível em:
<https://www.espazium.ch/uploads/MTQzODMyOTY2Ny0zNjc1ODk1MTUwLTc0MDYtNw==.pdf>

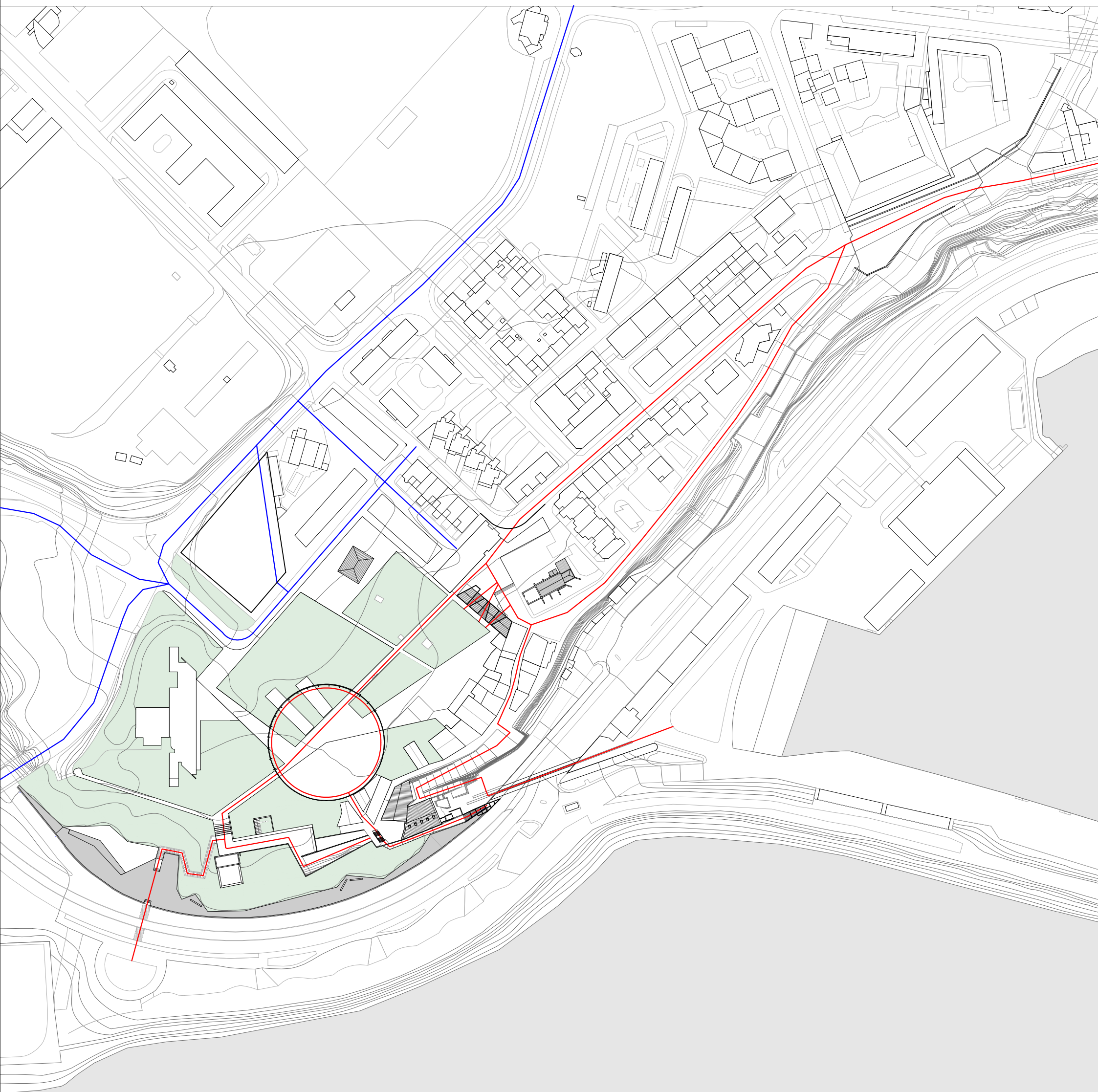
- 45 - Fotografia de Orazio Saluci (consultado em 8 de dezembro de 2016) disponível em:
<https://www.espazium.ch/uploads/MTQzODMyOTY2Ny0zNjc1ODk1MTUwLTc0MDYtNw==.pdf>
- 46 - (consultado em 8 de dezembro de 2016) disponível em:
<http://divisare.com/projects/99505-roberto-collova-alvaro-siza-orazio-saluci-piazza-alicia-e-ricostruzione-della-chiesa-madre>
- 47 - Fotografia de Orazio Saluci (consultado em 8 de dezembro de 2016) disponível em: <http://divisare.com/projects/99505-roberto-collova-alvaro-siza-orazio-saluci-piazza-alicia-e-ricostruzione-della-chiesa-madre>
- 48 - Retirada de Núcleo de planeamento e ordenamento do território (2010). Programa de acção para a regeneração urbana de Sines. Sines: Camara Municipal de Sines
- 49 - Retirada de Núcleo de planeamento e ordenamento do território (2010). Programa de acção para a regeneração urbana de Sines. Sines: Camara Municipal de Sines Imagem produzida pelo autor
- 50 - Imagem produzida pelo autor
- 51 - (consultado em 8 de dezembro de 2016) disponível em:
<http://estacaodesines.blogspot.pt/2008/05/sines-antigo.html>
- 52 - Imagem produzida pelo autor
- 53 - Imagem produzida pelo autor
- 54 - Imagem produzida pelo autor
- 55 - Imagem produzida pelo autor
- 56 - Fotografia do autor
- 57 - Fotografia de João Varela
- 58 - Imagem produzida pelo autor
- 59 - Fotografia de João Varela
- 60 - Fotografia de João Varela
- 61 - Fotografia de João Varela
- 62 - Fotografia de João Varela
- 63 - Fotografia de João Varela

- 64 - Cedida pela comissão da trienal de arquitetura de Lisboa
- 65 - Cedida pela comissão da trienal de arquitetura de Lisboa
- 66 - Cedida pela comissão da trienal de arquitetura de Lisboa
- 67 - (Consultado a 22 de novembro de 2016) disponível em:
https://www.google.pt/search?q=porto+de+pesca+de+sines&espv=2&biw=1707&bih=845&source=Inms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjZjZGKyobRAhXLlxoKHZTaBzQQ_AUIBigB#imgrc=VguxN6dXKY5o5M%3A
- 68 - Imagem produzida pelo autor
- 69 - Fotografia do autor
- 70 - (Consultado em 15 setembro de 2016) disponível na plataforma do Arquivo Nacional Torre do Tombo em:
<http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3908671>
- 71 - Desenho do autor
- 72 - Desenho do autor
- 73 - Desenho do autor
- 74 - Desenho do autor
- 75 - Imagem produzida pelo autor
- 76 – Fotografia do autor
- 77 – Desenho do autor
- 78 – Imagem produzida pelo autor
- 79 – Fotografia de João Varela
- 80 - Fotografia de João Varela
- 81 - Desenho do autor
- 82 - Desenho do autor
- 83 - Imagem produzida pelo autor
- 84 - Imagem produzida pelo autor
- 85 - Desenho do autor
- 86 - Desenho do autor
- 87 - Desenho do autor

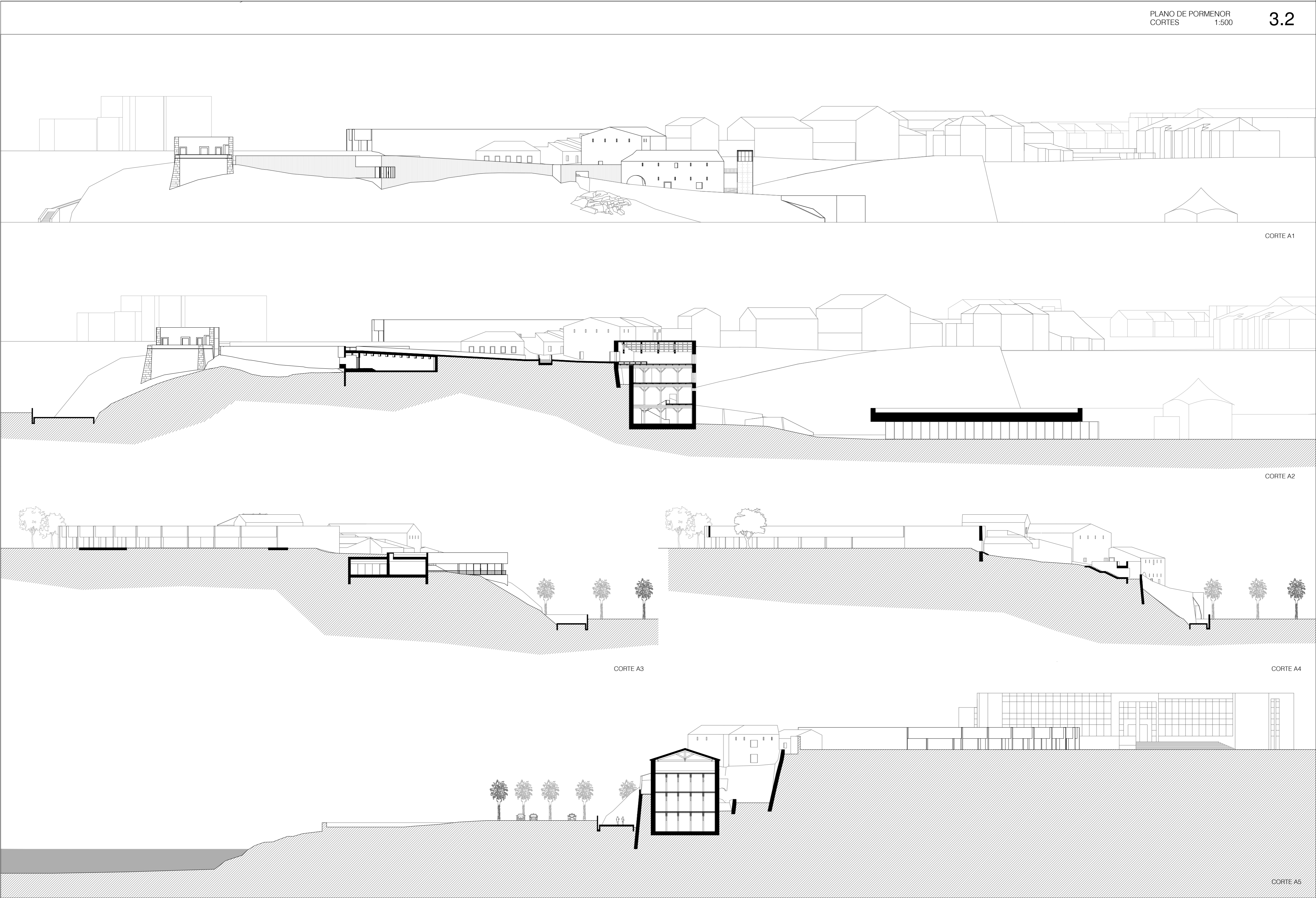
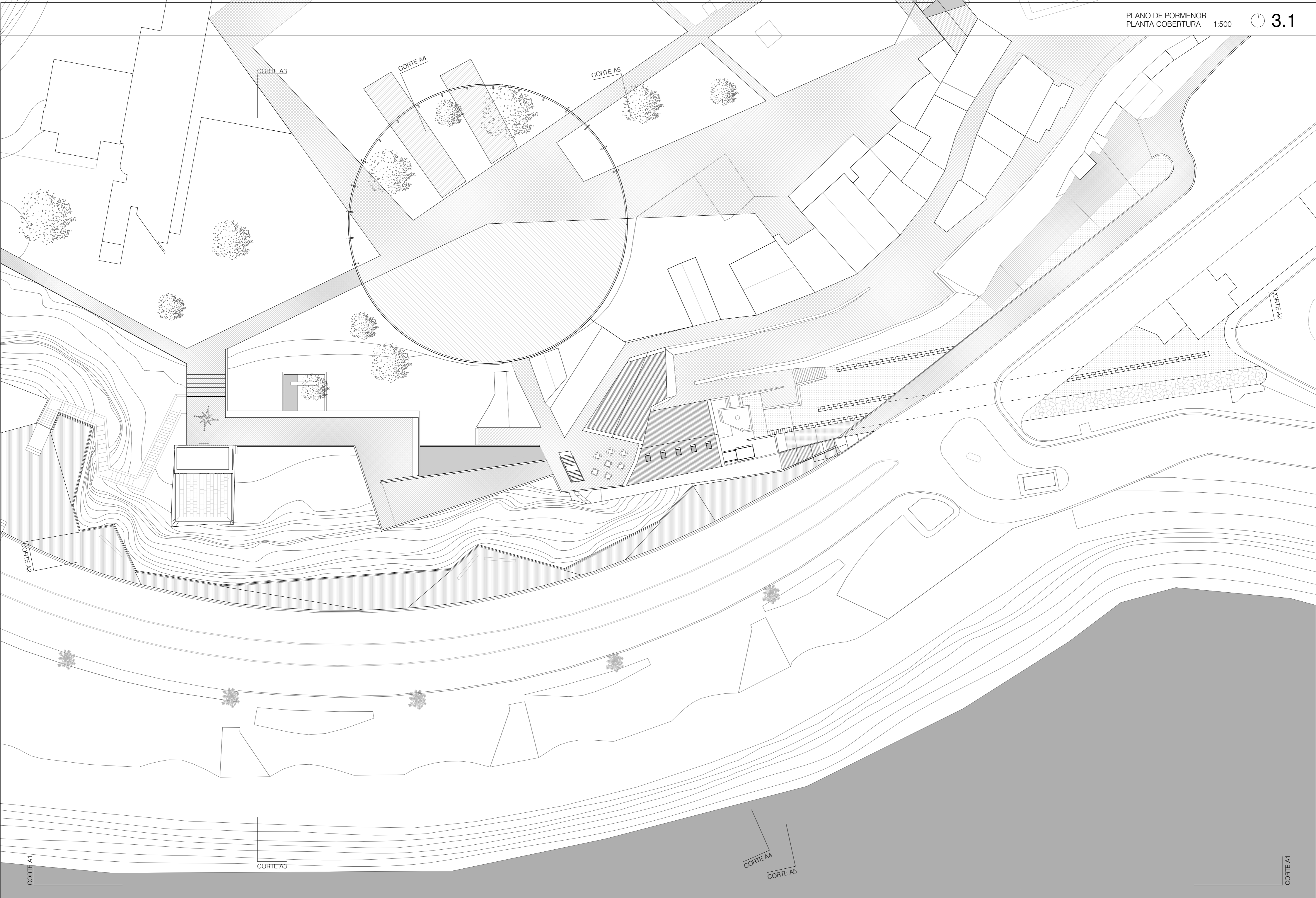
- 88 - Imagem produzida pelo autor
- 89 - Desenho do autor
- 90 - Imagem produzida pelo autor
- 91 - Desenho do autor
- 92 - Desenho do autor
- 93 - Desenho do autor
- 94 - Desenho do autor
- 95 - Imagem produzida pelo autor
- 96 - Imagem produzida pelo autor
- 97 - Imagem produzida pelo autor
- 98 - Desenho do autor
- 99 - Desenho do autor
- 100 - Desenho do autor

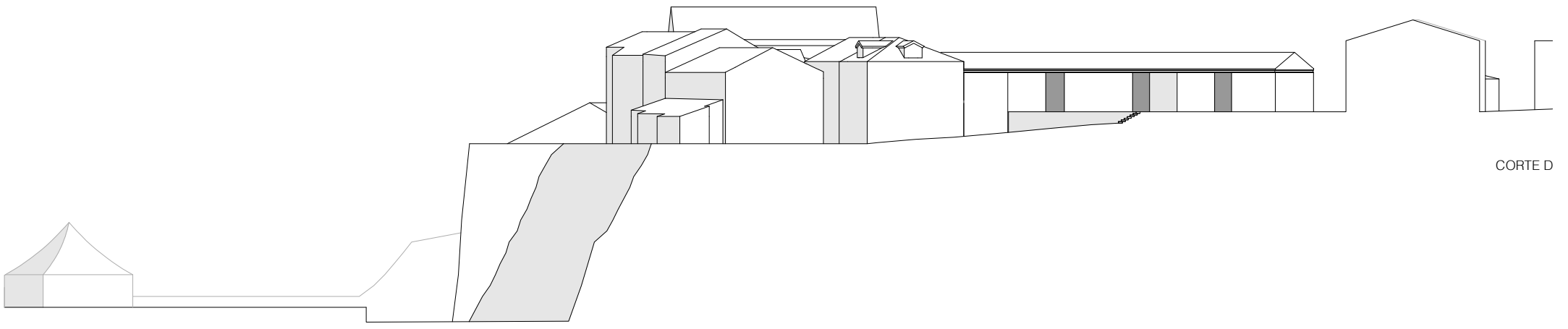


-  PATRIMÓNIO CONSTRUIDO
-  MALHA URBANA EDIFICADA ATÉ AO SÉC. XVI
-  ANTIGOS PERCURSOS

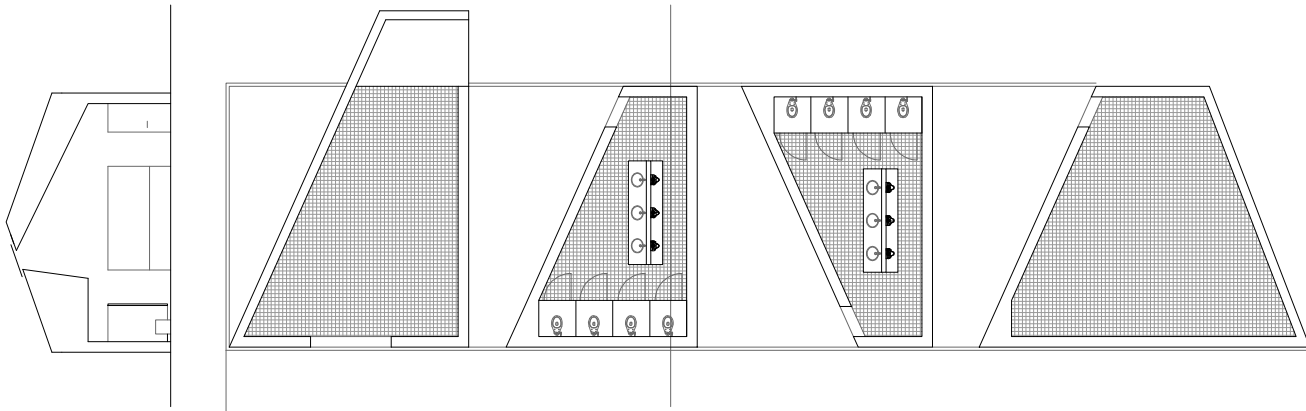


- PERCURSOS EXISTENTES
- PROPOSTA DE NOVOS PERCURSOS
- ACESSO VIÁRIO EXISTENTE
- PROPOSTA PARA NOVAS VIAS



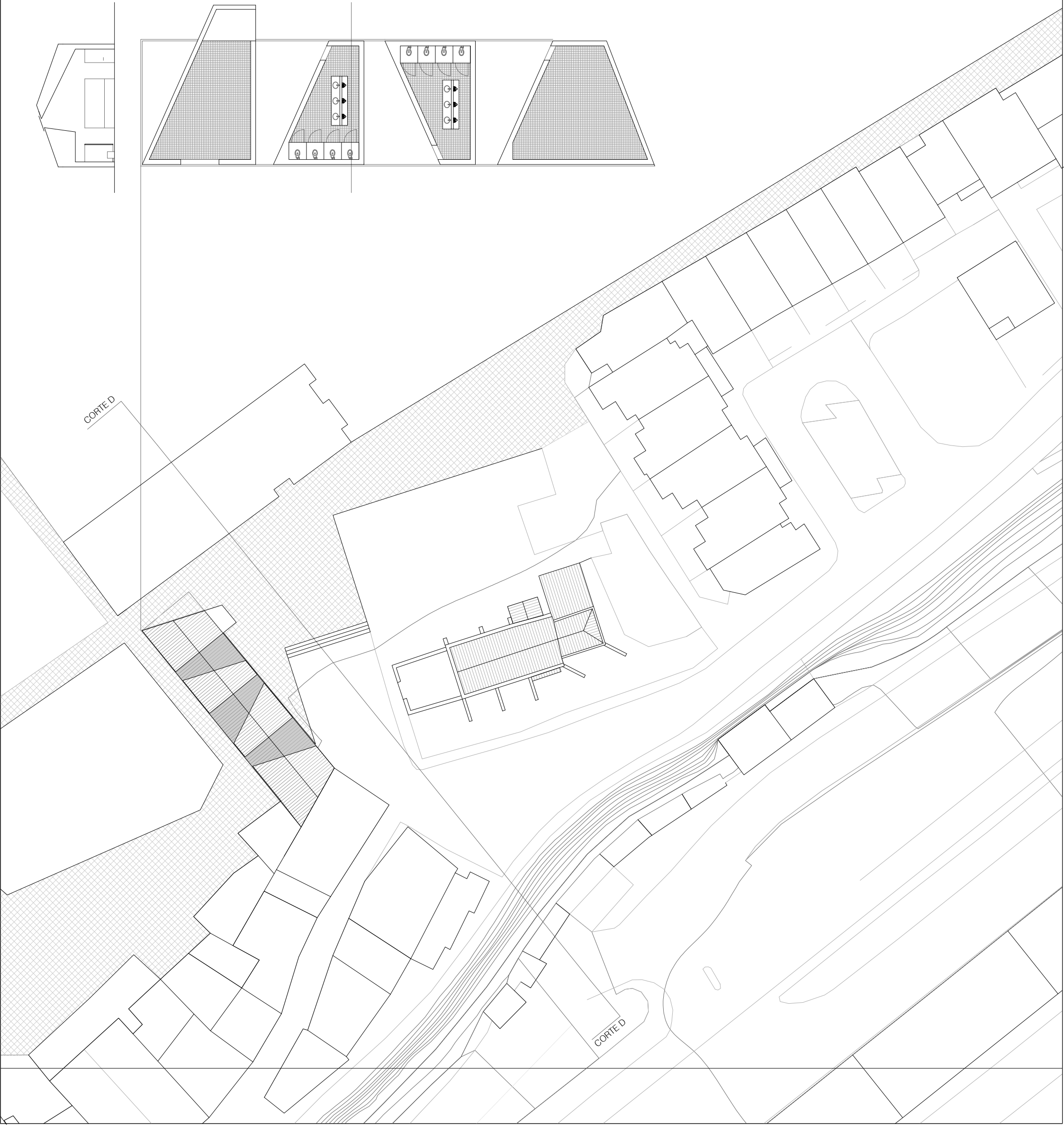


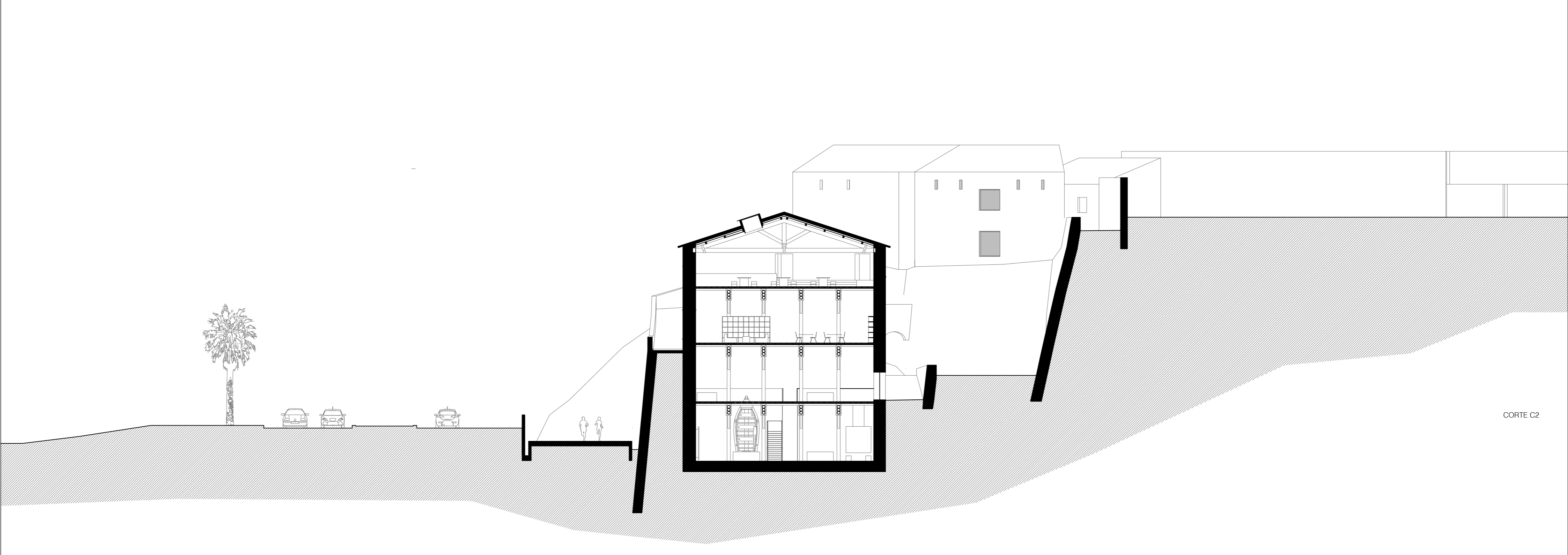
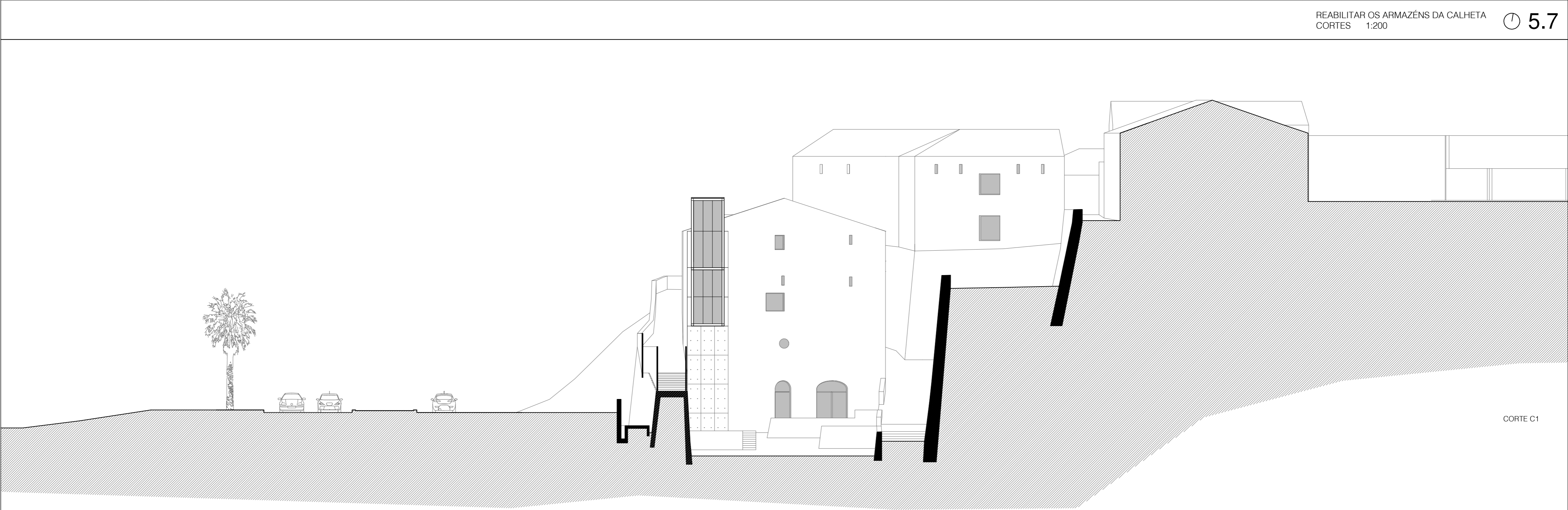
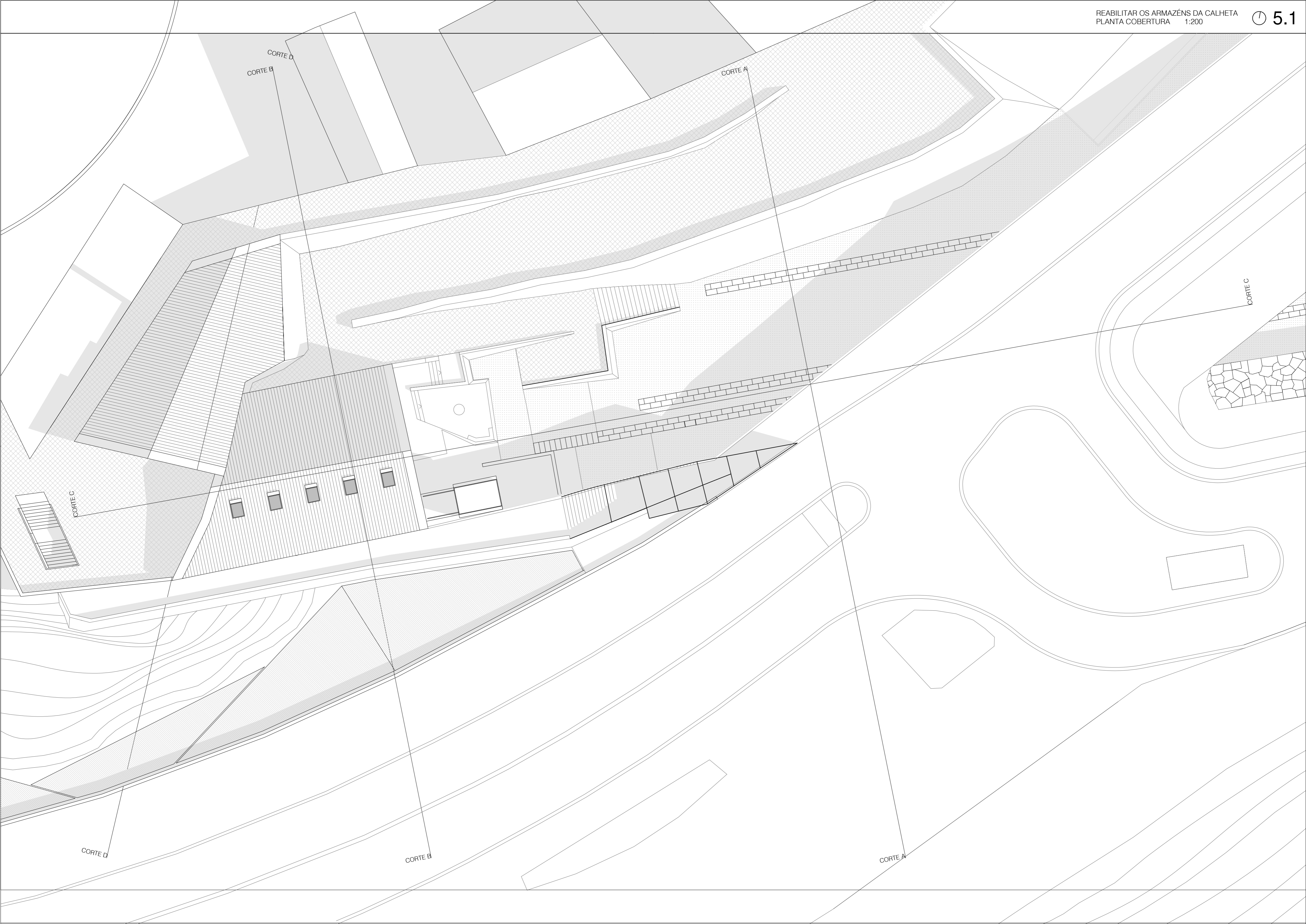
CORTE D

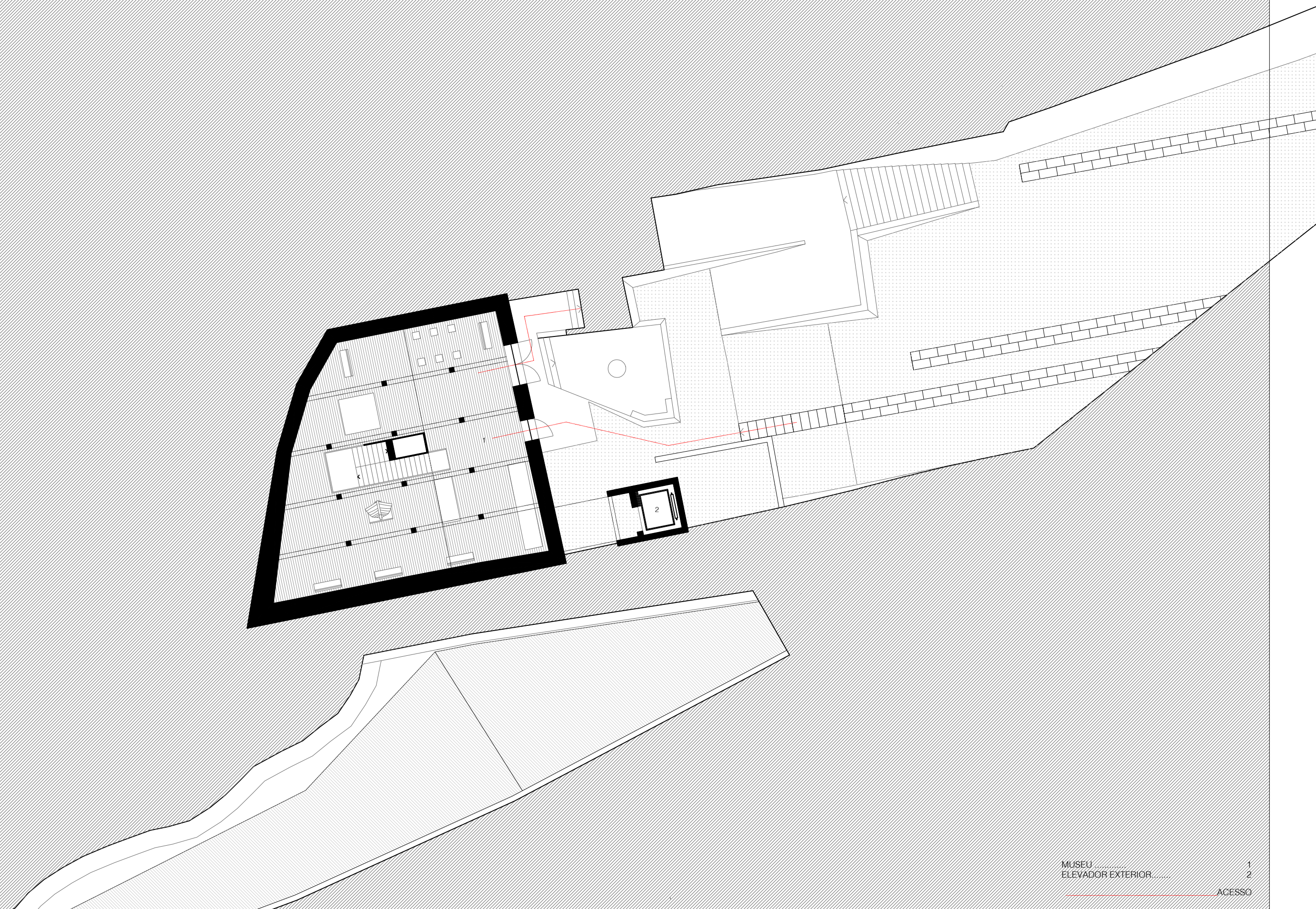


CORTE D

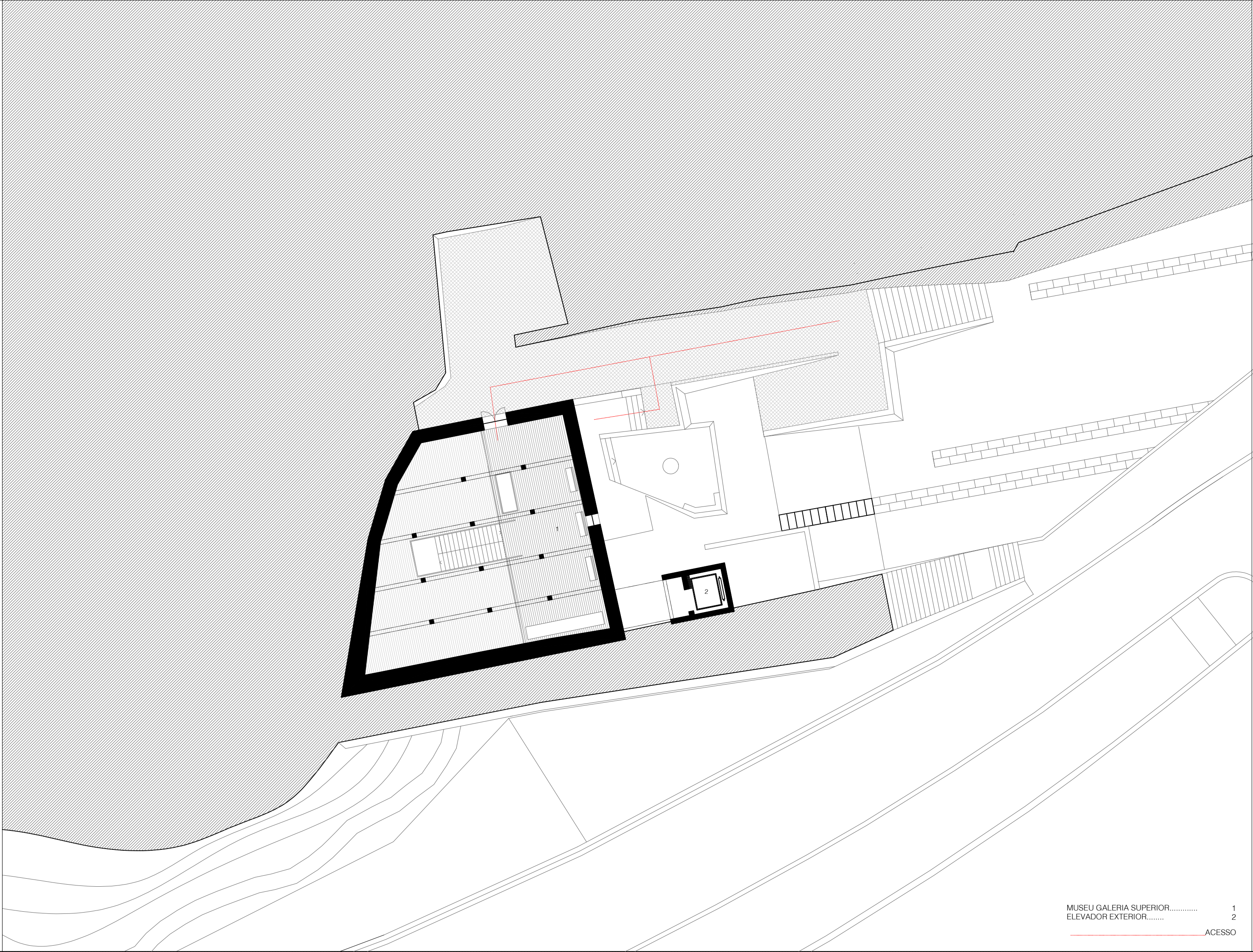
CORTE D



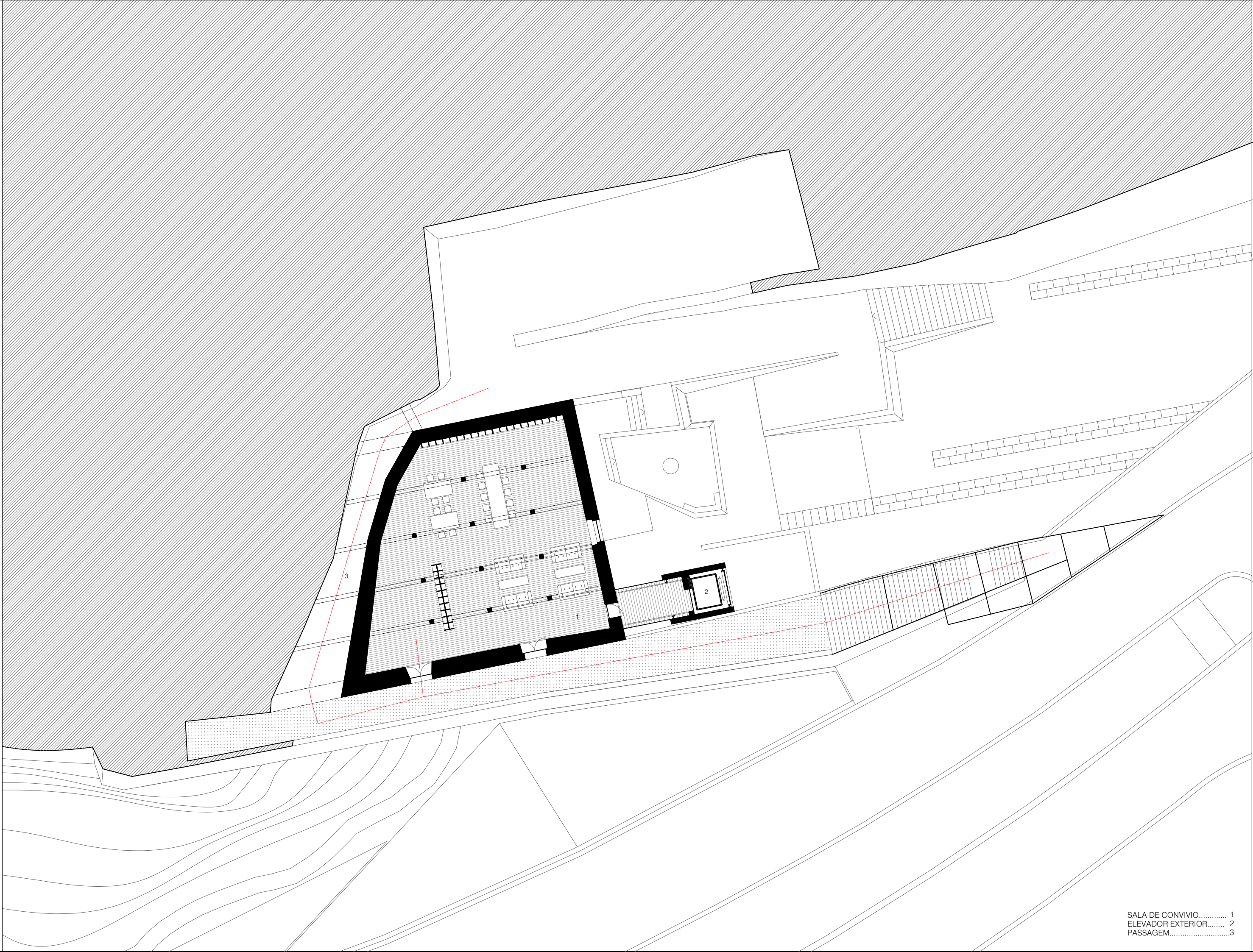




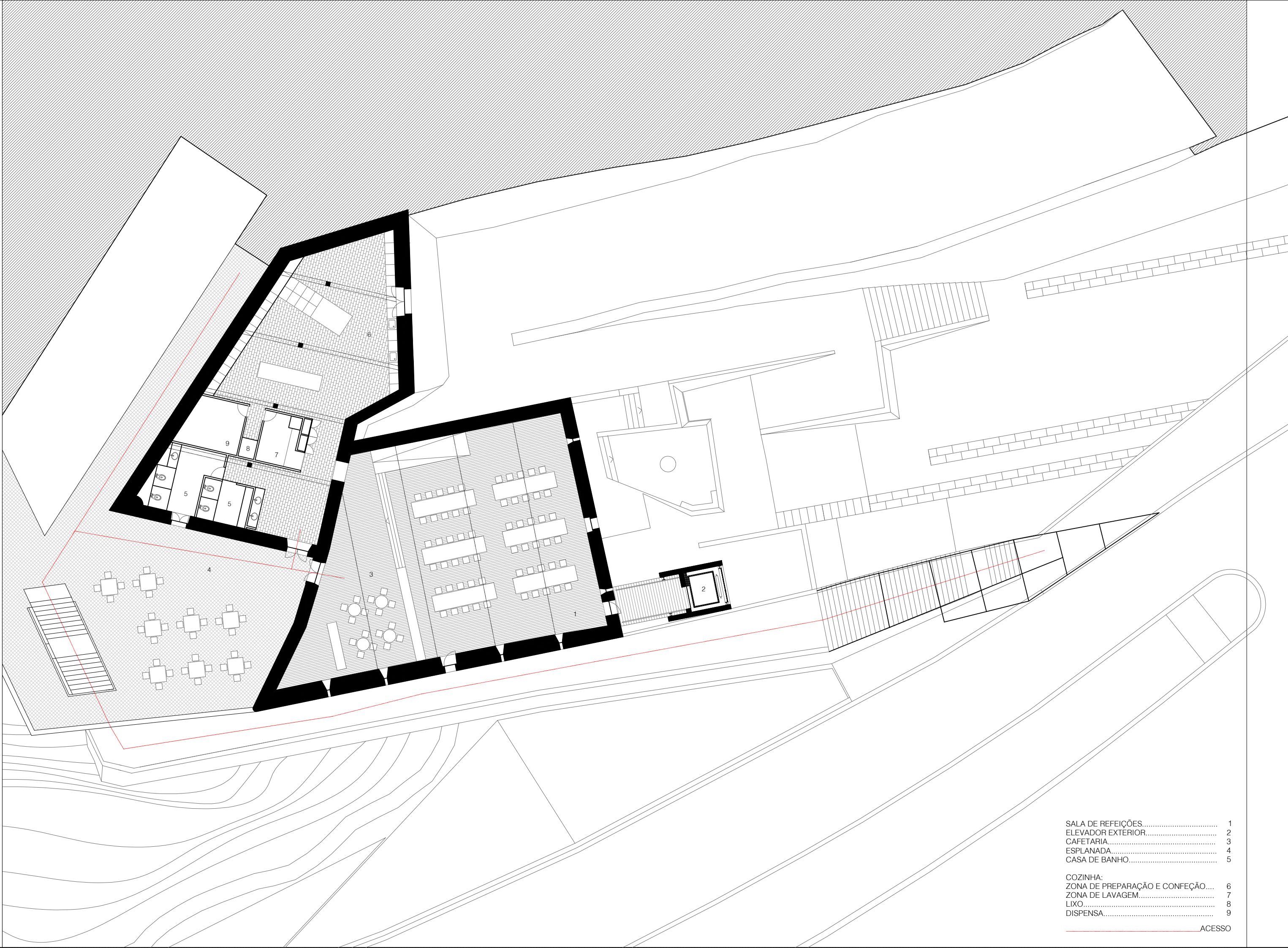
MUSEU	1
ELEVADOR EXTERIOR.....	2
ACESSO	



MUSEU GALERIA SUPERIOR.....	1
ELEVADOR EXTERIOR.....	2
ACESSO	

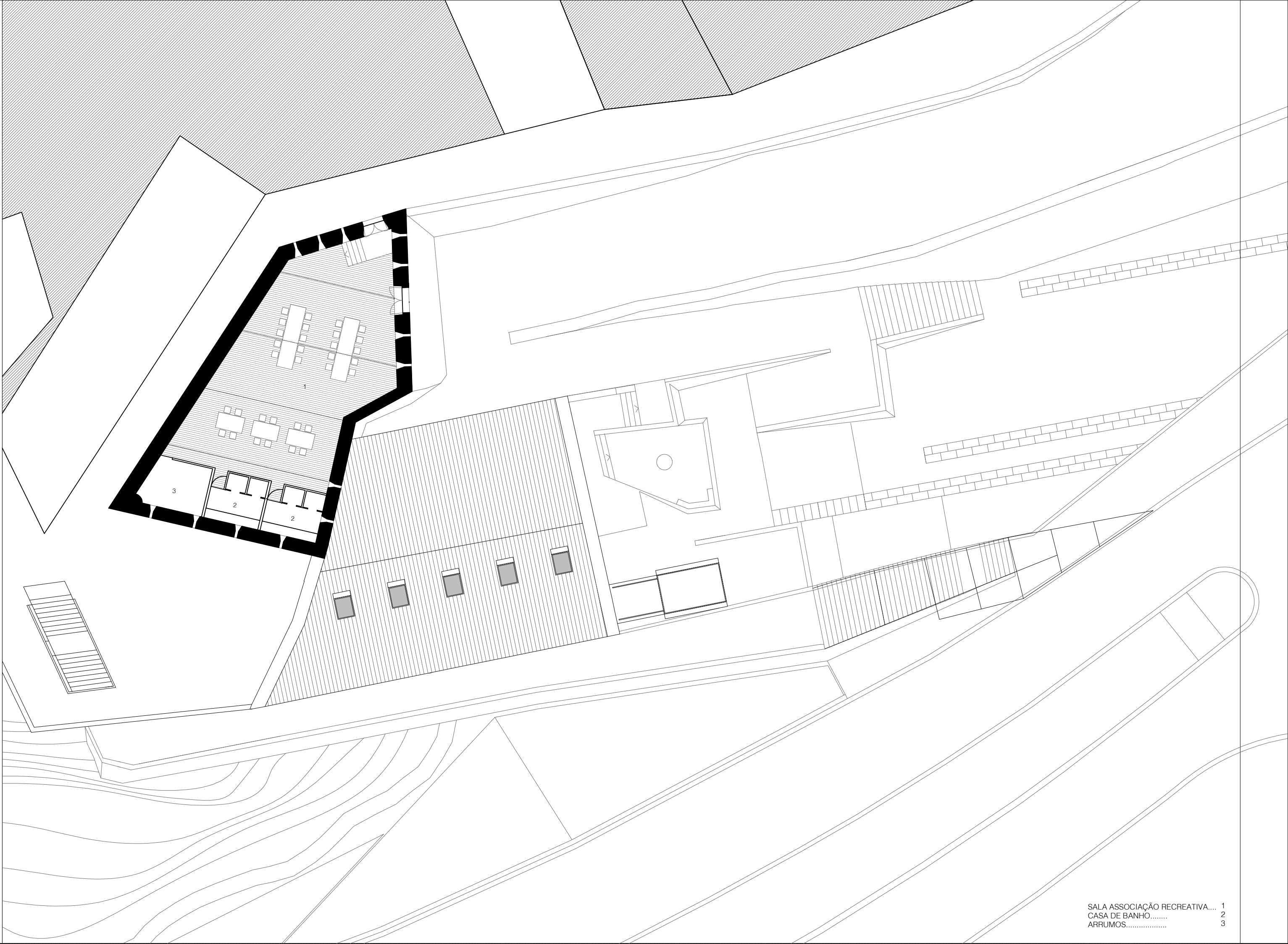


SALA DE CONVÍVIO.....	1
ELEVADOR EXTERIOR.....	2
PASSAGEM.....	3

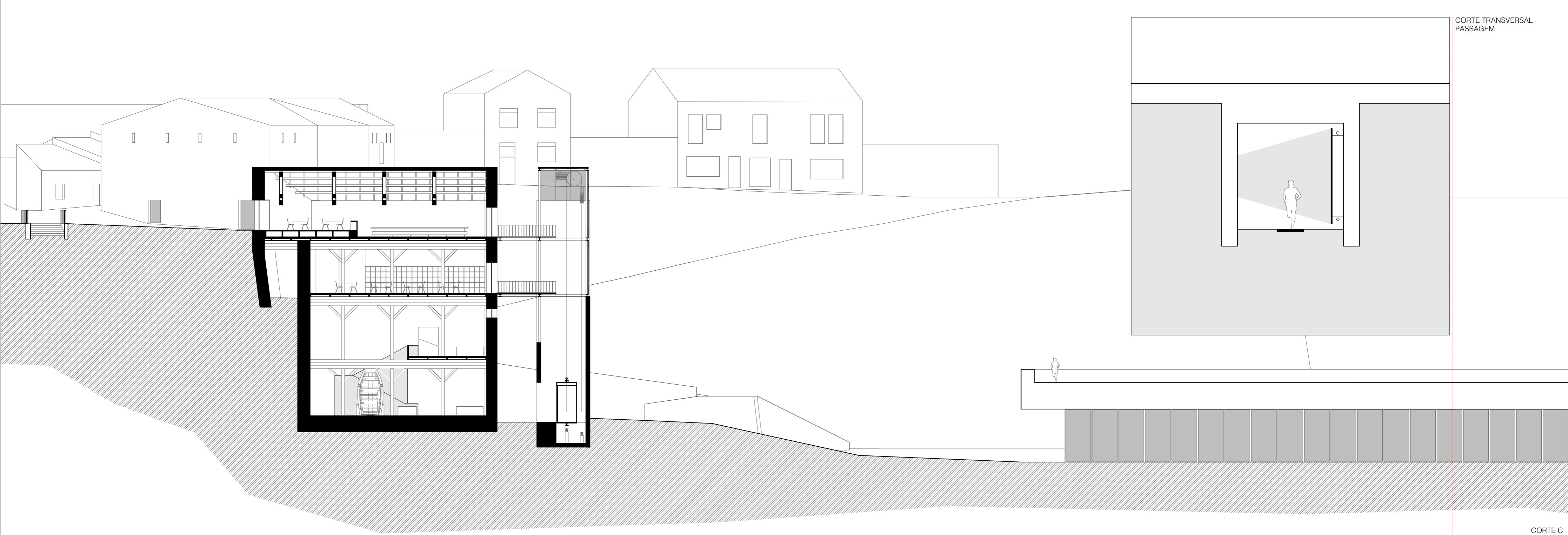
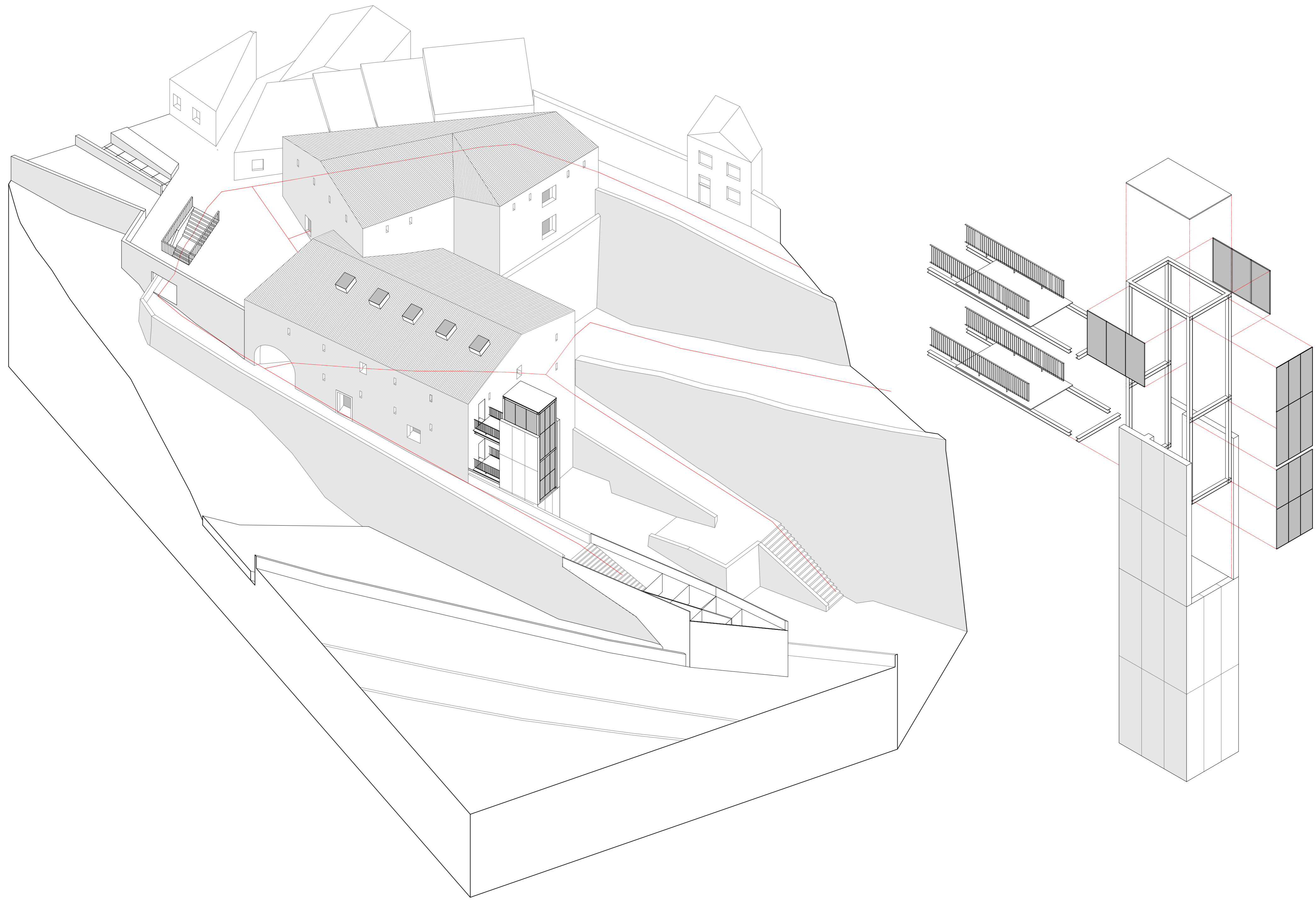


SALA DE REFEIÇÕES.....	1
ELEVADOR EXTERIOR.....	2
CAFETARIA.....	3
ESPLANADA.....	4
CASA DE BANHO.....	5
COZINHA:	
ZONA DE PREPARAÇÃO E CONFEÇÃO....	6
ZONA DE LAVAGEM.....	7
LIXO.....	8
DISPENSA.....	9

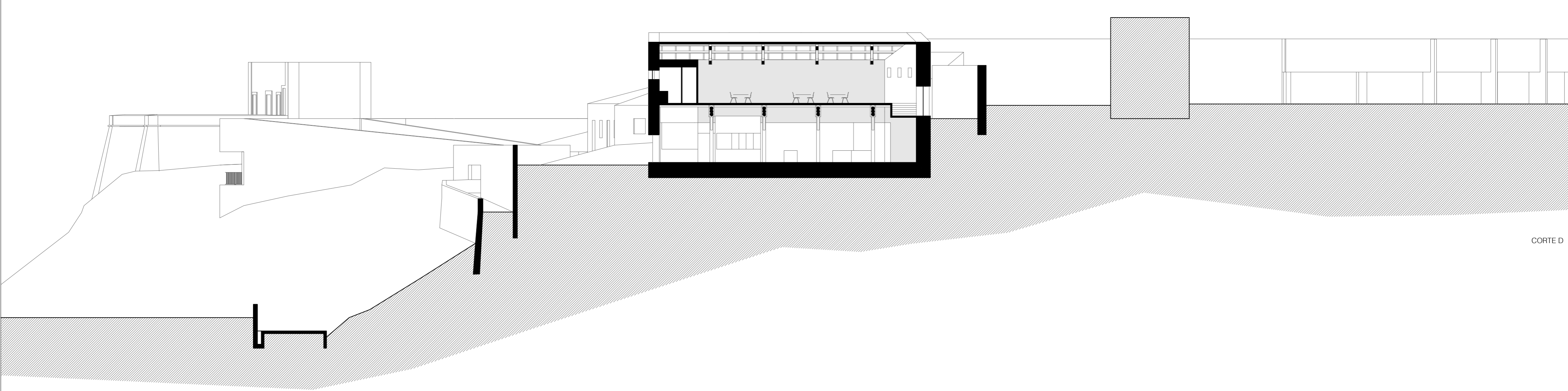
ACCESSO



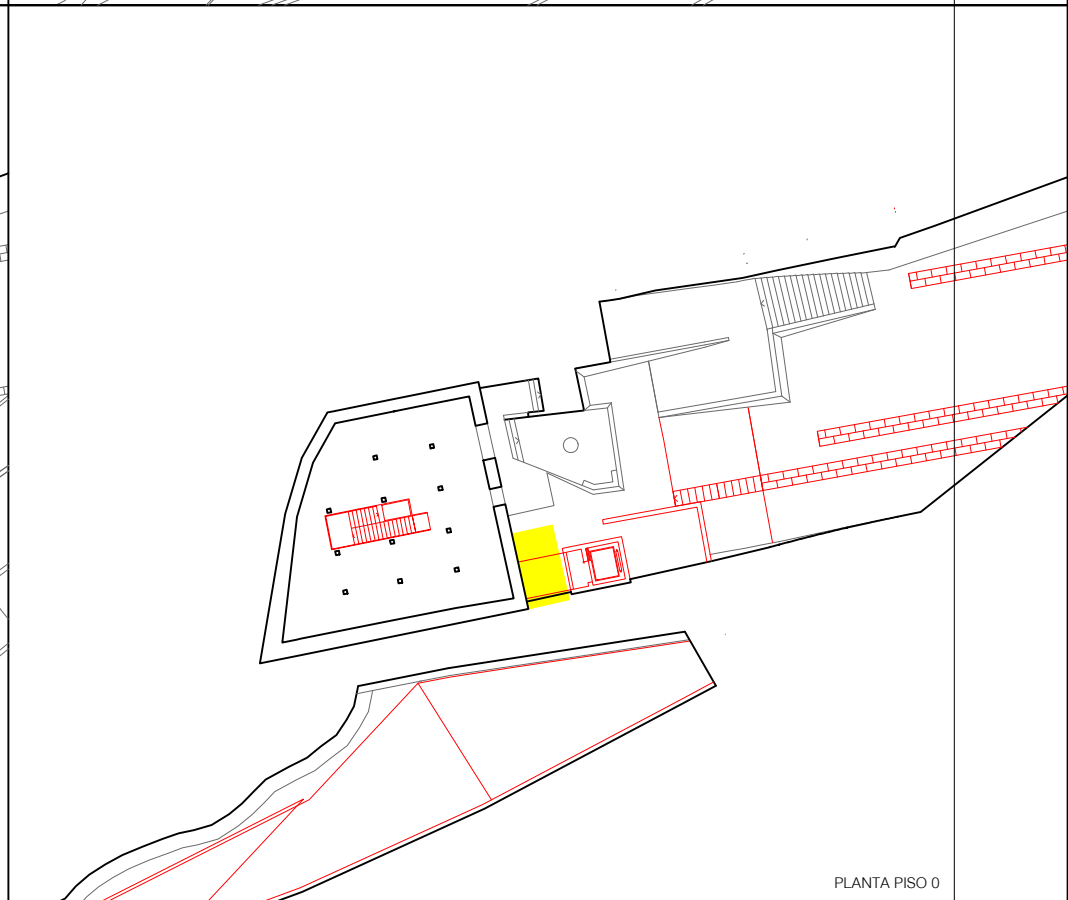
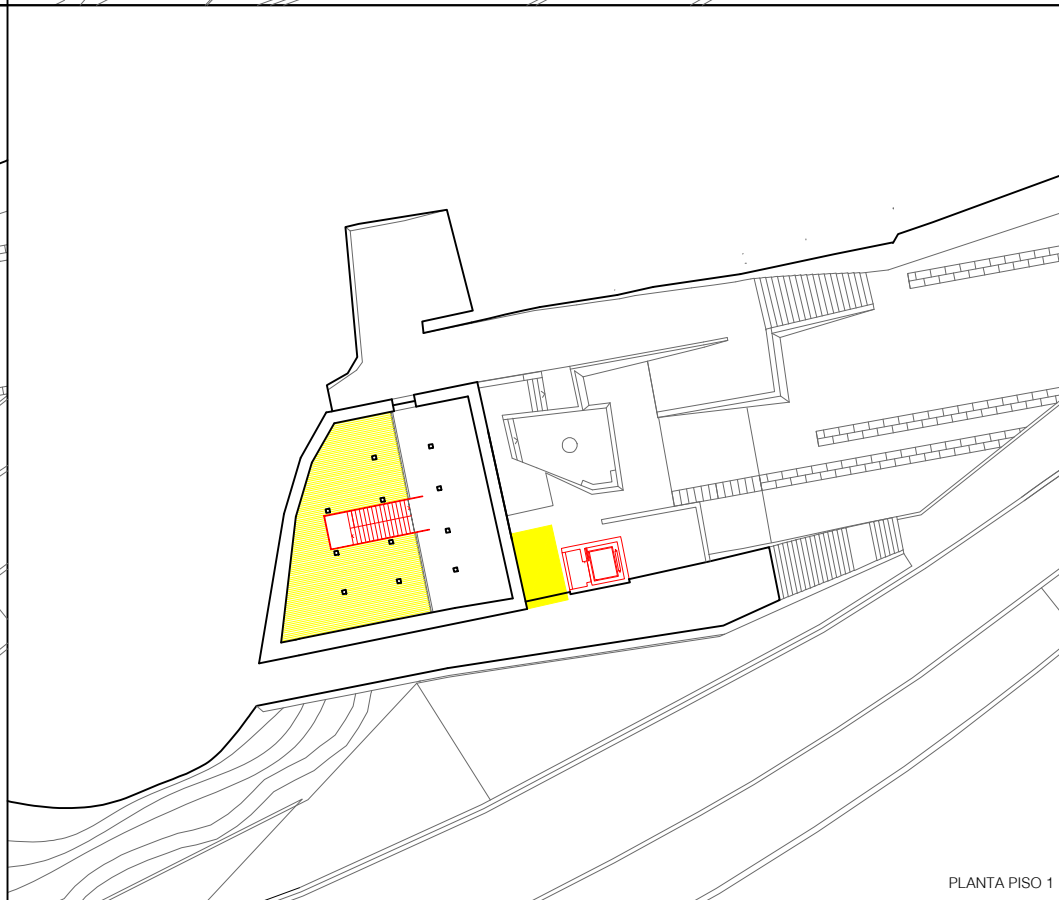
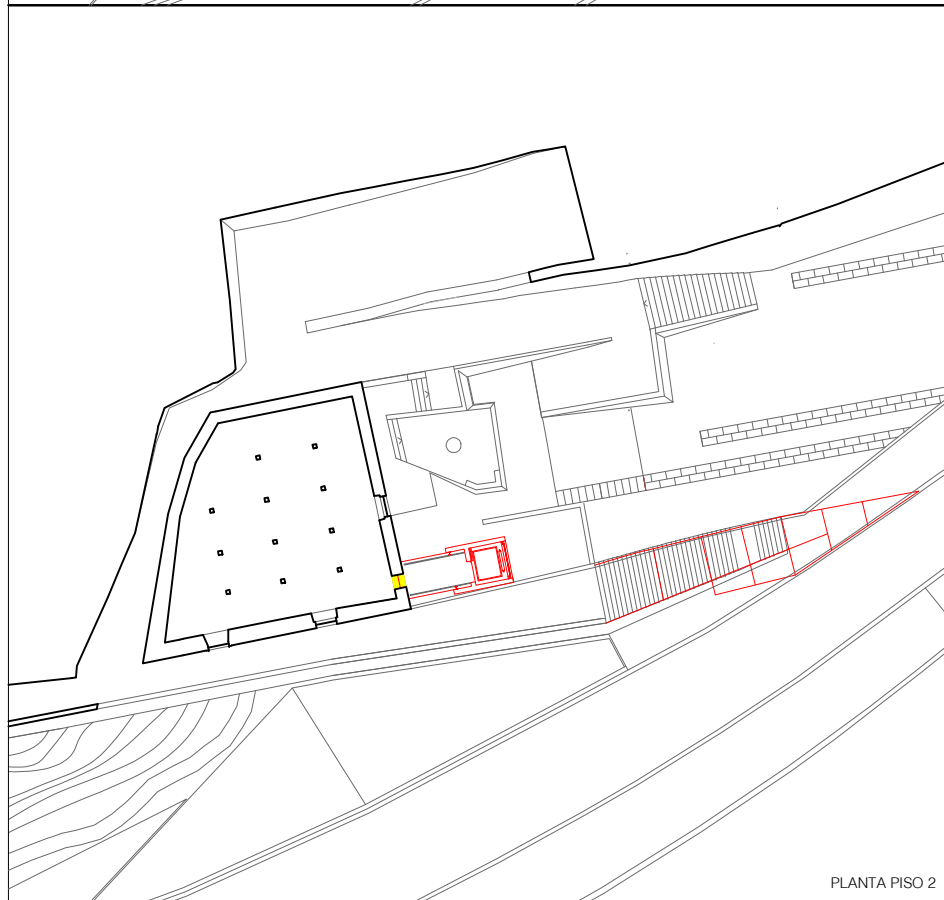
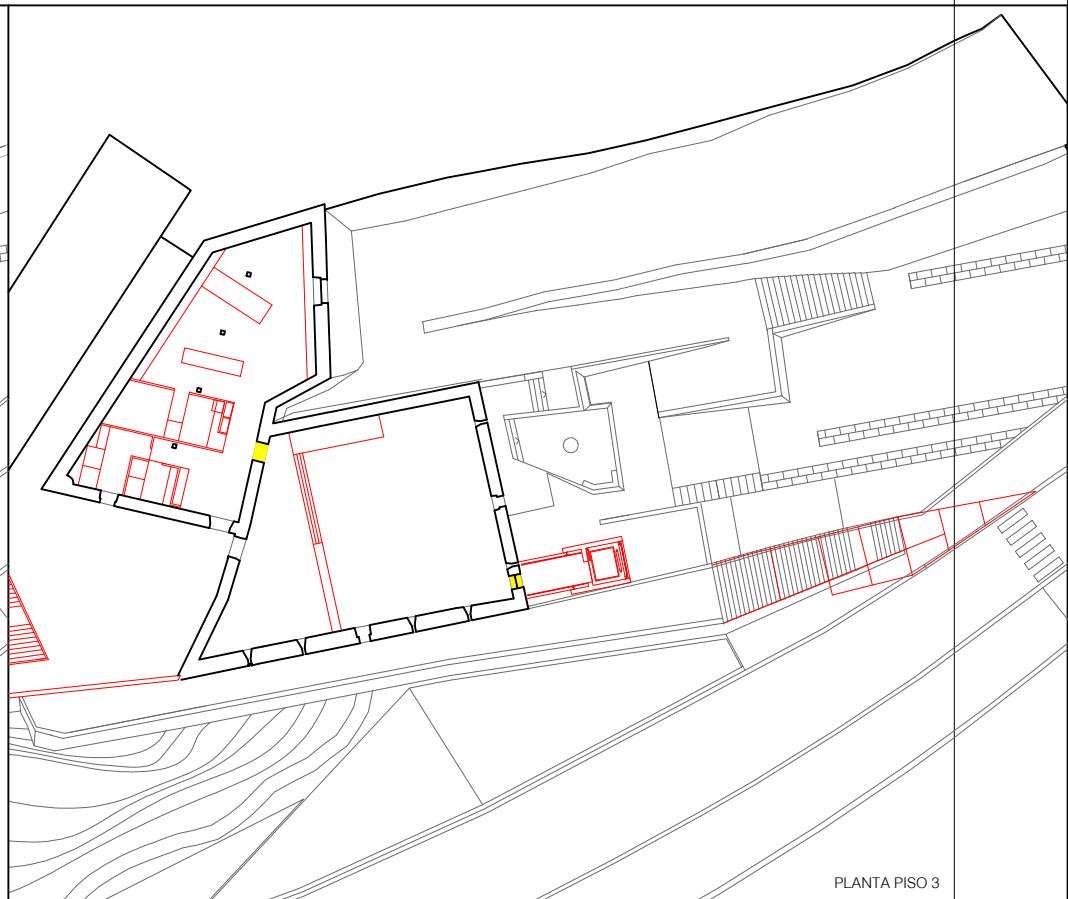
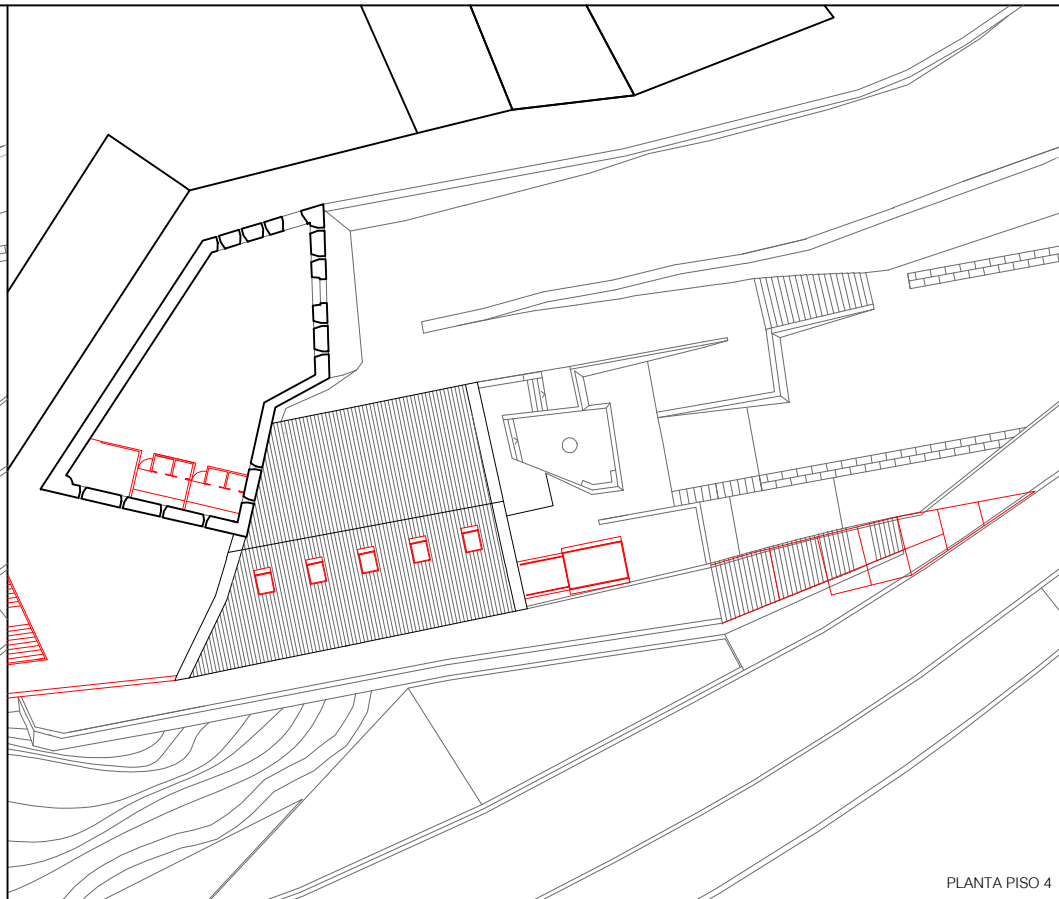
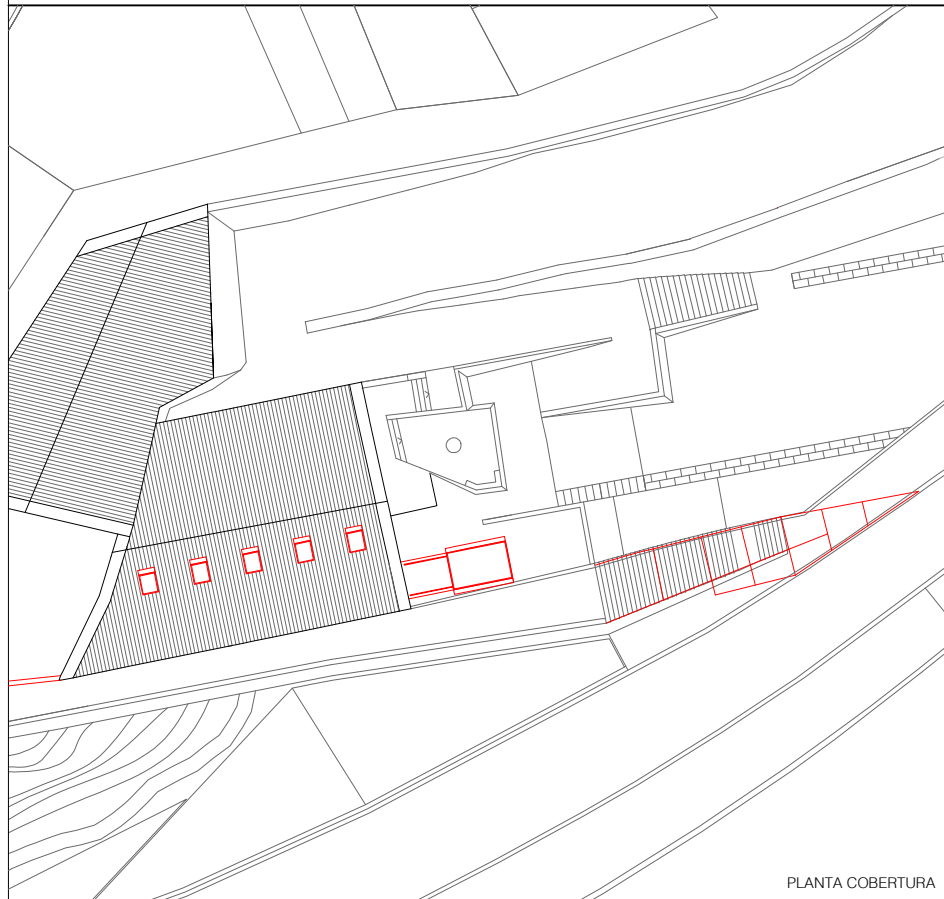
SALA ASSOCIAÇÃO RECREATIVA....	1
CASA DE BANHO.....	2
ARRUMOS.....	3



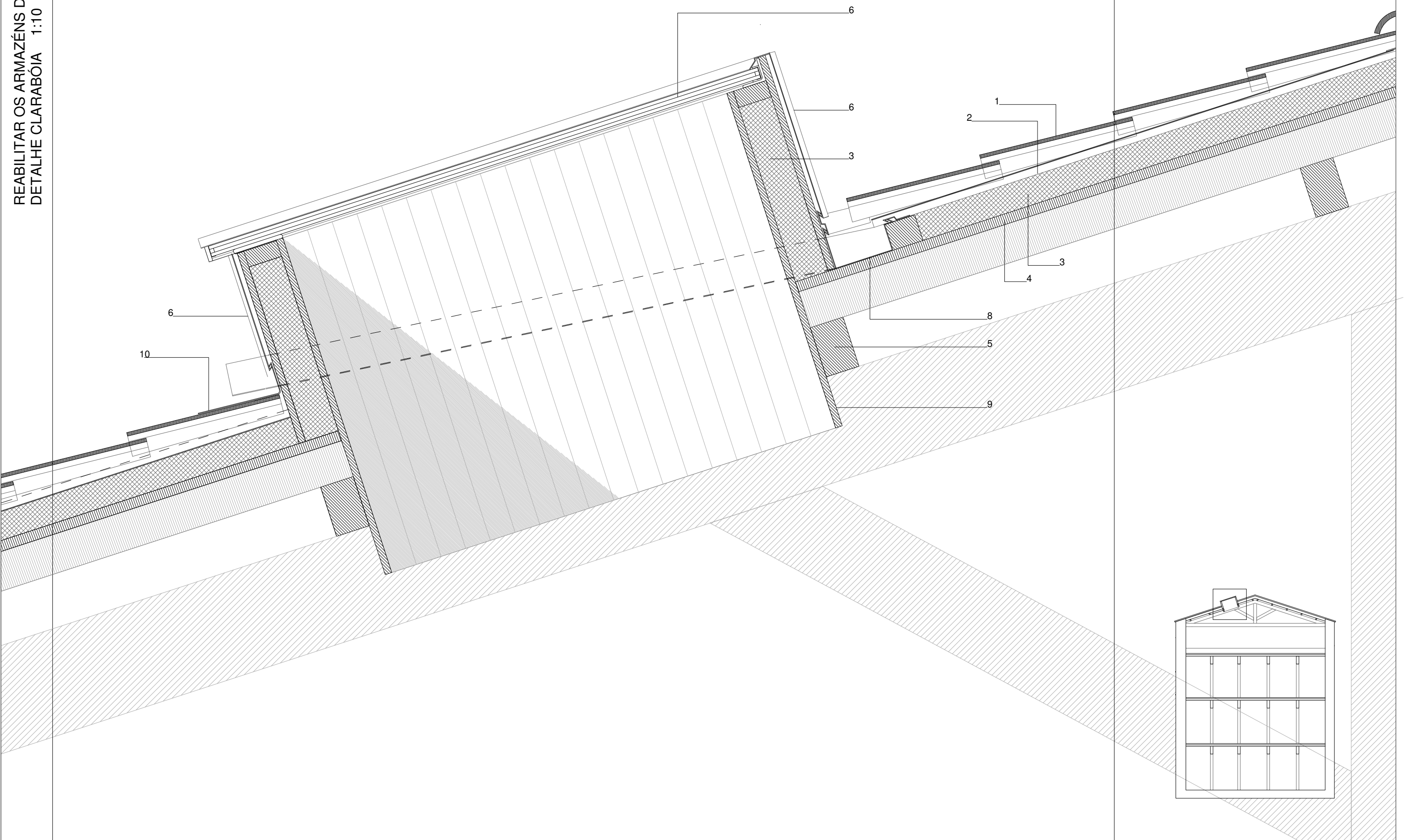
CORTE C



CORTE D



- 1 - telha cerâmica de meia cana
- 2 - subtelha/impermeabilização
- 3 - isolamento térmico XPS
- 4 - forro em ripas de madeira esp.4cm
- 5 - subestrutura de madeira
- 6 - caixilho em aço, vidro duplo
- 7 - capeamento em chapa de zinco quinada
- 8 - caleira em chapa de zinco
- 9 - placa de contraplacado esp.3cm
- 10 - liga de chumbo

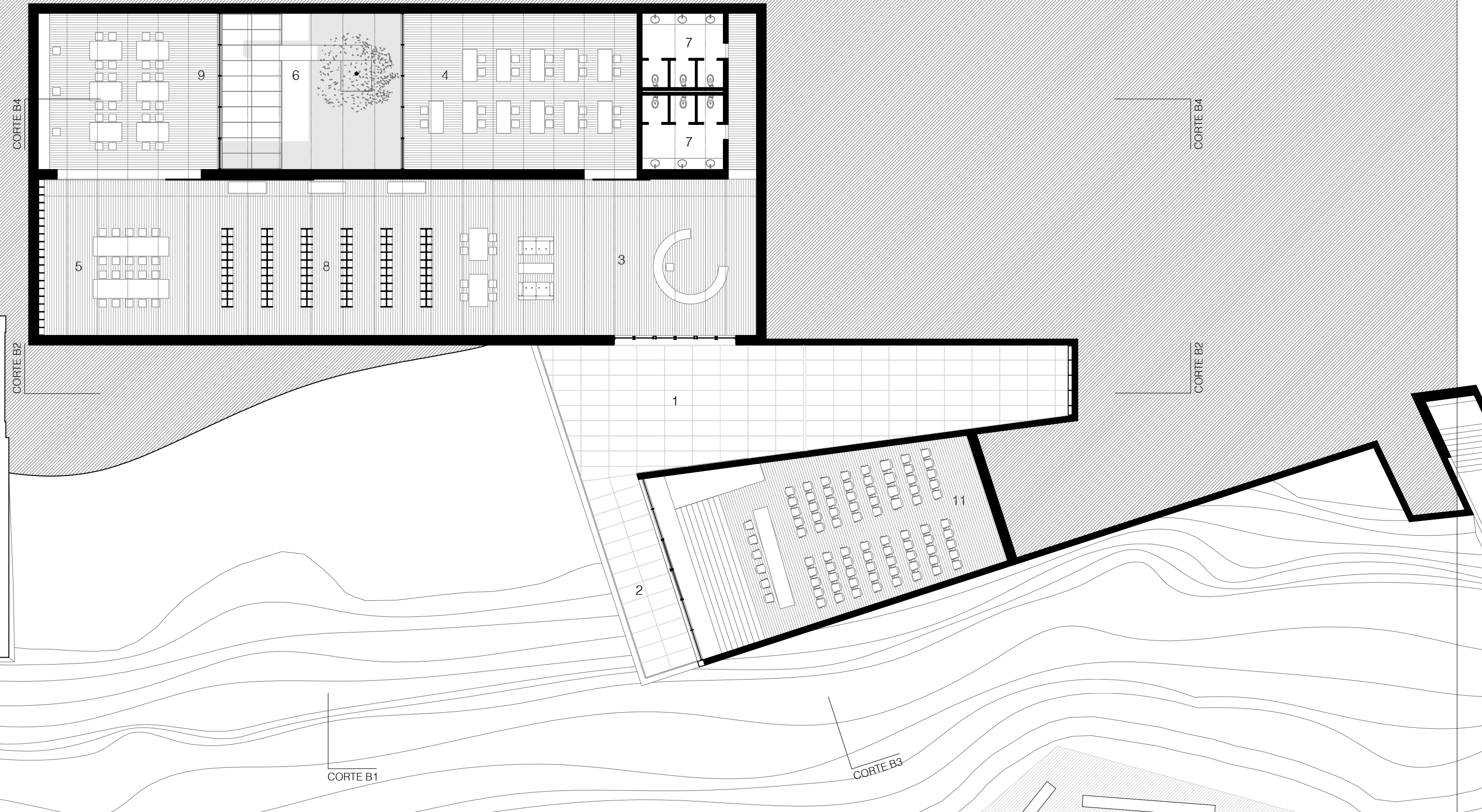


CORTE B1

CORTE B3

ÁTRIO EXTERIOR	1
VARANDA	2
RECEÇÃO	3
SALA DE AULAS	4
ZONA DE LEITURA	5
PÁTIO	6
CASAS DE BANHO	7
ZONA DE CONSULTA	8
SALA MULTIFUNCCIONAL / SALA DE AULAS	9
AUDITÓRIO SALA DE CONFERENCIAS	10

MÉTRICA ESTRUTURAL E COMPOSITIVA



CORTE B4

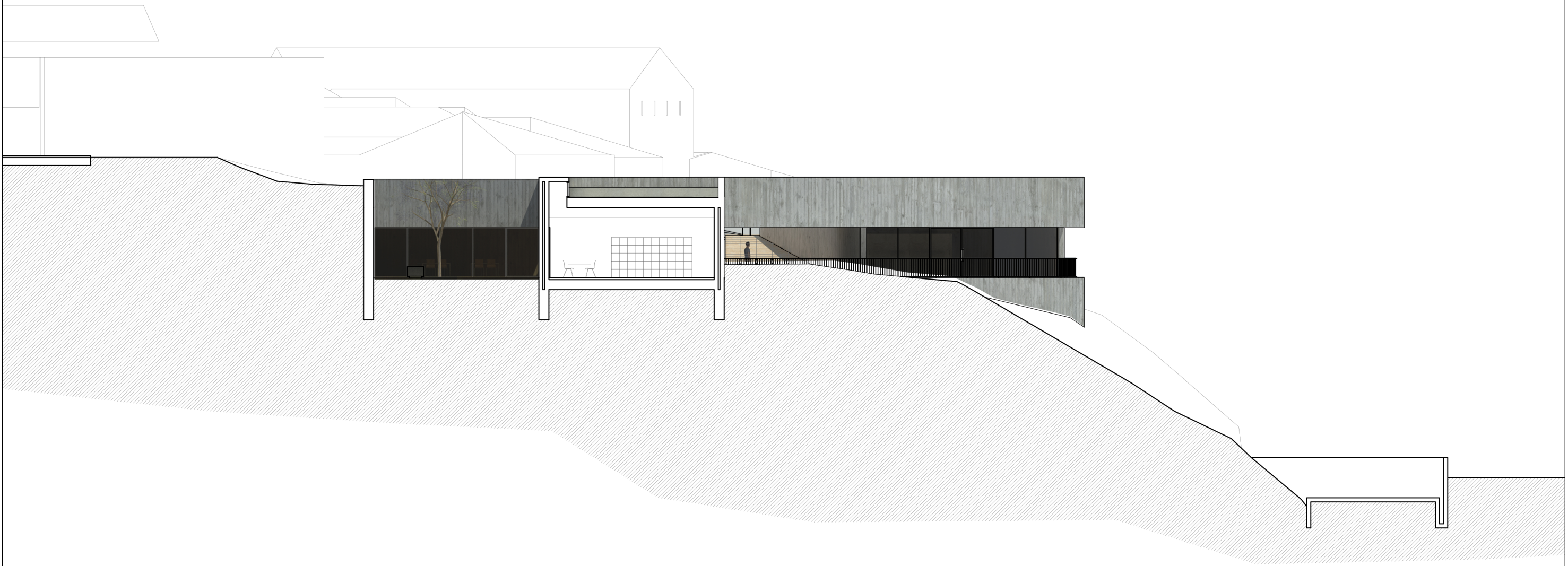
CORTE B4

CORTE B2

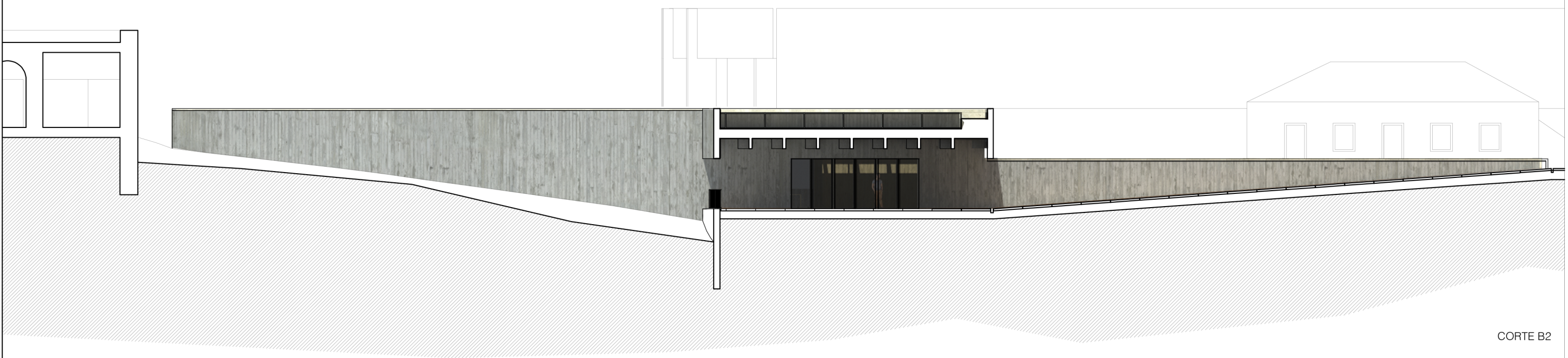
CORTE B2

CORTE B1

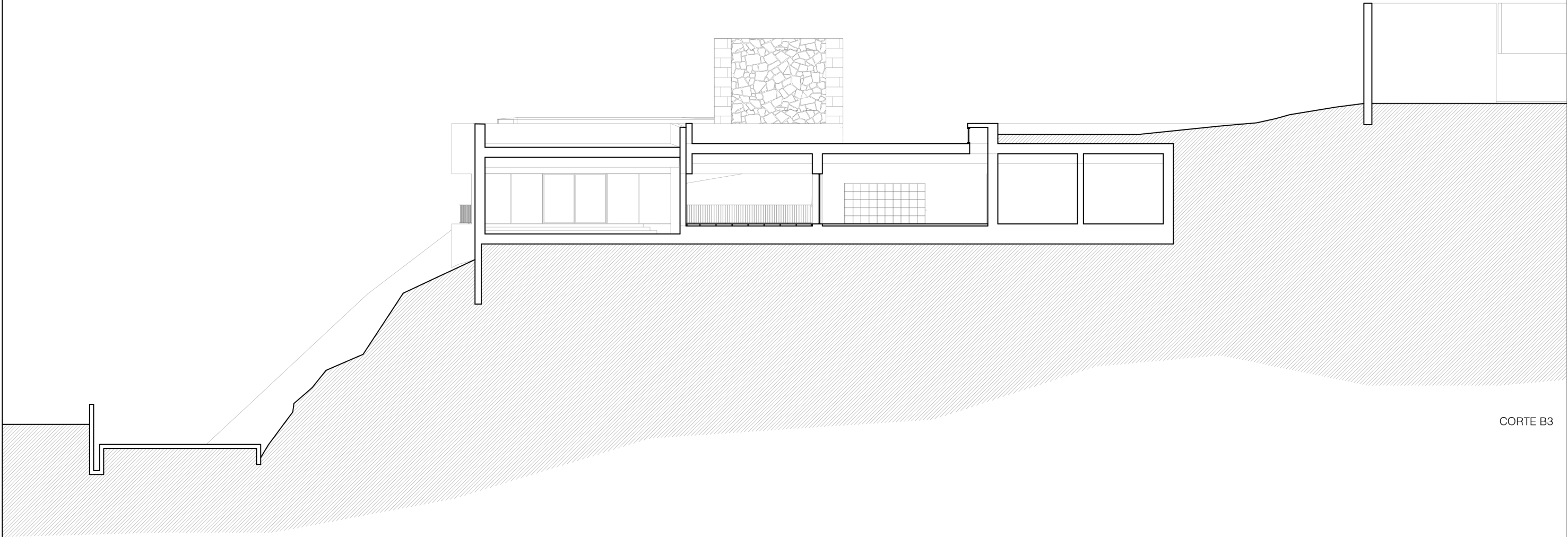
CORTE B3



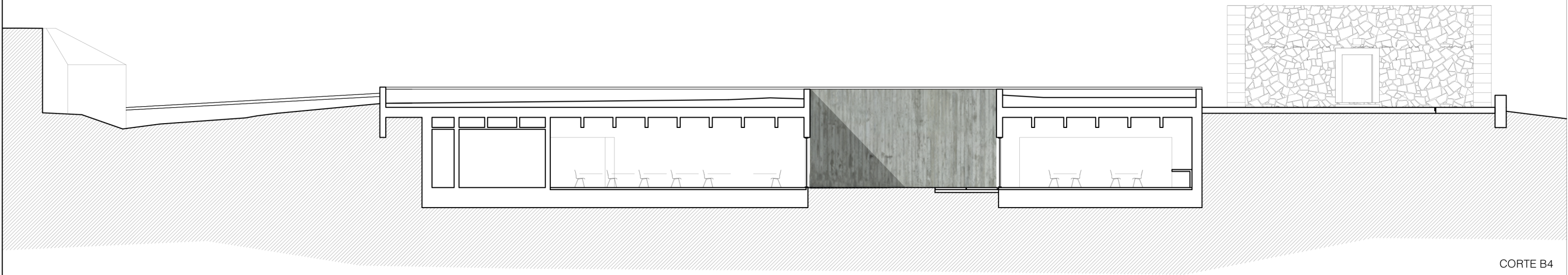
CORTE B1



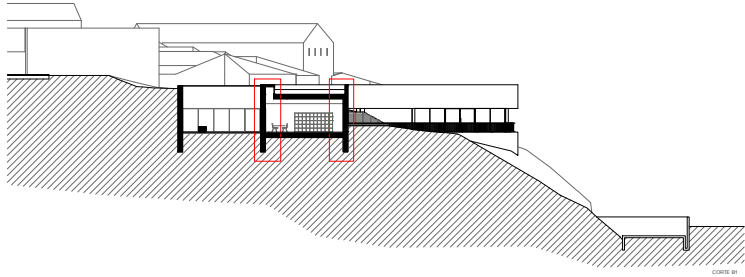
CORTE B2



CORTE B3



CORTE B4



- 1 - bloco de granito
- 2 - caixa de areia
- 3 - forro geotextil
- 4 - isolamento térmico XPS
- 5 - impermeabilização em tela betuminosa
- 6 - camada de regularização/pendente
- 7 - laje de betão armado
- 8 - caleira para recolha de águas pluviais
- 9 - caixilho de vidro duplo em aço

- 10 - parede em betão armado esp. 15cm
- 11 - parede em betão armado esp. 20cm
- 12 - lajeta de pedra
- 13 - betonilha
- 14 - tela geodrenante
- 15 - betonilha mecanicamente afagada
- 16 - gravilha
- 17 - dreno
- 18 - betão de limpeza
- 19 - terreno compactado

